



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.293-C, DE 2021

(Do Poder Executivo)

Mensagem nº 123/2021

OF nº 219/2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções; tendo parecer: da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação deste; das Emendas de nºs 1 a 4; 6 a 10; 14, 15, 18, 24 a 27; 29 a 32; 37, 44 e 49, apresentadas na Comissão; das Emendas ao Substitutivo de nºs 1 e 2; e pela rejeição das Emendas de nºs 5, 11 a 13; 16, 17, 19; 20 a 23; 28, 33 a 36; 38 a 43; 45 a 48; 50 e 51, apresentadas na Comissão; e das Emendas ao Substitutivo de nºs 3 a 50 (relator: DEP. DOMINGOS SÁVIO); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste; das Emendas apresentadas na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural de nºs 5 a 51, de 2021; das Emendas ao Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural de nºs 1 a 27; e 29 a 50, de 2021; e das Emendas apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação; e pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas apresentadas na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural de nºs 1 a 4, de 2021; e da Emenda ao Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e

Desenvolvimento Rural de nº 28, de 2021; e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com subemenda; e pela rejeição das Emendas apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação (relator: DEP. CHRISTINO AUREO).; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste, com emenda, do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com subemendas, das Emendas nºs 1 a 51 apresentadas na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Subemenda da Comissão de Finanças e Tributação, e das Emendas nºs 1, 2 e 3 apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação, com subemenda; e pela constitucionalidade, injuridicidade e técnica legislativa da Emenda nº 1 apresentada nesta Comissão (relator: DEP. PEDRO LUPION).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:

- Emendas apresentadas (51)
- Parecer do relator
- 1º Substitutivo oferecido pelo relator
- Emendas apresentadas ao substitutivo (50)
- Parecer do relator às Emendas ao Substitutivo
- 2º Substitutivo oferecido pelo relator
- Complementação de voto
- 3º Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão
- Voto em separado

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Emendas apresentadas (3)
- Parecer do relator
- Subemenda oferecida pelo relator
- Parecer da Comissão
- Subemenda adotada pela Comissão

IV - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Emenda apresentada
- Parecer do relator
- Emenda oferecida pelo relator
- Subemendas oferecidas pelo relator (4)
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão
- Subemendas adotadas pela Comissão (4)

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária.

Art. 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária, é responsável pela gestão da defesa agropecuária.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - defesa agropecuária - estrutura constituída de normas e ações que integram sistemas públicos e privados, destinada à preservação ou à melhoria da saúde animal, da sanidade vegetal e da inocuidade, da identidade, da qualidade e da segurança de alimentos, insumos e demais produtos agropecuários;

II - fiscalização agropecuária - atividade de controle, supervisão, vigilância, auditoria e inspeção agropecuária, no exercício do poder de polícia administrativa, com finalidade de verificar o cumprimento da legislação;

III - produtos agropecuários - insumos agropecuários animais, vegetais, seus produtos, subprodutos, derivados e resíduos que possuam valor econômico;

IV - agente - pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que realiza ou participa, direta ou indiretamente, dos seguintes processos ao longo das cadeias produtivas do setor agropecuário:

a) produção, transporte, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização;

b) importação, exportação, trânsito nacional, trânsito internacional e aduaneiro;

c) transformação e industrialização;

d) diagnóstico, ensino, pesquisa e experimentação; ou

e) prestação de serviços e demais processos.

V - credenciamento - reconhecimento ou habilitação de pessoas físicas ou jurídicas pelo Poder Público, para execução de ações específicas relacionadas à defesa agropecuária;

VI - risco - possibilidade de ocorrência de evento negativo, que tenha impacto na saúde humana, na saúde animal, na sanidade vegetal ou na identidade, na qualidade e na segurança dos produtos agropecuários;

VII - gerenciamento de risco - processo adotado para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações de risco advindos de fontes internas ou externas e buscar segurança razoável na consecução dos objetivos da defesa agropecuária;

VIII - autocontrole - capacidade do agente privado de implantar, executar, monitorar, verificar e corrigir procedimentos, processos de produção e distribuição de insumos agropecuários, alimentos e produtos de origem animal ou vegetal, com vistas a garantir sua inocuidade, identidade, qualidade e segurança;

IX - autocorreção - adoção de medidas corretivas pelo agente, diante da detecção de não conformidade, conforme previsto no seu programa de autocontrole, ou por deliberação da sua área responsável pela qualidade; e

X - regularização por notificação - adoção de medidas corretivas pelo agente, em decorrência de notificação expedida pela fiscalização agropecuária sobre irregularidade ou não conformidade, observado o prazo estabelecido.

Art. 4º O agente deverá garantir que seus produtos e serviços atendam aos requisitos de inocuidade, identidade, qualidade e segurança estabelecidos na legislação da defesa agropecuária.

Art. 5º Fica instituído o gerenciamento de riscos como abordagem de ação da defesa agropecuária.

Parágrafo único. As ações de controle e fiscalização desempenhadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Abastecimento serão mensuradas em conformidade com os critérios de gerenciamento de risco.

CAPÍTULO II

DOS PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE DOS AGENTES PRIVADOS REGULADOS PELA DEFESA AGROPECUÁRIA

Art. 6º Os agentes privados regulados pela legislação da defesa agropecuária desenvolverão programas de autocontrole com o objetivo de garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a segurança dos seus produtos.

§ 1º Os agentes privados regulados pela legislação da defesa agropecuária garantirão a implantação, a manutenção, o monitoramento e a verificação dos programas de autocontrole de que trata o **caput**.

§ 2º Os programas de autocontrole conterão:

I - registros sistematizados e auditáveis do processo produtivo, desde a obtenção e a recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos até a expedição do produto final;

II - previsão de recolhimento de lotes, quando identificadas deficiências ou não conformidades no produto agropecuário que possam causar riscos à segurança do consumidor ou para a saúde animal e a sanidade vegetal; e

III - descrição dos procedimentos de autocorreção.

§ 3º A implementação dos programas de autocontrole de que trata o **caput** poderá ser certificada por entidade de terceira parte.

§ 4º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conjuntamente com o setor produtivo, desenvolverá manuais de orientação para elaboração e implementação de programas de autocontrole.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica compulsoriamente aos agentes da produção primária agropecuária.

Art. 7º Os programas de autocontrole poderão conter garantias advindas de sistemas de produção com características diferenciadas, com abrangência sobre a totalidade da cadeia produtiva, desde a produção primária agropecuária até o processamento e a expedição do produto final.

§ 1º Quando a diferenciação envolver a produção primária agropecuária, o programa de autocontrole será estabelecido por meio de protocolo privado de produção com a descrição das características do sistema e a modalidade de verificação.

§ 2º Os protocolos privados de que trata o § 1º serão apresentados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicará os protocolos de que trata o § 1º em seu sítio eletrônico.



Art. 8º Compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - estabelecer os requisitos básicos necessários ao desenvolvimento dos programas de autocontrole;

II - editar normas complementares para dispor sobre os requisitos básicos a que se refere o inciso I; e

III - definir os procedimentos oficiais de verificação dos programas de autocontrole.

Art. 9º Quando a fiscalização agropecuária ou o programa de autocontrole identificar deficiências ou não conformidades no processo produtivo ou no produto agropecuário que possam causar riscos à segurança do consumidor ou à saúde animal e à sanidade vegetal, fica o agente responsável pelo recolhimento dos lotes produzidos nessa condição, na forma prevista em regulamento.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA DE INCENTIVO À CONFORMIDADE EM DEFESA AGROPECUÁRIA

Art. 10. Fica instituído o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, com o objetivo de estimular o aperfeiçoamento de sistemas de garantia da qualidade robustos e auditáveis, com vistas à consolidação de um ambiente de confiança recíproca entre o Poder Executivo federal e os agentes regulados, pela via do aumento da transparência.

Parágrafo único. O Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária exigirá do estabelecimento regulado o compartilhamento em tempo real de dados operacionais e de qualidade com a fiscalização agropecuária, que terá como contrapartida benefícios e incentivos, na forma prevista em regulamento.

Art. 11. O regulamento do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária estabelecerá:

I - procedimentos para adesão;

II - obrigações para permanência no Programa;

III - hipóteses de aplicação de advertência, suspensão ou exclusão do Programa; e

IV - benefícios e incentivos concedidos aos estabelecimentos que aderirem ao Programa.

Art. 12. Aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária fica autorizada a regularização por notificação de que trata o inciso X do **caput** do art. 3º.

§ 1º O estabelecimento notificado não será autuado, desde que adote as medidas corretivas necessárias e sane a irregularidade ou não conformidade no prazo indicado na notificação.



§ 2º Regulamento disporá sobre as irregularidades ou não conformidades passíveis de regularização por notificação.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO DOS ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E PRODUTOS

Seção I

Do registro de estabelecimentos

Art. 13. Para registro, cadastro, credenciamento ou qualquer outro ato público de liberação de estabelecimento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, serão exigidos, de acordo com a natureza da atividade, documentos e informações necessários às avaliações técnicas.

§ 1º Fica dispensada a apresentação de documentos e autorizações emitidas por outros órgãos e entidades de governo que não tenham relação com a liberação de estabelecimento de que trata o **caput**.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibilizará sistema eletrônico para receber as solicitações de registro, cadastro ou credenciamento de estabelecimento no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 14. Estabelecimentos que possuam mais de uma finalidade e que sejam objeto de diferentes normas de defesa agropecuária poderão ter registro único no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma prevista em regulamento.

Seção II

Do registro de produtos

Art. 15. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento incentivará a adoção de procedimento administrativo simplificado, o uso de meios eletrônicos e o estabelecimento de parâmetros e padrões, com vistas à automatização da concessão das solicitações de registro de produtos agropecuários.

§ 1º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibilizará sistema eletrônico para receber as solicitações de registro de produtos no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Lei.

§ 2º A concessão de registro de produtos que possuam parâmetros ou padrões normatizados será automática.

§ 3º A não observância aos parâmetros ou padrões normatizados implicará o cancelamento do registro do produto e a imposição de sanções administrativas.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica aos produtos regulados pela Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

Art. 16. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá dispor de especialistas para subsidiar a avaliação de registro de produtos, por meio de credenciamento, contratação de pessoa física ou jurídica ou ajustes com instituições de pesquisa públicas ou privadas, na forma prevista em regulamento.

Art. 17. Produtos que possuam mais de uma finalidade e que sejam objeto de diferentes normas da defesa agropecuária poderão ter registro único no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma prevista em regulamento.

Art. 18. A análise das solicitações de registro de produtos observará a ordem cronológica de apresentação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá priorizar a análise de que trata o **caput** nas seguintes hipóteses:

- I - necessidade de atendimento aos programas de saúde animal ou fitossanitários;
- II - situações de emergência sanitária ou fitossanitária;
- III - cumprimento de acordos ou exigências internacionais; ou
- IV - quando caracterizada inovação tecnológica.

Seção III

Dos critérios para concessão, isenção e simplificação de registro

Art. 19. Ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá a classificação de risco, as condições, os prazos e os demais critérios para concessão, isenção e simplificação de registro, cadastro, credenciamento ou qualquer outro ato público de liberação, observado o disposto na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e em seu regulamento.

Art. 20. São isentos de registro os insumos agropecuários produzidos ou fabricados pelo produtor rural para uso próprio, vedada a comercialização dos referidos insumos sob qualquer forma.

Seção IV

Da rotulagem

Art. 21. A rotulagem dos produtos é responsabilidade do detentor do registro, na forma prevista na legislação.

§ 1º Rótulos de produtos não serão objeto de aprovação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá exigir o depósito de rótulos de produtos em sistema eletrônico, para fins de fiscalização agropecuária.

§ 3º A comercialização de produtos com rotulagem em desacordo com o previsto na legislação caracteriza infração administrativa, sujeita a aplicação de medidas cautelares e a autuação.

CAPÍTULO V DAS MEDIDAS CAUTELARES

Art. 22. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá aplicar as seguintes medidas cautelares, isolada ou cumulativamente, ante a evidência ou suspeita de que uma atividade ou um produto agropecuário represente risco à defesa agropecuária:

I - apreensão de produtos;

II - suspensão temporária de atividade, de etapa ou de processo de fabricação de produto; e

III - destruição ou devolução à origem de animais e vegetais, de seus produtos, resíduos e insumos agropecuários, quando constatada a importação irregular ou a introdução irregular no País.

§ 1º O Auditor Fiscal Federal Agropecuário responsável pela aplicação de medida cautelar deverá comunicar imediatamente a sua chefia imediata.

§ 2º Não será aplicada medida cautelar quando a não conformidade puder ser sanada durante a ação de fiscalização.

§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada imediatamente quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação.

CAPÍTULO VI DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 23. O agente que incidir em infração prevista na legislação específica e em normas regulamentares de defesa agropecuária ficará sujeito às seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:

I - advertência;

II - multa;

III - condenação do produto;

IV - suspensão de atividade, de registro, de cadastro ou de credenciamento;

V - cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento; e



VI - cassação da habilitação de profissional para prestar serviços relacionados à defesa agropecuária.

Parágrafo único. A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tornará públicas as sanções impostas aos infratores da legislação de defesa agropecuária após o seu trânsito em julgado na esfera administrativa.

Art. 24. O valor da multa de que trata o inciso II do **caput** do art. 23 será de:

I - até cento e cinquenta por cento do valor atribuído ao lote do produto, quando identificada a natureza comercial da atividade e o valor comercial estiver especificado na nota fiscal, **invoice** ou fatura, ou quando for possível a sua determinação pela cotação do mercado; ou

II - entre R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), na hipótese de inaplicabilidade do disposto no inciso I, observadas a classificação do agente infrator e a natureza da infração, conforme Anexo a esta Lei.

Parágrafo único. O pagamento voluntário da multa no prazo de vinte dias, contado da data de sua aplicação, sem interposição de recurso, ensejará a redução de vinte por cento de seu valor.

Art. 25. A introdução irregular no País de animais e vegetais, seus produtos, resíduos ou insumos agropecuários, quando praticada por pessoa física, caracterizará infração sujeita a advertência ou multa, cujo valor será estipulado entre R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 26. Ato do Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento atualizará anualmente os valores das multas de que tratam os art. 24 e art. 25, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 27. As infrações serão graduadas de acordo com o risco para a defesa agropecuária e classificadas em:

I - infração de natureza leve;

II - infração de natureza moderada; e

III - infração de natureza grave.

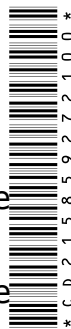
Art. 28. Na aplicação das penalidades previstas nesta Lei serão consideradas as circunstâncias agravantes e atenuantes, na forma de regulamento.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Art. 29. As infrações serão apuradas, a partir da lavratura do auto de infração, por meio de processo administrativo de fiscalização agropecuária.

Art. 30. O auto de infração é o documento hábil para constatação de infração, no que concerne a legislação da defesa agropecuária.



Art. 31. Do auto de infração caberá a interposição de defesa por escrito no prazo de vinte dias, contado da data de recebimento do auto de infração.

Parágrafo único. A defesa de que trata o **caput** deverá ser endereçada à unidade descentralizada de fiscalização da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento responsável por fiscalizar o local onde foi constatada a infração.

Art. 32. O auto de infração será julgado em primeira instância pela autoridade da unidade descentralizada de fiscalização da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde tramita o processo administrativo de fiscalização agropecuária.

Art. 33. Das decisões administrativas de primeira instância caberá a interposição de recurso administrativo no prazo de vinte dias, contado da data de recebimento da notificação.

§ 1º O recurso de que trata o **caput** será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

§ 2º Caso a autoridade não reconsidere a sua decisão, encaminhará o recurso à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no prazo de vinte dias, contado da data de seu recebimento, o para julgamento em segunda instância.

Art. 34. Aplicada a penalidade de suspensão da atividade, de registro, de cadastro ou de credenciamento, ou a penalidade de cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento, caberá recurso à Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, à qual compete o julgamento do processo administrativo em terceira e última instância.

§ 1º A penalidade de suspensão de atividade, de registro, de cadastro ou de credenciamento ou a penalidade de cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento poderá ser convertida em multa, mediante a apresentação de requerimento do infrator e celebração de termo de ajustamento de conduta.

§ 2º Caberá à Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária decidir sobre a conversão das penalidades a que se refere o § 1º em multa.

§ 3º A composição e o funcionamento da Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária serão definidos em regulamento.

Art. 35. A interposição tempestiva de recurso terá efeito suspensivo.

Art. 36. A notificação do autuado poderá ser feita por meio eletrônico, desde que a certificação da ciência seja inequívoca.

Art. 37. Fica estabelecida a assinatura eletrônica simples, de que trata a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, para os atos praticados por servidores públicos no âmbito do processo administrativo de fiscalização agropecuária.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS



Art. 38. O Poder Executivo federal editará o regulamento do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária no prazo de cento e vinte dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 39. As penalidades de que trata o Capítulo VI serão aplicadas às infrações previstas na legislação específica e em normas regulamentares de defesa agropecuária e constatadas a partir da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 1º As disposições referentes ao processo administrativo de fiscalização agropecuária aplicam-se aos processos pendentes de julgamento a partir da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 2º As penalidades de que trata o art. 23 serão aplicadas às infrações constatadas pela fiscalização agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com fundamento no disposto na Lei nº 7.802, de 1989.

Art. 40. O Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.

34.
.....

Parágrafo único. Todo o gado será obrigatoriamente examinado nas estradas de trânsito normal, nos pontos indicados pelo Serviço de Defesa Sanitária Animal, sendo-lhe fornecido um certificado de livre trânsito quando isento de moléstias infectocontagiosas." (NR)

"Art.

54.
.....

Parágrafo único. Os certificados a que se refere este artigo serão válidos pelo prazo máximo de um mês e controlados pelos funcionários competentes do Serviço de Defesa Sanitária Animal." (NR)

"Art.

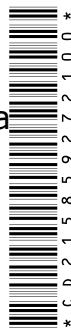
64.
.....

Parágrafo único. Quando o funcionário de defesa sanitária animal encontrar dificuldade para executar as medidas constantes neste artigo requisitará autoridades federais apoio material para o cumprimento de seu dever." (NR)

Art. 41. Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934:

- a) o parágrafo único do art. 8º;
- b) os § 1º e § 2º do art. 34;
- c) o § 3º do art. 39;
- d) o art. 47;



e) os § 1º e § 2º do art. 54; e

f) os § 1º e § 2º do art. 64;

II - os art. 6º e art. 7º do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969;

III - a alínea "g" do **caput** do art. 3º do Decreto-Lei nº 917, de 8 de outubro de 1969;

IV - o art. 4º da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974;

V - o art. 7º da Lei nº 6.446, de 5 de outubro de 1977;

VI - o art. 5º da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980;

VII - o art. 36 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988;

VIII - o art. 2º da Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989;

IX - o art. 9º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994;

X - o art. 9º da Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000;

XI - os art. 42 e art. 43 da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003; e

XII - o art. 6º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:

I - sessenta dias após a data de sua publicação, quanto ao disposto no Capítulo IV;

II - noventa dias após a data de sua publicação, quanto ao disposto no art. 34; e

III - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Brasília,



PL-AUTOCONTROLE AGROPECUÁRIA AGROINDUSTRIAL (EM 1 2021)



ANEXO

Natureza da infração	CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES										Apresentação
	Pessoa física		Microempreended or individual - MEI*		Microempresas - ME**		Empresas de pequeno porte - EPP***		Demais estabelecimentos		
	Valores em reais (R\$)										
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
Leve	100,00	750,00	100,00	750,00	200,00	3.000,00	2.500,00	30.000,00	5.000,00	45.000,00	
Moderada	751,00	3.000,00	751,00	3.000,00	3.001,00	12.000,00	30.001,00	120.000,00	45.001,00	150.000,00	
Grave	3001,00	5.000,00	3.001,00	5.000,00	12.001,00	20.000,00	120.001,00	220.000,00	150.001,00	300.000,00	

* § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

** Inciso I do **caput** do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

*** Inciso II do **caput** do art. 3º da Lei complementar nº 123, de 2006.



Brasília, 7 de Janeiro de 2021

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o Projeto de Lei que "dispõe sobre o autocontrole nas atividades agropecuária e agroindustrial, sobre a organização e procedimentos da defesa agropecuária, que institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária bem como dá outras providências".

2. A expansão progressiva do agronegócio brasileiro, ocorrida nas últimas quatro décadas, vem impondo maior demanda por parte do Estado na execução das práticas de controle e fiscalização agropecuária. É notório que a capacidade da "máquina pública" em manter ou ampliar a prestação desses serviços encontra-se limitada, pois isso está vinculada obrigatoriamente ao aumento progressivo e continuado dos gastos públicos.

3. Ao longo do tempo, se não houver mudança de cenário, a tendência desta situação é de agravamento. A persistência da incompatibilidade entre a pujança do agronegócio brasileiro e a capacidade estatal de resposta, num futuro próximo, pode, inclusive, limitar as exportações das commodities agropecuárias do País, além de precarizar a fiscalização agropecuária.

4. Neste sentido, é fundamental que órgãos públicos com a função de polícia administrativa sanitária passem a atuar de forma mais "inteligente", com base em fatores de risco, buscando atingir índices de maior eficiência no desempenho das suas atribuições para fins de atendimento dos objetivos esperados pela sociedade.

5. Para enfrentar este problema é imprescindível promover alteração na legislação vigente. Por esse motivo, foi elaborado este Projeto de Lei em comento para conferir nova configuração ao modelo de fiscalização agropecuária, e que, em linhas gerais, produz como efeitos:

a) o estabelecimento da obrigatoriedade de adoção de programas de autocontrole pelos agentes regulados pela legislação da defesa agropecuária;

b) a instituição do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária para tratar da organização e dos procedimentos aplicados pela defesa agropecuária;

c) a modernização das regras de controle sanitário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (ex.: registro de estabelecimento agropecuários) que impactam na expedição de ato público de liberação de atividade econômica no segmento agropecuário, considerando o grau de risco sanitário envolvido; e

d) a atualização do valor pecuniário das multas aplicadas em decorrência da constatação de infrações durante a fiscalização agropecuária, atendendo, assim, as recomendações dos Órgãos de Controle, e fortalecendo as medidas coercitivas e educativas em desfavor dos transgressores da legislação sanitária.



6. Tem-se a percepção que esta proposta de legislação permite maior dinamismo e liberdade às atividades econômicas agropecuárias, possibilitando que o Estado concentre suas ações no controle e fiscalização de atividades de maior risco. O Projeto de Lei confere a dosimetria adequada da intervenção Estatal, sem enfraquecer as atividades de sua competência que se encontram dispostas no art. 27-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, permitindo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento desempenhar seu papel institucional de forma mais eficiente, fortalecendo as garantias quanto à idoneidade dos insumos e da segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários fabricados no País, preservando assim os interesses coletivos.

7. As despesas referentes à implementação das ações estão previstas no orçamento da Pasta, observando-se os limites estabelecidos para o exercício de sua execução, bem como as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023.

8. Ademais, tem-se a compreensão que o momento é oportuno e conveniente para apresentar esta proposta de lei, pois ela se coaduna com a política atual do Governo Federal em promover reformas estruturantes no âmbito da Administração Pública Federal, com vistas a melhorar o ambiente de negócios, a competitividade e a participação do Brasil no comércio internacional, tendo o propósito de gerar o bem-estar social.

9. Isso fica mais evidente quando se verifica que as diretrizes contidas neste Projeto de Lei encontram-se em sintonia com os princípios condutores da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei de Liberdade Econômica - LLE), que se pauta na:

- a) liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas;
- b) presunção da boa-fé do particular perante o poder público; e
- c) intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

10. Por fim, nota-se que a conversão deste Projeto de Lei em Lei é cercada por forte expectativa do segmento agropecuário, tendo ampla aceitação por parte das entidades fiscalizadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária, vez que é resultado de ampla discussão setorial. Neste aspecto, há consenso do setor público e privado que a legislação sanitária deve ser atualizada para prover maior autonomia e responsabilização aos fabricantes de insumos e de produtos agropecuários, e, concomitantemente, permitir que o Estado direcione as ações de controle e fiscalização para as atividades de maior risco. A apresentação deste Projeto de Lei é a principal medida para que esta nova forma de relação entre fiscalizador e fiscalizado de fato se concretize, atendendo aos anseios de toda sociedade.

11. Essas, Senhor Presidente, são as razões que motivam a apresentação deste Projeto de Lei à sua elevada apreciação.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador, nos termos do inciso IV do caput do art. 1º, do parágrafo único do art. 170 e do *caput* do art. 174 da Constituição Federal.

§ 1º O disposto nesta Lei será observado na aplicação e na interpretação do direito civil, empresarial, econômico, urbanístico e do trabalho nas relações jurídicas que se encontrem no seu âmbito de aplicação e na ordenação pública, inclusive sobre exercício das profissões, comércio, juntas comerciais, registros públicos, trânsito, transporte e proteção ao meio ambiente.

§ 2º Interpretam-se em favor da liberdade econômica, da boa-fé e do respeito aos contratos, aos investimentos e à propriedade todas as normas de ordenação pública sobre atividades econômicas privadas.

§ 3º O disposto nos arts. 1º, 2º, 3º e 4º desta Lei não se aplica ao direito tributário e ao direito financeiro, ressalvado o inciso X do *caput* do art. 3º.

§ 4º O disposto nos arts. 1º, 2º, 3º e 4º desta Lei constitui norma geral de direito econômico, conforme o disposto no inciso I do *caput* e nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 24 da Constituição Federal, e será observado para todos os atos públicos de liberação da atividade econômica executados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, nos termos do § 2º deste artigo.

§ 5º O disposto no inciso IX do *caput* do art. 3º desta Lei não se aplica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, exceto se:

I - o ato público de liberação da atividade econômica for derivado ou delegado por legislação ordinária federal; ou

II - o ente federativo ou o órgão responsável pelo ato decidir vincular-se ao disposto no inciso IX do *caput* do art. 3º desta Lei por meio de instrumento válido e próprio.

§ 6º Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se atos públicos de liberação a licença, a autorização, a concessão, a inscrição, a permissão, o alvará, o cadastro, o

credenciamento, o estudo, o plano, o registro e os demais atos exigidos, sob qualquer denominação, por órgão ou entidade da administração pública na aplicação de legislação, como condição para o exercício de atividade econômica, inclusive o início, a continuação e o fim para a instalação, a construção, a operação, a produção, o funcionamento, o uso, o exercício ou a realização, no âmbito público ou privado, de atividade, serviço, estabelecimento, profissão, instalação, operação, produto, equipamento, veículo, edificação e outros.

.....

.....

LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, serão regidos por esta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - agrotóxicos e afins:

a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;

II - componentes: os princípios ativos, os produtos técnicos, suas matérias-primas, os ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de agrotóxicos e afins.

Art. 3º Os agrotóxicos, seus componentes e afins, de acordo com definição do art. 2º desta Lei, só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados, se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

§ 1º Fica criado o registro especial temporário para agrotóxicos, seus componentes e afins, quando se destinarem à pesquisa e à experimentação.

§ 2º Os registrantes e titulares de registro fornecerão, obrigatoriamente, à União, as inovações concernentes aos dados fornecidos para o registro de seus produtos.

§ 3º Entidades públicas e privadas de ensino, assistência técnica e pesquisa poderão realizar experimentação e pesquisas, e poderão fornecer laudos no campo da agronomia, toxicologia, resíduos, química e meio ambiente.

§ 4º Quando organizações internacionais responsáveis pela saúde, alimentação ou meio ambiente, das quais o Brasil seja membro integrante ou signatário de acordos e convênios, alertarem para riscos ou desaconselharem o uso de agrotóxicos, seus componentes e afins, caberá à autoridade competente tomar imediatas providências, sob pena de responsabilidade.

§ 5º O registro para novo produto agrotóxico, seus componentes e afins, será concedido se a sua ação tóxica sobre o ser humano e o meio ambiente for comprovadamente igual ou menor do que a daqueles já registrados, para o mesmo fim, segundo os parâmetros fixados na regulamentação desta Lei.

§ 6º Fica proibido o registro de agrotóxicos, seus componentes e afins: a) para os quais o Brasil não disponha de métodos para desativação de seus componentes, de modo a impedir que os seus resíduos remanescentes provoquem riscos ao meio ambiente e à saúde pública;

b) para os quais não haja antídoto ou tratamento eficaz no Brasil;

c) que revelem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas, de acordo com os resultados atualizados de experiências da comunidade científica;

d) que provoquem distúrbios hormonais, danos ao aparelho reprodutor, de acordo com procedimentos e experiências atualizadas na comunidade científica;

e) que se revelem mais perigosos para o homem do que os testes de laboratório, com animais, tenham podido demonstrar, segundo critérios técnicos e científicos atualizados;

f) cujas características causem danos ao meio ambiente.

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos, com o objetivo de proteger as informações pessoais e sensíveis dos cidadãos, com base nos incisos X e XII do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), bem como de atribuir eficiência e segurança aos serviços públicos prestados sobretudo em ambiente eletrônico.

CAPÍTULO II DA ASSINATURA ELETRÔNICA EM INTERAÇÕES COM ENTES PÚBLICOS

Seção I Do Objeto, do Âmbito de Aplicação e das Definições

Art. 2º Este Capítulo estabelece regras e procedimentos sobre o uso de assinaturas eletrônicas no âmbito da:

I - interação interna dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos dos entes federativos;

II - interação entre pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado e os entes públicos de que trata o inciso I do caput deste artigo;

III - interação entre os entes públicos de que trata o inciso I do caput deste artigo.

.....

.....

DECRETO Nº 24.548, DE 3 DE JULHO DE 1934

Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa
Sanitária Animal

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930,

Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o regulamento que com êste baixa, para execução, no país, do Serviço de Defesa Sanitária Animal.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1934, 113º da Independência e 46º da República.

GETULIO VARGAS.

Juarez do Nascimento Fernandes Tavora.

Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal

.....

CAPÍTULO III TRÂNSITO DE ANIMAIS NO PAÍS

.....

Art. 34. O trânsito interestadual de animais, conduzidos a pé, só se fará pelos pontos previamente indicados pela Diretoria de Defesa Sanitária Animal, mediante acôrdo com as autoridades estaduais.

§ 1º Todo o gado será obrigatoriamente examinado nas estradas de trânsito normal, nos pontos indicados pelo Serviço de Defesa Sanitária Animal, sendo-lhe fornecido um certificado de livre trânsito quando isento de moléstias infecto-contagiosas.

§ 2º Os infratores incorrerão em multa de 50\$ a 100\$000 por animal, dobrada nas reincidências.

Art. 35. Os animais transportados por estradas de ferro e destinados aos matadouros frigoríficos que abatem para exportação internacional serão inspecionados nos currais e bretes de embarque ou nas próprias fazendas, pelos funcionários do Serviço de Defesa Sanitária Animal, ou pelos funcionários dos Estados, quando êste serviço lhes houver sido confiado pelo Ministério da Agricultura.

.....

Art. 47. Os infratores das medidas sanitárias a que se refere o artigo anterior incorrerão na multa de 300\$000 a 1:000\$000, dobrada nas reincidências.

Art. 48. Os interessados poderão aproveitar como adubo o produto residual das limpezas dos vagões desde que o mesmo seja tratado de modo a torná-lo inócua, por processo aprovado pela Diretoria do Serviço de Defesa Sanitária Animal.

Art. 49. Para efeito do disposto no art. 42 e em relação às estradas de ferro pertencentes à União, o Ministério Agricultura entrará em acôrdo com o Ministério da Viação

para transferir a êste, mediante prévia avaliação, os atuais postos de desinfecção situados em Santa Cruz, Barra do Piraí e Carlos de Campos, na Estrada de Ferro Central do Brasil.

CAPÍTULO IV IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 54. Os produtos comestíveis de origem animal, elaborados no país, só terão livre trânsito pelos portos e postos de fronteira quando procedentes de estabelecimentos inspecionados e acompanhados de certificado de sanidade, fornecido pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

§ 1º Os certificados a que se refere êste artigo serão válidos pelo prazo máximo de um mês, e controlados pelos funcionários competentes do Serviço de Defesa Sanitária Animal.

§ 2º Os infratores incorrerão na multa de 500\$000 a 1:000\$000 dobrada em cada reincidência e lhes será negado o desembaraço dos produtos.

Art. 55. Verificado no ato do desembarque que os produtos procedem de estabelecimentos registrados e inspecionados pelo S. I. P. O. A., os certificados que os acompanharem serão visados e transmitidos às autoridades sanitárias do D. N. S. P. ou dos Estados, para efeito do disposto no art. 52.

CAPÍTULO VI PROFILAXIA DAS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

Art. 64. Os animais atacados ou suspeitos de doenças contagiosas enumeradas no parágrafo único do artigo anterior e cujo sacrifício fôr requisitado, serão abatidos perante duas testemunhas idôneas, no prazo máximo de 24 horas a contar da chegada, às mãos do proprietário ou detentor dos animais, da cópia da ordem de matança, emanada do diretor do S. D. S. A., ou de um dos inspetores chefes das Inspetorias Regionais do mesmo Serviço.

§ 1º Quando o funcionário de defesa sanitária animal encontrar dificuldade para executar as medidas constantes do presente artigo, requisitará às autoridades federais apôio material para o cumprimento de seu dever.

§ 2º Aos proprietários que criarem dificuldades para a execução do presente artigo serão aplicadas multas de 200\$000 a 1:000\$000, duplicadas na reincidência.

Art. 65. Não estão sujeitos às medidas constantes dos artigos 2º e 3º os animais atacados ou suspeitos de doenças contagiosas que, no interêsse da ciência, sejam conservados nos lazaretos e estabelecimentos de ensino ou em Institutos Científicos.

DECRETO-LEI Nº 467, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETA:

Art. 6º As infrações ao presente Decreto-Lei e respectiva regulamentação ficam sujeitas a penas de advertência ou multas correspondentes ao valor de 1 (um) a 3 (três) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, cobrados sucessivamente nas reincidências até 3 (três) vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento, além das sanções penais cabíveis.

Art. 7º Das multas e demais penalidades, aplicadas pelo órgão incumbido da execução deste Decreto-Lei, caberá pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, dentro do prazo de 30 (trinta) dias e recurso dentro de igual período, subsequente, ao Senhor Ministro da Agricultura, ressalvado o recurso ao Poder Judiciário, se cabível.

Art. 8º A responsabilidade técnica dos estabelecimentos a que se refere este Decreto-Lei, caberá obrigatoriamente a veterinário, farmacêutico ou químico, conforme a natureza do produto, a critério do órgão incumbido de sua execução.

.....

.....

DECRETO-LEI Nº 917, DE 7 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre o emprego da Aviação Agrícola no país e dá outras providências.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

.....

Art. 3º Ao Ministério da Agricultura, ouvidos, quando fôr o caso, os demais Ministérios interessados, incumbe:

a) registrar e manter o cadastro de empresas que, sob qualquer forma, incluam a exploração da Aviação Agrícola entre seus objetivos, ou a realize em consonância com os interesses da sua exploração agropecuária;

b) manter registro estatístico da pesquisa tecnológica e econômica e outras necessárias, relativas à utilização da Aviação Agrícola;

c) homologar e fazer publicar a relação dos produtos químicos em condições de serem aplicados por Aviação Agrícola, atendidas as normas de proteção biológica, de proteção à saúde, e de defesa geral do interesse público;

d) realizar testes operacionais de aeronaves e ensaios de equipamentos quanto aos seus desempenhos como máquinas de aplicação aérea em trabalhos agrícolas, propondo ao Ministério da Aeronáutica o atestado liberatório da aeronave equipada, abrangendo: - Aeronaves e equipamentos já em uso no território nacional, - Aeronaves requeridas para importação; e - Aeronaves de fabricação nacional.

e) participar das decisões sobre concessão de incentivos fiscais e favores creditícios oficiais em benefício de empresas que utilizem ou explorem Aviação Agrícola, juntamente com os demais órgãos especializados na matéria;

f) fiscalizar as atividades da Aviação Agrícola no concernente a observância das normas de proteção à vida e à saúde, do ponto-de-vista operacional e das populações interessadas, bem como das de proteção à fauna e à flora, articulando-se com os órgãos ou autoridades competentes para aplicação de sanções, quando fôr o caso;

g) na falta de sanções específicas previstas em leis e regulamentos, aplicar multas de até (100) cem salários mínimos mensais, suspender ou cancelar o registro de empresas de Aviação Agrícola que tenham infringido as normas de proteção à vida e à saúde, bem como as de proteção à fauna e à flora, pelo prazo e na forma que dispuser o regulamento.

Art. 4º A Administração Federal, através do Ministério da Agricultura, assegurará à Aviação Agrícola:

.....

.....

LEI Nº 6.198, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A inspeção e a fiscalização dos produtos destinados à alimentação animal, (Vetado) serão efetuadas, em todo o território nacional, obrigatoriamente, desde a produção até a comercialização, nos termos desta Lei.

Art. 2º A inspeção e a fiscalização referidas no Art. 1º, a cargo do Ministério da Agricultura, terão em vista os aspectos industrial, bromatológico e higiênico-sanitário e far-se-ão:

- a) Nos estabelecimentos que forneçam matérias-primas destinadas ao preparo de alimentos para animais, (Vetado);
- b) Nos portos e postos de fronteira, quando se tratar de comércio interestadual e importação e exportação de matérias-primas e alimentos preparados, (Vetado);
- c) Nos estabelecimentos industriais;
- d) Nos armazéns inclusive de cooperativas, e estabelecimentos atacadistas e varejistas;
- e) Em quaisquer outros locais previstos no regulamento da presente Lei.

Art. 3º Somente as pessoas físicas ou jurídicas inclusive cooperativas, associações de classe e entidades congêneres, devidamente registradas no órgão competente do Ministério da Agricultura, poderão receber, manipular, preparar, acondicionar, armazenar distribuir ou vender matérias-primas ou produtos destinados à alimentação animal, (Vetado).

Art. 4º Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, infração das normas legais relacionadas com o trato das matérias-primas ou produtos destinados à alimentação animal, (Vetado) acarretará, isolada ou cumulativamente, nos termos previstos em regulamento, as seguintes sanções administrativas:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo mensal, vigente no País;
- c) Apreensão de matérias-primas e produtos acabados;
- d) Suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva de funcionamento;
- e) Cassação ou cancelamento do registro ou licenciamento;
- f) Intervenção.

Art. 5º A União poderá celebrar convênios com os Estados, Distrito Federal e Territórios para a execução de serviços relacionados com a inspeção e a fiscalização previstas nesta Lei, com atribuição de receita.

Art. 6º Os trabalhos e atividades de inspeção e fiscalização de que trata esta Lei constituem serviços inerentes à industrialização e comercialização das matérias-primas e produtos destinados à alimentação animal, (Vetado) e serão remunerados em regime de preços públicos, fixados pelo Ministério da Agricultura, que os atualizará sempre que necessário e disporá sobre o respectivo recolhimento e utilização, na conformidade do disposto nos Arts. 4º

e 5º da Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962. ([*Preços públicos extintos a partir de 1/1/1982, de acordo com o inciso III do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.899, de 21/12/1981*](#))

Art. 7º O Poder Executivo baixará o regulamento desta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 4.736, de 15 de julho de 1965, e demais disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

ERNESTO GEISEL
Alysson Paulinelli

LEI Nº 6.446, DE 5 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 7º. Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração das disposições desta Lei acarretará, isolada ou cumulativamente, nos termos previstos em Regulamento, as seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa de até 10 (dez) vezes o maior valor de referência vigente, fixado de acordo com o disposto na Lei número 6.205, de 29 de abril de 1975;
- c) apreensão;
- d) inutilização;
- e) suspensão;
- f) interdição, temporária ou definitiva;
- g) cancelamento do registro.

Art. 8º O Poder Executivo baixará dentro de 180 (cento e oitenta) dias, o Regulamento da presente Lei.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL
Paulo Afonso Romano

LEI Nº 6.894, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1980

Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura, e dá outras providências. ([*Ementa com redação dada pela Lei nº 12.890, de 10/12/2013*](#))

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 5º A infração às disposições desta Lei acarretará, nos termos previstos em regulamento, e independentemente de medidas cautelares, a aplicação das seguintes sanções: ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 6.934, de 13/7/1981)

I - advertência;

II - multa igual a 5 (cinco) vezes o valor das diferenças para menos, entre o teor dos macronutrientes primários indicados no registro do produto e os resultados apurados na análise, calculada sobre o lote de fertilizante produzido, comercializado ou estocado;

III - multa de até 1.000 (mil) vezes o maior valor de referência estabelecido na forma da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, aplicável em dobro nos casos de reincidência genérica ou específica; (Inciso com redação dada pela Lei nº 6.934, de 13/7/1981)

IV - condenação do produto; (Inciso com redação dada pela Lei nº 6.934, de 13/7/1981)

V - inutilização do produto; (Inciso com redação dada pela Lei nº 6.934, de 13/7/1981)

VI - suspensão do registro; (Inciso com redação dada pela Lei nº 6.934, de 13/7/1981)

VII - cancelamento do registro; (Inciso acrescido pela Lei nº 6.934, de 13/7/1981)

VIII - interdição, temporária ou definitiva, do estabelecimento. (Inciso acrescido pela Lei nº 6.934, de 13/7/1981)

§ 1º A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com outras sanções.

§ 2º A aplicação das sanções previstas neste artigo não prejudicará a apuração das responsabilidades civil ou penal das pessoas físicas e jurídicas e dos profissionais mencionados no § 3º do art. 4º. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 6.934, de 13/7/1981)

Art. 6º A inspeção e a fiscalização serão retribuídas, respectivamente, por preços públicos e taxas calculadas com base no maior valor de referência resultante da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, de acordo com a tabela anexa. ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 6.934, de 13/7/1981) (Vide inciso VII do art. 9º do Decreto-Lei nº 1.899, de 21/12/1981)

§ 1º A inspeção será efetuada sempre que houver solicitação por parte das pessoas físicas ou jurídicas referidas nesta Lei. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 6.934, de 13/7/1981)

§ 2º Nos termos do regulamento, o Ministro de Estado da Agricultura estabelecerá os valores e a forma de recolhimento dos preços públicos.

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, considera-se:

a) inspeção - a constatação das condições higiênico-sanitárias e técnicas dos produtos ou estabelecimentos;

b) fiscalização - a ação externa e direta dos órgãos do Poder Público destinada à verificação do cumprimento das disposições aplicáveis ao caso. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 6.934, de 13/7/1981)

LEI Nº 7.678, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1988

Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e vinho, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 36. A infração às disposições desta Lei será apurada em processo administrativo e acarretará, nos termos previstos em regulamento, a aplicação das seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa no valor de até 5.000 (cinco mil) OTNs - Obrigações do Tesouro Nacional, ou outro valor cuja base venha a ser fixada por lei;
- III - inutilização do produto;
- IV - interdição;
- V - suspensão; e
- VI - cassação.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, quando for o caso.

Art. 37. A administração pública poderá adotar medidas cautelares que se demonstrem indispensáveis ao atendimento dos objetivos desta Lei.

.....

.....

LEI Nº 7.889, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1989

Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 94, de 1989, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, NELSON CARNEIRO, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A prévia inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, de que trata a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, é da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 23, inciso II, da Constituição.

Art. 2º Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- I - advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;
- II - multa, de até 25.000 Bônus do Tesouro Nacional - BTN, nos casos não compreendidos no inciso anterior;
- III - apreensão ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos, e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulteradas;
- IV - suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embarço à ação fiscalizadora;
- V - interdição, total ou parcial, do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 1º As multas previstas neste artigo serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embarço ou resistência a ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a Lei.

§ 2º A interdição de que trata o inciso V poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 3º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos doze meses, será cancelado o registro (art. 7º da Lei nº 1.283, de 1950).

§ 4º Os produtos apreendidos nos termos do inciso III do caput deste artigo e perdidos em favor da União, que, apesar das adulterações que resultaram em sua apreensão,

apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados prioritariamente aos programas de segurança alimentar e combate à fome. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.341, de 1/12/2010*)

Art. 3º Nos casos de emergência em que ocorra risco à saúde ou ao abastecimento público, a União poderá contratar especialistas, nos termos do art. 37 inciso IX da Constituição, para atender os serviços de inspeção prévia e de fiscalização, por tempo não superior a seis meses.

Parágrafo único. A contratação será autorizada pelo Presidente da República, que fixará a remuneração dos contratados em níveis compatíveis com o mercado de trabalho e dentro dos recursos orçamentários disponíveis.

Art. 4º Os arts. 4º e 7º da Lei nº 1283, de 1950, passam, a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 4º São competentes para realizar a fiscalização de que trata esta Lei:
a) o Ministério da Agricultura, nos estabelecimentos mencionados nas alíneas a, b, c, d, e, e f, do art. 3º, que façam comércio interestadual ou internacional;
b) as Secretarias de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos estabelecimentos de que trata a alínea anterior que trata a alínea anterior que façam comércio intermunicipal;
c) as Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Municípios, nos estabelecimentos de que trata a alínea a desde artigo que façam apenas comércio municipal; d) os órgãos de saúde pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos estabelecimentos de que trata a alínea g do mesmo art. 3º." " Art. 7º Nenhum estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal poderá funcionar no País, sem que esteja previamente registrado no órgão competente para a fiscalização da sua atividade, na forma do art. 4º.
Parágrafo único."

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as Leis nº 5.760, de 3 de dezembro de 1971, nº 6.275, de 1º de dezembro de 1975, e demais disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, 23 de novembro de 1989; 168º. da Independência e 101º. da República.

NELSON CARNEIRO

LEI Nº 8.918, DE 14 DE JULHO DE 1994

Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 9º Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível, a infração das disposições desta lei acarretará, isolada ou cumulativamente, nos termos previstos em regulamento, além das medidas cautelares de fechamento do estabelecimento, apreensão e destinação da matéria-prima, produto ou equipamento, as seguintes sanções administrativas:

- I - advertência;
- II - multa no valor de até 110.000 Unidades Fiscais de Referência -UFIR, ou unidade padrão superveniente; [*Inciso com redação dada pela Lei nº 8.936, de 24/11/1994*](#)
- III - inutilização da matéria-prima, rótulo e/ou produto;
- IV - interdição do estabelecimento ou equipamento;
- V - suspensão da fabricação do produto; e
- VI - cassação da autorização para funcionamento do estabelecimento cumulada ou não com a proibição de venda e publicidade do produto.

Art. 10. Na aplicação das medidas cautelares ou do auto de infração, haverá nomeação de um depositário idôneo.

Parágrafo único. Ao depositário infiel será aplicada a multa no valor de até 27.500 Unidades Fiscais de Referência - UFIR, ou unidade padrão superveniente. [*Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 8.936, de 24/11/1994*](#)

.....

.....

LEI Nº 9.972, DE 25 DE MAIO DE 2000

Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 9º. Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infringência às disposições contidas nesta Lei sujeita as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas no processo de classificação, às seguintes sanções administrativas, isolada ou cumulativamente:

- I - advertência;
- II - multa de até 500.000 UFIRs ou índice equivalente que venha a substituí-lo;
- III - suspensão da comercialização do produto;
- IV - apreensão ou condenação das matérias-primas e produtos;
- V - interdição do estabelecimento;
- VI - suspensão do credenciamento; e
- VII - cassação ou cancelamento do credenciamento.

§ 1º A suspensão da comercialização do produto e do credenciamento pode ser utilizada como medida cautelar no ato da ação fiscal, na forma a ser especificada em regulamento.

§ 2º Cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma desta Lei, observada prioridade absoluta aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos casos em que os produtos apreendidos se prestarem ao consumo humano. [*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.341, de 1/12/2010*](#)

Art. 10. O art. 37 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. É mantida, no território nacional, a exigência de padronização, fiscalização e classificação de produtos animais, subprodutos e derivados e seus resíduos de valor econômico, bem como dos produtos de origem animal destinados ao consumo e à industrialização para o mercado interno e externo."
"(NR)

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, dentro de noventa dias.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor no prazo de noventa dias a partir da data de sua publicação.

Art. 13. Revoga-se a Lei nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975.

Brasília, 25 de maio de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan
Márcio Fortes de Almeida

LEI Nº 10.711, DE 5 DE AGOSTO DE 2003

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO XIII DAS MEDIDAS CAUTELARES E DAS PENALIDADES

Art. 42. No ato da ação fiscal serão adotadas como medidas cautelares, conforme dispuser o regulamento desta Lei:

- I - suspensão da comercialização; ou
- II - interdição de estabelecimento.

Art. 43. Sem prejuízo da responsabilidade penal e civil cabível, a inobservância das disposições desta Lei sujeita as pessoas físicas e jurídicas, referidas no art. 8º, às seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, conforme dispuser o regulamento desta Lei:

- I - advertência;
- II - multa pecuniária;
- III - apreensão das sementes ou mudas;
- IV - condenação das sementes ou mudas;
- V - suspensão da inscrição no Renasem;
- VI - cassação da inscrição no Renasem.

Parágrafo único. A multa pecuniária será de valor equivalente a até 250% (duzentos e cinquenta por cento) do valor comercial do produto fiscalizado, quando incidir sobre a produção, beneficiamento ou comercialização.

Art. 44. O responsável técnico, o amostrador ou o certificador que descumprir os dispositivos desta Lei, estará sujeito às seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, conforme dispuser a regulamentação desta Lei:

- I - advertência;
- II - multa pecuniária;
- III - suspensão do credenciamento;
- IV - cassação do credenciamento.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, fica o órgão fiscalizador obrigado a comunicar as eventuais ocorrências, imediatamente, ao respectivo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea.

LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 6º Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração das disposições desta Lei será apurada em processo administrativo e acarretará, nos termos previstos em regulamento, a aplicação das seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

I - advertência;

II - multa de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

III - suspensão da comercialização do produto;

IV - condenação de produtos, rótulos, embalagens e matérias-primas;

V - inutilização do produto;

VI - suspensão do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença; e

VII - cancelamento do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença.

Art. 7º Caberá ao órgão definido em regulamento adotar medidas cautelares que se demonstrem indispensáveis ao atendimento dos objetivos desta Lei, assim como dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma de seu regulamento.

.....

.....

LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre a política agrícola.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO VII DA DEFESA AGROPECUÁRIA

Art. 27. (VETADO).

Art. 27-A. São objetivos da defesa agropecuária assegurar:

I - a sanidade das populações vegetais;

II - a saúde dos rebanhos animais;

III - a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;

IV - a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

§ 1º Na busca do atingimento dos objetivos referidos no *caput*, o Poder Público desenvolverá, permanentemente, as seguintes atividades:

I - vigilância e defesa sanitária vegetal;

II - vigilância e defesa sanitária animal;

III - inspeção e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico;

IV - inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico;

V - fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias.

§ 2º As atividades constantes do parágrafo anterior serão organizadas de forma a garantir o cumprimento das legislações vigentes que tratam da defesa agropecuária e dos compromissos internacionais firmados pela União. [*\(Artigo acrescido pela Lei nº 9.712, de 20/11/1998\)*](#)

Art. 28. (VETADO).

Art. 28-A. Visando à promoção da saúde, as ações de vigilância e defesa sanitária dos animais e dos vegetais serão organizadas, sob a coordenação do Poder Público nas várias instâncias federativas e no âmbito de sua competência, em um Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, articulado, no que for atinente à saúde pública, com o Sistema Único de Saúde de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, do qual participarão:

I - serviços e instituições oficiais;

II - produtores e trabalhadores rurais, suas associações e técnicos que lhes prestam assistência;

III - órgãos de fiscalização das categorias profissionais diretamente vinculadas à sanidade agropecuária;

IV - entidades gestoras de fundos organizados pelo setor privado para complementar as ações públicas no campo da defesa agropecuária.

§ 1º A área municipal será considerada unidade geográfica básica para a organização e o funcionamento dos serviços oficiais de sanidade agropecuária.

§ 2º A instância local do sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária dará, na sua jurisdição, plena atenção à sanidade, com a participação da comunidade organizada, tratando especialmente das seguintes atividades:

I - cadastro das propriedades;

II - inventário das populações animais e vegetais;

III - controle de trânsito de animais e plantas;

IV - cadastro dos profissionais de sanidade atuantes;

V - cadastro das casas de comércio de produtos de uso agrônomo e veterinário;

VI - cadastro dos laboratórios de diagnósticos de doenças;

VII - inventário das doenças diagnosticadas;

VIII - execução de campanhas de controle de doenças;

IX - educação e vigilância sanitária;

X - participação em projetos de erradicação de doenças e pragas.

§ 3º Às instâncias intermediárias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária competem as seguintes atividades:

I - vigilância do trânsito interestadual de plantas e animais;

II - coordenação das campanhas de controle e erradicação de pragas e doenças;

III - manutenção dos informes nosográficos;

IV - coordenação das ações de epidemiologia;

V - coordenação das ações de educação sanitária;

VI - controle de rede de diagnóstico e dos profissionais de sanidade credenciados.

§ 4º À instância central e superior do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária compete:

I - a vigilância de portos, aeroportos e postos de fronteira internacionais;

II - a fixação de normas referentes a campanhas de controle e erradicação de pragas e doenças;

III - a aprovação dos métodos de diagnóstico e dos produtos de uso veterinário e agrônomo;

IV - a manutenção do sistema de informações epidemiológicas;

V - a avaliação das ações desenvolvidas nas instâncias locais e intermediárias do sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária;

VI - a representação do País nos fóruns internacionais que tratam da defesa agropecuária;

VII - a realização de estudos de epidemiologia e de apoio ao desenvolvimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;

VIII - a cooperação técnica às outras instâncias do Sistema Unificado;

IX - o aprimoramento do Sistema Unificado;

X - a coordenação do Sistema Unificado;

XI - a manutenção do Código de Defesa Agropecuária.

§ 5º Integrarão o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária instituições gestoras de fundos organizados por entidades privadas para complementar as ações públicas no campo da defesa agropecuária.

§ 6º As estratégias e políticas de promoção à sanidade e de vigilância serão ecossistêmicas e descentralizadas, por tipo de problema sanitário, visando ao alcance de áreas livres de pragas e doenças, conforme previsto em acordos e tratados internacionais subscritos pelo País.

§ 7º Sempre que recomendado epidemiologicamente é prioritária a erradicação das doenças e pragas, na estratégia de áreas livres. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 9.712, de 20/11/1998\)](#)

Art. 29. (VETADO).

.....

.....

EMENDA ADITIVA Nº _____ AO PROJETO DE LEI 01293/2021.
(Do Sr. Covatti Filho)

Acrescente-se ao Projeto de Lei 01293/2021 o seguinte artigo:

“Art. 41. Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, até 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea f do inciso VI do caput do art. 2º da referida Lei.

***Parágrafo único.** A prorrogação de que trata o caput deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017, como forma de garantir a transição para o novo modelo de inspeção baseado no autocontrole.*

Plenário, em 31 de maio de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente estão a serviço do sistema de inspeção federal de produtos de origem animal 239 (duzentos e trinta e nove) Médicos Veterinários Oficiais. A assunção do cargo foi precedida de exigente processo seletivo, bem como de treinamento específico. Além disso, referidos profissionais estão na linha de frente da inspeção por todo o Brasil há 3 (anos), período que proporcionou aquisição de valiosa expertise na atividade.

O aproveitamento dos Médicos Veterinários Oficiais aprovados no Processo Seletivo regido pelo Edital ESAF nº 48/17 por um período de tempo maior do que o atualmente regido pela legislação é medida de racionalização dos recursos humanos que proporcionará vultosa economia ao erário e reverterá em grande eficiência aos relevantes serviços de saúde pública prestados à sociedade.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Covatti Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213650356400>

Para que o aproveitamento dos Médicos Veterinários Oficiais seja possível, torna-se necessário que a legislação seja alterada para o fim ampliar a autorização para o Ministério da Agricultura prorrogar os contratos vigentes, os quais podem ser elastecidos por 4 (quatro) anos, além do limite estabelecido pela Lei 13.996/2020.

O bom funcionamento do sistema de defesa agropecuária, com pessoal qualificado e em quantitativo suficiente, é fundamental para a continuidade da importante contribuição do agronegócio brasileiro para a geração de divisas internacionais. Por isso, em 2017 o MAPA contratou emergencialmente 300 médicos veterinários, por tempo determinado (até dois anos), para suprir a carência gerada pela crescente baixa funcional na carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que contabilizou a aposentadoria de 649 servidores entre o ano de 2016 e setembro de 2019.

Conforme autorizado pela Medida Provisória nº 903/2019, posteriormente convertida na Lei 13.996/2020, 239 (duzentos e trinta e nove) desses contratos foram prorrogados até novembro de 2021, os quais, se não forem novamente prorrogados, poderão levar à interrupção da imprescindível fiscalização de produtos de origem animal realizada por esses profissionais, com iminente risco à saúde dos consumidores e severos prejuízos para o comércio interno e as exportações do setor.

O Brasil atravessa um ambiente político/jurídico/legislativo de mudanças profundas, no qual se questiona a forma como a máquina estatal serve a sociedade. Nesse contexto, temos em debate no Congresso Nacional inovações legislativas de expressiva relevância, como a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e o Projeto de Lei que institui os Programas de Autocontrole regulados pela Defesa Agropecuária (PL 1293/2021).

A diástase pela qual clama a sociedade face à indispensável modernização dos sistemas de produção nacional buscam fortalecer as conquistas do agronegócio, especialmente os exigentes mercados internacionais para os quais são exportados os produtos de origem animal brasileiros. Para que não ocorra qualquer ruptura perniciosa a cadeia produtiva, é imperiosa a garantia de um processo de transição que assegure a manutenção da chancela oficial exigida pelos países importadores. Ademais, o novo modelo preconizado pela legislação ora em debate trará reflexos diretos no contingente de servidores do MAPA, o qual será redimensionado de acordo com a nova realidade.

É nesse contexto que a flexibilidade proporcionada pela força de trabalho dos Médicos Veterinários Oficiais alcança especial relevância, sendo indubitavelmente uma equipe de apoio imprescindível para um bem-sucedido processo de transição do modelo antigo para o novo modelo – que deve ocorrer sem quaisquer traumas ou rupturas.

Em suma, os Médicos Veterinários Oficiais estão alinhados às necessidades do atual cenário jurídico-legislativo, que impõe ao Brasil a flexibilidade na contratação de servidores temporários que não onerem a folha a longo prazo e que assegurem um processo escorreito de transição para novos modelos de gestão exigidos pela sociedade.

A manutenção da contratação temporária dos Médicos Veterinários Oficiais permitirá a continuidade do atendimento a serviço essencial para a indústria, sem o



comprometimento da folha com servidores efetivos na medida em que tem se mostrado uma equipe essencial de suporte à atividade de fiscalização desempenhada pelos Auditores Fiscais Federais Agropecuários e podem fazer frente às restrições orçamentárias impostas pela pandemia e a sazonalidade e dinamismo das exportações de proteína animal, alocando em tempo hábil servidores contratados com baixo custo e sem impactos orçamentários de longo prazo.

A importância do trabalho desenvolvido pelos Médicos Veterinários Oficiais se torna ainda mais expressiva diante do cenário de recessão que acomete a economia brasileira, evidenciando que a Administração Pública Federal enfrentará sérias limitações por um longo período de tempo, especialmente no que diz respeito à contratação de novos servidores - a Emenda Constitucional 109 impôs severos obstáculos à contratação de servidores a todos os entes da federação.

Em conclusão, a importância dos Médicos Veterinários Oficiais para a cadeia produtiva nacional, para o sistema de inspeção de produtos de origem animal, para a exportação de produtos brasileiros e, principalmente, para a saúde do mercado consumidor impõe sejam adotadas medidas legislativas que permitam a continuidade da prestação dos serviços por esses profissionais.

COVATTI FILHO

Deputado Federal

Progressistas/RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Covatti Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213650356400>



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI 01293/2021

(Do Sr. Paulo Bengtson)

(PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, GARANTINDO A EXISTÊNCIA DE UMA EQUIPE DE TRANSIÇÃO PARA O NOVO MODELO)

JUSTIFICATIVA

Atualmente estão a serviço do sistema de inspeção federal de produtos de origem animal 239 (duzentos e trinta e nove) Médicos Veterinários Oficiais. A assunção do cargo foi precedida de exigente processo seletivo, bem como de treinamento específico. Além disso, referidos profissionais estão na linha de frente da inspeção por todo o Brasil há 3 (anos), período que proporcionou aquisição de valiosa expertise na atividade.

O aproveitamento dos Médicos Veterinários Oficiais aprovados no Processo Seletivo regido pelo Edital ESAF nº 48/17 por um período de tempo maior do que o atualmente regido pela legislação é medida de racionalização dos recursos humanos que proporcionará vultosa economia ao erário e reverterá em grande eficiência aos relevantes serviços de saúde pública prestados à sociedade.

Para que o aproveitamento dos Médicos Veterinários Oficiais seja possível, torna-se necessário que a legislação seja alterada para o fim ampliar a autorização para o Ministério da Agricultura prorrogar os contratos vigentes, os quais podem ser elastecidos por 4 (quatro) anos, além do limite estabelecido pela Lei 13.996/2020.

O bom funcionamento do sistema de defesa agropecuária, com pessoal qualificado e em quantitativo suficiente, é fundamental para a continuidade da importante contribuição do agronegócio brasileiro para a geração de divisas internacionais. Por isso, em 2017 o MAPA contratou emergencialmente 300 médicos veterinários, por tempo determinado (até dois anos), para suprir a carência gerada pela crescente baixa funcional na carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que contabilizou a aposentadoria de 649 servidores entre o ano de 2016 e setembro de 2019.

Conforme autorizado pela Medida Provisória nº 903/2019, posteriormente convertida na Lei 13.996/2020, 239 (duzentos e trinta e nove) desses contratos foram prorrogados até novembro de 2021, os quais, se não forem novamente prorrogados, poderão levar à interrupção da imprescindível fiscalização de produtos de origem animal realizada por esses profissionais, com iminente risco à saúde dos consumidores e severos prejuízos para o comércio interno e as exportações do setor.

O Brasil atravessa um ambiente político/jurídico/legislativo de mudanças profundas, no qual se questiona a forma como a máquina estatal serve a sociedade. Nesse contexto, temos em debate no Congresso Nacional inovações legislativas de expressiva relevância, como a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e o Projeto de Lei que institui os Programas de Autocontrole regulados pela Defesa Agropecuária (PL 1293/2021).

A diástase pela qual clama a sociedade face à indispensável modernização dos sistemas de produção nacional buscam fortalecer as conquistas do agronegócio, especialmente os



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Bengtson
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212320347600>



exigentes mercados internacionais para os quais são exportados os produtos de origem animal brasileiros. Para que não ocorra qualquer ruptura perniciosa a cadeia produtiva, é imperiosa a garantia de um **processo de transição** que assegure a manutenção da chancela oficial exigida pelos países importadores. Ademais, o novo modelo preconizado pela legislação ora em debate trará reflexos diretos no contingente de servidores do MAPA, o qual será redimensionado de acordo com a nova realidade.

É nesse contexto que a flexibilidade proporcionada pela força de trabalho dos Médicos Veterinários Oficiais alcança especial relevância, sendo indubitavelmente uma equipe de apoio imprescindível para um bem-sucedido processo de transição do modelo antigo para o novo modelo – que deve ocorrer sem quaisquer traumas ou rupturas.

Em suma, os Médicos Veterinários Oficiais estão alinhados às necessidades do atual cenário jurídico-legislativo, que impõe ao Brasil a flexibilidade na contratação de servidores temporários que não onerem a folha a longo prazo e que assegurem um processo escorreito de transição para novos modelos de gestão exigidos pela sociedade.

A manutenção da contratação temporária dos Médicos Veterinários Oficiais permitirá a continuidade do atendimento a serviço essencial para a indústria, sem o comprometimento da folha com servidores efetivos na medida em que tem se mostrado uma equipe essencial de suporte à atividade de fiscalização desempenhada pelos Auditores Fiscais Federais Agropecuários e podem fazer frente às restrições orçamentárias impostas pela pandemia e a sazonalidade e dinamismo das exportações de proteína animal, alocando em tempo hábil servidores contratados com baixo custo e sem impactos orçamentários de longo prazo.

A importância do trabalho desenvolvido pelos Médicos Veterinários Oficiais se torna ainda mais expressiva diante do cenário de recessão que acomete a economia brasileira, evidenciando que a Administração Pública Federal enfrentará sérias limitações por um longo período de tempo, especialmente no que diz respeito à contratação de novos servidores - a Emenda Constitucional 109 impôs severos obstáculos à contratação de servidores a todos os entes da federação.

Em conclusão, a importância dos Médicos Veterinários Oficiais para a cadeia produtiva nacional, para o sistema de inspeção de produtos de origem animal, para a exportação de produtos brasileiros e, principalmente, para a saúde do mercado consumidor impõe sejam adotadas medidas legislativas que permitam a continuidade da prestação dos serviços por esses profissionais.

Para tanto, propõe-se a presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei 01293/2021:



EMENDA ADITIVA Nº ____ AO PROJETO DE LEI 01293/2021.

Acrescente-se ao Projeto de Lei 01293/2021 o seguinte artigo:

“Art. 41. Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, até 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea f do inciso VI do caput do art. 2º da referida Lei.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017, como forma de garantir a transição para o novo modelo de inspeção baseado no autocontrole.

Plenário, em de maio de 2021.

Deputado PAULO BENGTON

PTB/PA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Bengton
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212320347600>





COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao Projeto o seguinte artigo:

“Art. 41. O art. 1º da Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1º Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da [Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993](#), 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na [alínea f do inciso VI do caput do art. 2º da referida Lei](#).

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o **caput** deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017, vigentes no momento da entrada em vigor da Medida Provisória nº 903, de 6 de novembro de 2019.’ (NR)”





JUSTIFICAÇÃO

O bom funcionamento do sistema de defesa agropecuária, com pessoal qualificado e em quantitativo suficiente, é fundamental para garantir a segurança alimentar da população e a continuidade da importante contribuição do agronegócio brasileiro para a geração de divisas internacionais.

Por isso, em 2017 o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) contratou emergencialmente, com amparo na Lei nº 8.745/1993, 300 médicos veterinários, por tempo determinado (até dois anos), para atuar no Serviço de Inspeção Federal (SIF) de produtos de origem animal e suprir a carência gerada pela crescente baixa funcional na carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que contabilizou a aposentadoria de 649 servidores no período de 2016 a 2019.

Atualmente, 239 (duzentos e trinta e nove) desses médicos veterinários, contratados após processo seletivo rigoroso e treinamento específico, permanecem na linha de frente da inspeção de produtos de origem animal em todo o Brasil, tendo adquirido valiosa expertise na atividade.

O aproveitamento desses Médicos Veterinários Oficiais, aprovados no Processo Seletivo regido pelo Edital ESAF nº 48/2017, por um período de tempo maior do que o fixado pela legislação, é medida de racionalização dos recursos humanos, que proporcionará vultosa economia ao erário e reverterá em grande eficiência aos relevantes serviços de saúde pública prestados à sociedade.

Nessa direção, a Medida Provisória nº 903/2019, convertida na Lei nº 13.996/2020, já autorizou a prorrogação dos contratos até novembro de 2021. Portanto, ao fim deste período, para não haver a interrupção da imprescindível fiscalização de produtos de origem animal realizada por esses





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Lucio Mosquini

profissionais, com iminente risco à saúde dos consumidores e severos prejuízos para o comércio e as exportações do setor, é necessária nova autorização legal para a prorrogação dos contratos remanescentes.

Vale ressaltar que o Brasil passa por um ambiente de reformas, no qual se questiona a forma como a máquina pública deve servir a sociedade. Nesse contexto, temos em debate no Congresso Nacional propostas legislativas de expressiva relevância, como a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e este Projeto de Lei que institui os Programas de Autocontrole regulados pela Defesa Agropecuária (PL nº 1.293/2021).

A indispensável modernização dos sistemas de produção nacional que se engendra deverá fortalecer as conquistas do agronegócio, especialmente as alcançadas em exigentes mercados internacionais para os quais são exportados os produtos de origem animal brasileiros.

Entretanto, para não haver risco de rupturas perniciosas à cadeia produtiva, é imprescindível garantir um processo de transição que assegure a manutenção da chancela oficial exigida pelos países importadores de alimentos. Ademais, o novo modelo preconizado pela legislação ora em revisão trará reflexos diretos no contingente de servidores à disposição do MAPA, o qual será redimensionado de acordo com a nova realidade.

Ressalta-se que a importância do trabalho desenvolvido pelos Médicos Veterinários Oficiais se torna ainda mais expressiva diante do cenário de recessão que acomete a economia brasileira, que impõe sérias limitações à contratação de novos servidores Administração Pública Federal.

Desse modo, a manutenção da contratação temporária dos Médicos Veterinários Oficiais permitirá a continuidade da prestação de serviço público essencial, adequando-se à sazonalidade e dinamismo das exportações de proteína animal, que demanda a alocação em tempo hábil de servidores.

Sala da Comissão, em 02 de junho de 2021.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217549815200>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Lucio Mosquini

Deputado LUCIO MOSQUINI

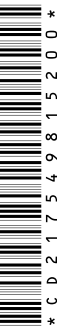
2021-7555

Apresentação: 02/06/2021 17:25 - CAPADR
EMC 3 CAPADR => PL 1293/2021

EMC n.3



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217549815200>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEAGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA DE COMISSÃO Nº , de 2021

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, o seguinte artigo

40-A:

“Art. 40-A. Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, até 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea f do inciso VI do caput do art. 2º da referida Lei.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017, como forma de garantir a transição para o novo modelo de inspeção baseado no autocontrole.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Atualmente, estão a serviço do sistema de inspeção federal de produtos de origem animal, duzentos e trinta e nove médicos veterinários oficiais. A assunção do cargo foi precedida de exigente processo seletivo e treinamento específico.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vermelho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210525958300>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Respectivos contratos foram prorrogados até novembro de 2021, conforme autorizado pela Medida Provisória nº 903/2019, convertida na Lei nº 13.996/2020.

Logo, a presente emenda visa assegurar a continuidade do trabalho de inspeção federal com o aproveitamento dos médicos veterinários oficiais aprovados no Processo Seletivo regido pelo Edital ESAF nº 48/17, por um período de tempo maior do que o atualmente regido pela legislação, sem que ocorra qualquer ruptura na cadeia produtiva com iminente risco à saúde dos consumidores ou severos prejuízos para o comércio interno e para as exportações do setor.

Sendo assim, a manutenção da contratação temporária ora pleiteada permitirá a continuidade do atendimento a serviço essencial para a indústria, sem o comprometimento da folha com servidores efetivos, principalmente em decorrência de restrições orçamentárias impostas pela pandemia. Tal medida permitirá a alocação em tempo hábil desses servidores de forma a atender à sazonalidade e ao dinamismo das exportações de proteína animal sem acarretar impactos orçamentários de longo prazo.

Desse modo, considerando a importância da matéria ora tratada, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2021.

Deputado VERMELHO
PSD/PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vermelho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210525958300>

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso I do artigo 3º e ao caput do art. 4º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 3º

I - defesa agropecuária - estrutura constituída de normas e ações que integram sistemas públicos e privados, destinada à preservação ou à melhoria da saúde animal, da sanidade vegetal e da segurança de alimentos, insumos e demais produtos agropecuários;

.....

Art. 4º O agente deverá garantir que seus produtos e serviços atendam aos requisitos estabelecidos na legislação da defesa agropecuária.”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212356069300>

JUSTIFICAÇÃO

Foi suprimido dos dispositivos citados acima a previsão do controle de identidade e qualidade dos alimentos, insumos e demais produtos agropecuários, tanto por parte da defesa agropecuária na sua atuação fiscalizatória (art. 3º, inciso I), quanto por parte dos estabelecimentos em seus deveres (art. 4º, caput).

Isso porque tanto as atividades de regulamentação como as de fiscalização dos produtos agropecuários, realizadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária, devem se ater à garantia da sanidade e da segurança alimentar, e não invadir questões de identidade e de qualidade, que devem ser de responsabilidade exclusiva do produtor, ainda mais no modelo de autocontrole a ser implementado, os quais devem atender, inclusive, os princípios básicos da Lei nº. 13.874 de 20 de setembro de 2019, conhecida como Lei Liberdade Econômica, a saber:

- a) o da liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas;
- b) o da presunção da boa-fé do particular perante o poder público; e
- c) o da intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

Há de se considerar, ainda, que entraves regulatórios impedem o avanço de soluções inovadoras em processos e produtos, o que caracteriza um “abuso do poder regulatório”, também vedado pelo ordenamento jurídico nacional nos termos do art. 4º, VII, da Lei da Liberdade Econômica¹.

Sala da Comissão, em de de 2021.

1 Art. 4º É dever da administração pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente:

(...)

VII - introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas;

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212356069300>



Deputado ALCEU MOREIRA

2021-7880

Apresentação: 04/06/2021 18:28 - CAPADR
EMC 5 CAPADR => PL 1293/2021

EMC n.5



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212356069300>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso VII do Art. 3º e ao Art. 5º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 3º

VII – análise de risco - processo adotado para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações de risco advindos de fontes internas ou externas e buscar segurança razoável na consecução dos objetivos da defesa agropecuária;

.....”

“Art. 5º Fica instituída a análise de risco como abordagem de ação da defesa agropecuária.

§ 1º A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento instituirá a Política Nacional de Análise de Riscos Agropecuários, contemplando:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216749487200>



I - avaliação de risco, que consiste no processo científico de identificação e caracterização do perigo, avaliação da exposição e caracterização do risco;

II - gerenciamento de risco, que consiste na seleção diretrizes, medidas de prevenção e controle de problemas, baseada em conclusões de uma avaliação de risco, em fatores relevantes para a saúde e para a promoção de práticas justas de comércio e na consulta das partes interessadas; e

III - comunicação de risco, que consiste na troca de informações durante toda a análise de risco, incluindo gestores, avaliadores, indústria, consumidores, academia e outras partes interessadas, a respeito dos perigos, riscos, resultados da avaliação e sobre o gerenciamento para deter o controle.

§ 2º A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento formará comissão técnica, constituída paritariamente por representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária, do setor produtivo e da comunidade científica, a qual terá função consultiva na reavaliação bienal da Política Nacional de Análise de Riscos Agropecuários.

§ 3º As ações de controle e fiscalização desempenhadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento serão estabelecidas e mensuradas em conformidade com os critérios definidos na análise de risco estabelecidos em regulamento.”

JUSTIFICAÇÃO

O termo “gerenciamento de risco” constante do referido projeto foi substituído por “análise de risco”, que levará em consideração para a tomada de decisão: a avaliação de risco, o gerenciamento do risco, e a comunicação do risco (CODEX ALIMENTARIUS – CAC GL 62/2007).

No Brasil, a ANVISA adotou há vários anos a análise de risco com foco na saúde pública. A análise de risco da cadeia agroindustrial, deve ter como PREMISA ESSENCIAL “A INCLUSÃO DOS ELOS DA CADEIA ANTES DE CONSOLIDAR AS RECOMENDAÇÕES”, bem como assegurar a ISONOMIA em relação aos mercados internacionais, sem que haja exigências adicionais, desmedidas na saúde vegetal, animal e dos alimentos.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216749487200>



A Governança que se espera por meio do regulamento a ser editado pela Secretaria de Defesa Agropecuária, posteriormente à aprovação do presente Projeto de Lei, deve incluir no mínimo a conceituação completa da análise de riscos e não somente o gerenciamento de risco, esse que trata apenas de uma das suas premissas.

Também é relevante considerar que apesar de ser uma ferramenta governamental de gerenciamento, o propósito é gerar dados e informações para orientar a seleção de medidas adequadas de redução dos riscos aos diferentes elos da cadeia produtiva. Para a implantação, é necessário clareza do conceito e das atribuições dos elos envolvidos.

Sobre os princípios da análise de risco, mesmo de tratando de tema a ser detalhadamente explorado por meio da futura regulamentação desse projeto de lei, cumpre destacar ser um processo estruturado, formado por três componentes (já destacadas na proposta de emenda em questão), nos termos do CODEX ALIMENTARIUS (CAC GL 62/2007), a saber:

i) gerenciamento de risco: consiste na seleção de diretrizes, medidas de prevenção e controle de problemas, baseado em conclusões de uma avaliação de risco, em fatores relevantes para a saúde e para a promoção de práticas justas de comércio e na consulta das partes interessadas;

ii) avaliação de risco: consiste no processo científico de identificação e caracterização do perigo, avaliação da exposição e caracterização do risco.

iii) comunicação de risco: consiste na troca de informações durante toda a análise de risco, incluindo gestores, avaliadores, indústria, consumidores, academia e outros stakeholders, a respeito dos perigos, riscos, resultados da avaliação e sobre o gerenciamento para deter o controle.

No caso desses três componentes, é importante também destacar que todos eles devem ser baseados em critérios científicos disponíveis; devem apresentar consistência; devem ser um processo aberto, transparente e documentado; devem ser reavaliados diante de novos conhecimentos; e incertezas e variabilidades devem ser consideradas e explicitadas.



A coleta, a avaliação, a sistematização das informações relevantes sobre um perigo devem ser consolidadas, tendo como saída “recomendações” para o gerenciamento do perigo pelos diferentes elos da cadeia agroindustrial, incluindo o MAPA.

Para o alcance do objetivo de segurança do produto, deve ser dada a devida autonomia aos produtores quanto ao planejamento, a execução, o controle e a melhoria de seu plano de gerenciamento (autocontrole), sem excesso de interferência oficial nestes. Cabe ao MAPA o estabelecimento da frequência de vigilância de acordo com o risco dos padrões estabelecidos e suas atualizações, garantindo que não haja padrões obsoletos, que impactem o sistema produtivo e sujeitos a controvérsias.

Segundo FAO & WHO (2006), a análise de risco é uma ferramenta para o processo de tomada de decisão sobre questões de segurança dos alimentos. Através de sua aplicação, são identificados pontos de controle na cadeia alimentar, as opções de intervenções e os custos e benefícios de cada medida, permitindo o gerenciamento eficiente dos riscos.

No caso das atribuições de cada participante do processo, cumpre destacar quais são de responsabilidade do Estado (regulador e fiscalizador), bem como quais delas cabem ao setor regulado (estabelecimentos):

1. Atribuições do MAPA:

- Deter um sistema de segurança dos alimentos, incluindo legislações, estratégia nacional de controle serviços eficientes de Inspeção e Análises Laboratoriais, capacitação técnica e científica, dados epidemiológicos organizados para as atividades de comunicação e educação;
- Liderar os esforços colaborativos e estratégicos junto ao setor regulado e entre os países de livre comércio com o Brasil, para a solução, prevenção e controle de enfermidade animal, vegetal e a inocuidade dos alimentos de origem animal, garantindo o abastecimento de alimentos;
- Assegurar os recursos humanos, físicos, financeiros e institucionais e suas mobilizações a fim de permitir a implantação da análise de risco.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216749487200>



- Desenvolver diretrizes, normas para suportar o planejamento estratégico, bem como priorizar temas emergentes encontrados na aplicação das normativas e de impacto setorial manifestados pela sociedade através das entidades de classe;

- Assegurar a disposição normativa objetiva e aplicável, observando os aspectos práticos à sua aplicação, de forma a evitar impactos no setor produtivo;

- Garantir e difundir o conhecimento dirigido em igualdade ao regulador bem como ao setor regulado; e

- Suportar as incertezas e distinguir as ocorrências de variabilidade do processo produtivo daqueles efetivamente de descumprimento da legislação. A vigilância aplicada na proporcionalidade do cumprimento legal e estabilidade dos autocontroles do regulado.

2. Atribuições do setor regulado (estabelecimentos):

- Estabelecer seu próprio sistema de autocontroles, incluindo a eficiência de seus processos (critério de performance), e o alcance dos padrões estabelecidos oficialmente aos produtos finais (FO).

- Garantir o entendimento das diretrizes nacionais de análise de risco;

- Dispor de recurso humanos, laboratorial e financeiro para a implementação e melhoria dos autocontroles, manutenção das instalações e processos tecnológicos;

- Capacitação dos funcionários e das lideranças; e

- Competência técnico-científica.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA



2021-7880

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216749487200>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao Projeto os artigos 6º e 7º a seguir, renumerando-se os demais:

“Art. 6º São princípios elementares da fiscalização:

I - atuação baseada na análise de riscos;

II - utilização do critério da notificação para regularização como procedimento prévio da fiscalização, permitindo sempre que possível a correção de eventuais irregularidades antes da autuação do estabelecimento;

III - intervenção subsidiária e excepcional na atividade econômica dos agentes, sendo justificada apenas nas situações de prevalência do interesse público sobre o privado;

IV - orientação pela isonomia, uniformidade e publicidade na relação com o agente da ação fiscalizatória, sendo assegurado o amplo acesso aos processos administrativos em que o estabelecimento for parte interessada;

V - obediência às garantias conferidas pela Lei 13.874/2019, sobretudo em relação ao direito à inovação tecnológica, à presunção de boa-fé dentre outros.”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216481546400>

“Art. 7º Para fins do atendimento aos princípios elementares da fiscalização, fica estabelecida a regularização por notificação, para situações possíveis de serem regularizadas sem causar qualquer risco sanitário aos processos ou aos produtos.

§ 1º O estabelecimento notificado não será autuado, desde que adote as medidas corretivas necessárias no prazo indicado na notificação.

§ 2º Somente é considerado um desvio passível de notificação, aquele que comprovadamente se caracteriza como tendência de não conformidade ao atendimento do objetivo final estabelecido para o produto.”

JUSTIFICAÇÃO

O estabelecimento de princípios básicos da fiscalização, bem como a instituição de um procedimento prévio de notificação para que o estabelecimento solucione alguma não conformidade apontada pela fiscalização, fazem parte da função primordial do Estado na fiscalização desse segmento, qual seja, a de salvaguardar o patrimônio sanitário nacional animal e vegetal e o abastecimento de alimentos seguros à sociedade, e não a de se transformar em um mecanismo de arrecadação de multas por parte do Estado.

Variabilidades de processos são inerentes à atividade vegetal, animal e de alimentos, motivo pelo qual se justifica a necessidade de reavaliação da sistemática de fiscalização no Brasil. Instrumentos de notificação devem ser incentivados pelo MAPA e observados e atendidos pelo regulado, evitando assim um excesso de autos de infração lavrados de forma genérica que visam enquadrar intercorrências do processo produtivo em infrações ao regulamento.

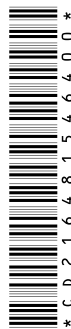
Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA

2021-7880



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216481546400>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 6º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 5º Os programas de autocontrole são definidos pelo estabelecimento, mediante análise de risco, e devem atender aos requisitos mínimos definidos em legislação, sendo a avaliação e as ações fiscais adotadas com base no descrito nos programas de autocontrole da empresa.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica compulsoriamente aos agentes da produção primária agropecuária.”

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que o projeto de lei em referência visa à implementação de um sistema de autocontrole por todo o setor regulado e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219230872500>

fiscalizado pela Secretaria de Defesa Agropecuária, trata-se de uma questão lógica a possibilidade dos estabelecimentos terem maior liberdade na definição da forma como será garantido o cumprimento da legislação, desde que o formato definido atenda aos requisitos mínimos do órgão regulador.

Nesse sentido, manuais que venham a ser desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em conjunto com o setor produtivo (nos termos do § 4º do art. 6º do referido projeto de lei), deverão ter caráter meramente de orientação e devem se ater exclusivamente aos “requisitos mínimos” que devem conter esses programas de autocontrole, não fazendo qualquer relação à sua definição, forma de controle, tratativas, etc., as quais devem ser de responsabilidade exclusiva dos estabelecimentos.

Nesse sentido, a definição de programa de autocontrole, que consta atualmente na legislação do segmento de produtos de origem animal, assim está estabelecida no art. 10, XVII, do Decreto nº 9.013/2017:

“Art. 10

XVII - programas de autocontrole - programas desenvolvidos, procedimentos descritos, desenvolvidos, implantados, monitorados e verificados pelo estabelecimento, com vistas a assegurar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos, que incluam, mas que não se limitem aos programas de pré-requisitos, BPF, PPHO e APPCC ou a programas equivalentes reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;”

Assim, para o alcance do objetivo de segurança do produto, os produtores devem ter autonomia para o planejamento, execução, controle e melhoria de seu plano de gerenciamento de processos (autocontrole), sem interferência oficial, cabendo ao MAPA a vigilância ativa dos padrões estabelecidos e suas atualizações, garantindo que não existam padrões obsoletos, que impactem o sistema produtivo e sujeitos a controvérsias.

Sala da Comissão, em de de 2021.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
 Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219230872500>



Deputado ALCEU MOREIRA

2021-7880

Apresentação: 04/06/2021 18:35 - CAPADR
EMC 8 CAPADR => PL 1293/2021

EMC n.8



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219230872500>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao Projeto o seguinte Art. 11, renumerando-se os demais:

“Art. 11º São benefícios que devem ser concedidos aos agentes aderentes ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, além de outros que venham a ser estabelecidos em regulamento:

I – agilidade nas exportações, assegurada pela aprovação automática do processo de certificação sanitária, mediante a instituição de avaliação amostral dos documentos de embasamento em frequência proporcional à classificação do agente no programa de incentivo;

II – categorização automática do agente como apto à exportação para países que não requerem certificação sanitária específica;

III – prioridade na tramitação de processos administrativos junto à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobretudo nos relacionados a atos de liberação da atividade econômica;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214168783000>

IV – acesso automático aos processos em tramitação de interesse do estabelecimento;

V – dispensa da aprovação oficial de Memorial Tecnológico e Sanitário do Estabelecimento (MTSE), tendo por base a existência de princípios regulatórios já estabelecidos; e

VI - redução da frequência das fiscalizações, proporcional à classificação do agente no programa de incentivo, conforme critérios estabelecidos em regulamento.”

JUSTIFICAÇÃO

No caso dos agentes que aderirem ao programa proposto de compartilhamento integral e em tempo real de todos os seus dados de produção, de forma a facilitar o trabalho da fiscalização, garantindo assim total transparência dos seus processos, os benefícios desses estabelecimentos não devem se resumir à simples possibilidade de regularização de intercorrências no processo produtivo mediante a notificação do estabelecimento pelo Serviço Oficial, que deve ser considerada uma prerrogativa de todos os estabelecimentos e não apenas dos aderentes ao referido programa de conformidade, conforme destacado em outra emenda que apresentamos, que propõe a inclusão de um art. 7º ao PL.

Se o referido programa, conforme destacado no texto do art. 10 do PL, visa “estimular o aperfeiçoamento de sistemas de garantia da qualidade robustos e auditáveis, com vistas à consolidação de um ambiente de confiança recíproca entre o Poder Executivo Federal e os agentes regulados”, os “benefícios” concedidos devem levar em consideração as mesmas premissas.

Por esse motivo, a proposta de emenda traz alguns benefícios que devem ser concedidos de forma automática aos estabelecimentos que aderirem ao referido programa, os quais hoje fazem parte de processos burocráticos da máquina pública, e que, de certa forma, criam diversos entraves ao setor regulado, como a limitação de acesso a mercados, limitação de produção, etc.

Nesse sentido, a concessão dos benefícios constantes da presente proposta de emenda, além de outros que eventualmente possam ser



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214168783000>



conferidos via regulamento - para aqueles estabelecimentos que aderirem ao programa de conformidade objeto do presente projeto de lei – fazem parte do ambiente de “confiança” que se busca alcançar entre o Estado e o Setor Regulado.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA

2021-7880



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214168783000>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao Art. 11 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 11. O regulamento do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária estabelecerá:

I - procedimentos para adesão;

II - obrigações para permanência no Programa; e

III – hipóteses de aplicação de advertência, suspensão ou exclusão do Programa.”

JUSTIFICAÇÃO

Foi excluído do art. 11 o inciso IV, que transferiria para o regulamento a competência exclusiva para designar os “benefícios e incentivos concedidos aos estabelecimentos que aderirem ao Programa” de Incentivo à



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217131843600>

Conformidade em Defesa Agropecuária, pois, em outra emenda que apresentamos, propomos garantir benefícios em lei.

Em um ambiente de segurança jurídica a ser observado não apenas pelo agente aplicador da lei, mas também pelo legislador, diversos preceitos devem ser observados. Por isso, propomos garantir em Lei os benefícios que consideramos necessários para o atendimento do princípio da isonomia, pois, se o Estado busca um ambiente de “confiança” com o setor regulado, a sua garantia está relacionada a esses benefícios, os quais estão diretamente relacionados a processos burocráticos que hoje geram grande demanda da máquina pública e entraves para os agentes privados.

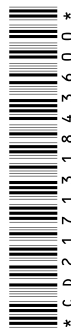
Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA

2021-7880



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217131843600>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o art. 12 do Projeto de Lei nº 1.293/2021, renumerando-se os demais.

JUSTIFICAÇÃO

A “regularização por notificação” constante do art. 12 do texto original é uma prerrogativa que deve ser garantida a “todos” os estabelecimentos, e não somente àqueles que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária.

A regularização por notificação é procedimento que faz parte de um rito essencial que deve obedecer a todo processo de fiscalização, de forma a garantir que a atuação da Secretaria de Defesa Agropecuária, em relação aos segmentos regulados, atenda à missão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que é a de “promover o

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211881336500>



desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira”.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA

2021-7880



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211881336500>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao § 3º do artigo 21 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 21.

§ 3º A comercialização de produtos com rotulagem em desacordo com o previsto na legislação caracteriza infração administrativa, sujeita à autuação e à aplicação de medidas cautelares quando presentes as circunstâncias do art. 22.”

JUSTIFICAÇÃO

Propomos alterar a previsão da adoção de medidas cautelares constantes do texto original do § 3º do art. 21, de forma a esclarecer que eventuais “irregularidades” que venham a ser constatadas pela fiscalização devem ser objeto de autuação, sendo as “medidas cautelares” cabíveis apenas em caso de risco à defesa agropecuária.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218856850400>



Essa alteração se faz necessária de forma a garantir que nenhuma medida cautelar seja adotada de forma arbitrária, desarrazoada e desproporcional em relação a processos produtivos ou a lotes de produtos, sob o argumento de que determinada alegação comercial constante em sua rotulagem “pode” induzir a erro o consumidor.

No segmento de produtos de origem animal, esse ainda é um problema recorrente que recai sobre marcas, selos, nomes comerciais. Esse problema foi minimizado – mas não solucionado - pela recente revisão do Decreto nº. 9.013/2017, por meio do Decreto nº 10.468/2020, que inseriu novos dispositivos no art. 446, de forma a permitir o uso dessas “alegações comerciais”, tanto em relação a sistemas diferenciados de criação, quanto a alegações de qualidade, ou até mesmo quanto a informações sensoriais, tipo de condimentação, receitas etc., desde que o consumidor seja informado, no rótulo do produto, por meio de nota explicativa do significado da referida “afirmação” utilizada.

Dessa forma, em atenção ao propósito do referido projeto de lei e a finalidade da atuação da Secretaria de Defesa Agropecuária, eventuais irregularidades na rotulagem dos produtos devem ser objeto apenas de autos de infração, cabendo a adoção de medidas cautelares apenas nos casos de risco devidamente fundamentado à defesa agropecuária.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA

2021-7880



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218856850400>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 23 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 23. O agente que incidir em infração prevista na legislação específica e em normas regulamentares de defesa agropecuária ficará sujeito às seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:

- I - advertência;
- II - multa; e
- III - condenação do produto.

JUSTIFICAÇÃO

Propomos alterar o referido dispositivo de forma a excluir as penalidades de “suspensão de atividade, de registro, de cadastro ou de credenciamento, bem como as de cassação de registro, de cadastro e também a de cassação da habilitação de profissional para prestar serviços relacionados

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213938057400>



à defesa agropecuária”, porque essas medidas apenas fazem sentido técnico e legal quando aplicadas na forma cautelar, já estando assim contempladas na hipótese do inciso II do art. 22 do PL.

Na forma pretendida no art. 23, tanto a suspensão da atividade como a cassação de registro - seja do estabelecimento ou da habilitação do profissional - seriam aplicadas no final do processo administrativo, sem qualquer conexão, portanto, com um risco à defesa agropecuária, tendo o objetivo apenas uma “pena castigo” ao agente, dando-lhe como punição a paralisação temporária ou até mesmo definitiva das suas atividades.

Esses tipos de sanção são consideradas predatórias e contrárias à ordem econômica, sendo vedadas pelo ordenamento jurídico, por violarem diversos preceitos constitucionais, entre os quais destacam-se: da legalidade, da isonomia, da livre iniciativa e livre concorrência (“continuidade da atividade empresarial”), entre outros.

No direito administrativo sancionador, o legislador deve elencar condutas para guiar a conduta do administrado, seja elas de “dever ser” ou de “não dever ser”. Em sendo descumpridas tais premissas, a própria legislação deve prever sanções de natureza pedagógica que visem a coibir a prática de nova violação pelo Administrado, entretanto, essas sanções não podem consistir em penalidades que impeçam, de forma definitiva, a continuidade da atividade empresarial, como é o caso das sanções de suspensão, interdição e de cassação do registro (dos estabelecimentos ou da habilitação do profissional para prestar serviços atrelados à defesa agropecuária), sob pena de restar caracterizado um desvio de finalidade da respectiva ação fiscal, nesse caso da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Vale frisar, ainda, que as medidas de “suspensão” e de “interdição” já estão previstas como medidas cautelares no referido projeto de lei (vide art. 22), bem como em regulamentos específicos dos segmentos fiscalizados pela Secretaria de Defesa Agropecuária e essas medidas são essenciais para resguardar situações de risco à saúde animal, à sanidade vegetal e à inocuidade e segurança dos alimentos, que é o papel principal do Estado na fiscalização desses segmentos regulados.



O parágrafo único do artigo 23 não foi considerado no texto alterado por não ter relação com o rol de punições cabíveis. A publicidade sobre as infrações administrativas já está assegurada por outras legislações específicas, como por exemplo a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), não estando claro qual seria o objetivo da divulgação pública das sanções impostas aos infratores.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA

2021-7880



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213938057400>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 24 do Projeto a seguinte redação e suprima-se o

Anexo:

“Art. 24. O valor da multa de que trata o inciso II do **caput** do art. 23 será entre R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), cuja gradação se dará pela natureza e pela a gravidade da infração, conforme regulamento.

§ 1º No caso de reincidência específica, a pena máxima da referida infração, estabelecida em regulamento e sob teto previsto no caput desse artigo, será aumentada em 10% (dez por cento), para cada nova incidência na mesma infração.

§ 2º Considera-se para fins da caracterização da reincidência específica e, conseqüentemente, para o aumento de pena, o prazo de cinco anos contatos do cumprimento ou da extinção da penalidade administrativa.

§ 3º O pagamento voluntário da multa arbitrada no prazo de vinte dias, contado da data de sua aplicação, sem interposição de recurso, ensejará a redução de 20% (vinte por cento) de seu valor.”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218448772900>

JUSTIFICAÇÃO

Da análise do PL 1293, verifica-se que a redação atual conferida ao art. 24, caput, em seus incisos I e II, guarda inadequada racionalidade econômica e tem o potencial de gerar condutas ineficientes e obstar o livre exercício de iniciativa – em oposição justamente aos objetivos do PL, cf. consta dos itens 4 e 9 da exposição de motivos. Isto ocorre, em apertada síntese, na medida em que:

i. O valor de 150% do valor do lote (inc. I) é muito superior a qualquer parâmetro de dano ou vantagem concebível, gerando ineficiências (cautela desnecessária e desproporcional), aumentando o risco, em verdade, os chamados incentivos colaterais perversos (captura regulatória). Um patamar de 50% já garantiria plenamente a dissuasão buscada pela norma e evitaria tais efeitos indesejados, em consonância, ademais, com os princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade;

ii. O valor de R\$ 300.00,00 (inc. II) representa quase vinte vezes o valor atualmente vigente, o que, além de gerar os efeitos econômicos adversos listados acima, afigura-se como desproporcional em comparação à indexação à inflação do BTN. Um valor de multa de até R\$ 50.000,00, acompanhado de hipóteses de aumento e de redução de pena, com critérios “objetivos” estabelecidos em regulamento, já representaria um grande salto em relação ao patamar atual – que na maioria dos segmentos regulados pela Secretaria de Defesa Agropecuária gira em torno de R\$ 15.000,00 - e seria mais do que suficiente para garantir os efeitos dissuasórios buscados pela norma.

iii. Os ranges excessivamente alargados para o cálculo final da multa geram imprevisibilidade da sanção, haja vista o excesso de discricionariedade da Administração Pública, o que pode gerar excessiva litigiosidade e judicialização do tema, mitigando efeitos dissuasórios.

Apresentado de modo mais detalhado, tem-se que, do ponto de vista da moderna análise econômica, a qual respalda grande parte das políticas públicas contemporâneas, a adequação de uma regulação deve ser analisada



a partir do viés dos incentivos gerados ao agente econômico para a realização de condutas socialmente desejáveis.

Assim, regulação “boa” é aquela que, quando confrontada pelos agentes racionais, que pautam seus comportamentos por uma análise precisa dos custos/prêmios exatos relacionados à sua conduta, leva-os a tomarem a medida socialmente desejável. Ou seja, regulação “boa” é aquela que iguala, alinha, ações privadamente racionais e socialmente desejáveis, unindo, portanto, o pragmático com os objetivos desejados à coletividade.

A correta calibragem da norma é, de fato, um elemento essencial, pois se o seu cumprimento é socialmente desejável – na medida em que protege o bem jurídico tutelado – não deve, porém, se dar a qualquer custo.

A multa não é o único vetor a ser salvaguardado e nem a única consequência fática das condutas dos agentes econômicos. Se assim não fosse, a questão da dosimetria penal, por exemplo, seria resolvida de maneira simplória: arbitrar pena capital a todas as ações tipificadas na legislação criminal. Obviamente esta não seria uma solução minimamente aceitável ou eficiente, seja porque irrelevante àquelas organizações criminosas formadas justamente para delinquir e que apostariam, inclusive, na captura do agente estatal (i.e., suborno) para evitar a drástica sanção, seja porque, do ponto de vista do cidadão comum, poderia gerar cuidados excessivos, os quais travariam o desenvolvimento regular de suas vidas e, portanto, o desenvolvimento regular da sociedade.

Pois bem, trata-se exatamente do caso em comento relacionado à incorreta calibragem das multas máximas dos incisos. I e II do caput do art. 24. Com efeito, adotam-se parâmetros excessivos e desproporcionais que, em relação aos agentes econômicos racionais, listados em bolsa e altamente monitorados por políticas de *compliance*, implicarão um comportamento irracional e ineficiente no desenvolvimento de suas atividades econômicas. Passarão a cautelas exageradas e irracionais, haja vista o receio de apenamento excessivo.



Em relação, por outro lado, a agentes que, por definição, já estariam dispostos a descumprir a regulação, haveria um incentivo à captura estatal, na medida em que as multas previstas restam descoladas de qualquer proporcionalidade.

Em resumo, àqueles dispostos a cumprir o autocontrole, haveria uma regulamentação economicamente ineficiente; àqueles que não estão dispostos ao cumprimento do novo quadro normativo, haveria um prêmio para condutas ilegais, com estímulo à concorrência desleal¹.

No que tange ainda ao inc. II, cumpre apontar, respeitosamente, que não há motivação econômica minimamente adequada para um salto de quase vinte vezes para o valor máximo da multa do tanto quanto previsto pelo art. 2º, II, da Lei 7.889/89 ao ora proposto, lei essa que trata das sanções por violações à legislação sanitária de produtos de origem animal. Note-se que o BTN é atualizado monetariamente pela TR, que acompanha o IPC-A, de tal sorte que o valor máximo de multa previsto legalmente e indexado pelo BNT não foi corroído pela inflação nos últimos trinta anos. Ainda que existam justificativas e intenção de majoração, nada justifica um aumento de vinte vezes o valor máximo da multa atual.

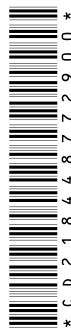
Tais considerações sobre a correta calibragem econômica da regulação normativa proposta pelo Estado restam, naturalmente, intimamente ligadas aos princípios basilares que regem a Administração Pública. Consoante a famosa lição de Jellinek, não se abatem pardais aos canhões. As sanções, por atingirem de modo negativo a esfera jurídica dos cidadãos, devem ser aplicadas, segundo Rafael Munhoz de Mello “em observância do princípio da proibição do excesso e seus corolários: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito”.

Na medida em que a alíquota de uma sanção de multa é equiparada ao percentual do valor do lote de produtos envolvidos em uma infração ou ultrapassa eles, ou, ainda, ultrapassa R\$ 50 mil reais, extrapola-se, pelo exposto, qualquer critério de necessidade, adequação e proporcionalidade

¹ Note-se, a título de exemplo, o que ocorre em mercados injustificadamente hipertributados, como de combustíveis. Como é notório, de um lado, tem-se agentes econômicos com margens extremamente apertadas e com capacidade de investimento ceifada, a despeito das demandas da sociedade. De outro lado, há notórios devedores contumazes, com bilhões em débitos perante o Estado, mas ofertando regularmente no mercado, com grande estímulo à concorrência desleal.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218448772900>



ao arrepio da função dissuasória da pena, beirando o enriquecimento sem causa da Administração, que ilegalmente transforma multa em fonte de arrecadação.

Isto é tanto mais verdadeiro, na medida em que, conceitualmente, a autorregulação deve significar estímulo à regulação eficiente pelos *players* do segmento econômico, com elogio à livre iniciativa e intervenção estatal mais racional.

Desse modo, a introdução da autorregulação no setor NÃO pode se fundar em uma normatização a partir de sanções confiscatórias e/ou desproporcionais. Isso se apresenta em contradição direta ao entendimento de que os agentes econômicos são racionais e possuem, por definição, incentivos de mercado suficientes para cumprir a legislação e entregar à sociedade produtos com qualidade e segurança.

Um outro aspecto, legal e economicamente relevante, relaciona-se à segurança jurídica. Uma regulação que não dá a certeza ao administrado acerca das sanções pelo seu descumprimento (com faixas elevadas e desproporcionais de mínimo e máximo) não poderá ser considerada “boa” ou adequada. Se não têm certeza das consequências, como os agentes poderão motivar a sua conduta pela norma? Nesta hipótese, ou se tornam extremamente conservadores, ou simplesmente ignoram a norma. Como visto, nenhuma destas situações é socialmente desejável.

Outra questão que não deve permanecer no referido projeto de lei é gradação da pena de acordo com o “porte” do estabelecimento. Por se tratar de uma legislação que regula infrações sanitárias, a razoabilidade e a proporcionalidade das sanções pelo seu descumprimento devem estar pautadas na extensão do dano causado, seja a empresa de menor ou de maior porte econômico.

Nesse sentido, não é razoável que um estabelecimento seja apenado em valores elevados simplesmente por ser de grande porte, enquanto outro sofre penas mais brandas e de infrações mais graves, por ser de pequeno porte. Por esse sentido, não deve permanecer a gradação das sanções que se pretendia inserir no ANEXO do referido projeto de lei.



Por outro lado, tal previsão trará um efeito colateral drástico, agora para a administração da justiça como um todo, qual seja, a tendência à judicialização. Se a Administração tem tão ampla discricionariedade, mesmo após a aplicação de critérios concretos, para arbitrar o valor da multa, haverá inevitável discussão sobre os critérios aplicados, notadamente nos valores elevadíssimos previstos, o que, via de regra, desaguará em deletério recurso ao Judiciário por parte de administrados, que buscarão a certeza que não lhes foi demonstrada pela Administração. A calibragem correta dos patamares mostra-se essencial, pois, do contrário, se transfere o problema do Executivo ao Judiciário, sem compromisso com uma solução eficiente.

Ao fim e ao cabo, nos termos do desenho atualmente proposto, o principal critério para a aferição da pena-base acaba sendo a capacidade contributiva do agente, que esbarra no odioso argumento *ad hominem*, muito longe da impessoalidade e transparência. Com efeito, a sanção deve ser arbitrada de acordo com a gravidade e dano da ofensa, como já dito. Em linha com o efeito dissuasório, pune-se pelo que o agente fez, não por quem ele é, de modo que é injustificável que seja a multa elevada em razão tão preponderantemente da condição econômica do agente.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA

2021-7880



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218448772900>



OMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao artigo 34 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 34. Da decisão proferida pela Secretaria de Defesa Agropecuária em sede de segunda instância administrativa, caberá recurso no prazo de vinte dias à Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, à qual compete o julgamento do processo administrativo em terceira e última instância.

§ 1º A Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária será composta por representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Advocacia Geral da União, das Confederações representativas de âmbito nacional dos setores regulados pela Secretaria de Defesa Agropecuária; e da sociedade civil, sendo a quantidade de membros, critérios de seleção e de indicação estabelecidos em regulamento.

§ 2º Considerando as decisões reiteradas sobre um mesmo tema, a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária emitirá enunciados que, quando ratificados pelo



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219141433600>

Secretário de Defesa Agropecuária, vincularão o cumprimento pelas demais instâncias.”

JUSTIFICAÇÃO

Propomos alterar a atuação da Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, para viabilizar a interposição de recurso em todos os casos, pois as sanções de suspensão e cassação de registro foram objeto de emendas específicas em razão das violações que elas caracterizam no formato punitivo.

A previsão de recurso à referida Comissão, em todos os casos, visa garantir o atendimento ao princípio da colegialidade, que nada mais é do que uma junção de dois princípios constitucionais, a saber: (i) o princípio do juiz natural; e (ii) o princípio do devido processo legal, possibilitando, por conseguinte, a ampla recorribilidade das decisões monocráticas, que nesse caso ocorre com as instâncias inferiores no julgamento dos processos pela Secretaria de Defesa Agropecuária.

Por fim, com relação à sua composição, a referida proposta visa a um modelo semelhante ao que hoje é adotado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais-CARF (vide Capítulo II, artigos 11 e seguintes da Portaria MF nº. 343 de 09 de junho de 2015 – Regimento Interno do CARF).

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA

2021-7880



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219141433600>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao artigo 22 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 22. Atendendo ao disposto no art. 6º, § 2º, I, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá exigir a inclusão de sistema de identificação por etiquetagem inviolável e individual, com rastreabilidade por geolocalização do produto;

Parágrafo único. A verificação da autenticidade, da inviolabilidade e da origem do produto deve ser possível de ser aferida pelo próprio consumidor, por meio de ferramentas gratuitas a serem disponibilizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.”

JUSTIFICAÇÃO

A medida proposta visa a facilitar o sistema de autocontrole, garantido ao consumidor ferramentas que possibilitem a verificação da autenticidade, da inviolabilidade e da origem do produto.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210870387100>

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA

2021-7880



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210870387100>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao artigo 7º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 7º Os programas de autocontrole poderão conter garantias advindas de sistemas de produção com características diferenciadas, com abrangência sobre a totalidade da cadeia produtiva, desde a produção primária agropecuária até o processamento e a expedição do produto final, contemplando a participação de todos os envolvidos na cadeia de produção na elaboração do protocolo.”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jose Mario Schreiner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217740873500>



JUSTIFICAÇÃO

Apesar de a proposta legislativa sugerir a isenção dos produtores primários da participação dos programas de autocontrole, em seu Artigo 7º, a proposta legislativa prevê que os programas de autocontrole poderão conter características de diferenciação advindas de sistemas de produção com características diferenciadas, envolvendo inclusive esse elo da cadeia produtiva.

Assim, o objetivo é garantir que a construção dos protocolos não ocorra de forma unilateral por um dos elos da cadeia produtiva, com a imposição de exigências inviáveis técnica e/ou economicamente ou desnecessárias aos demais, especialmente ao agente de produção primária, que está isento da adesão compulsória.

Deputado Jose Mario Schreiner (DEM/GO)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jose Mario Schreiner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217740873500>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

**PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Dê-se ao Art. 16 do PL 1293/2021, a seguinte redação:

"Art. 16. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá recorrer a especialistas, excepcionalmente, para subsidiar a avaliação de registro de produtos.

Parágrafo único. Todo processo de avaliação de registro de produtos realizado por especialistas terá supervisão de um Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que será responsável pela aprovação definitiva do registro desse produto"

JUSTIFICATIVA

A medida proposta visa sanar vício de constitucionalidade e evitar a terceirização de atividades fiscais típicas de Estado, uma vez avaliação de registro de produtos não é uma atividade que pode ser delegada ao setor privado. Dessa maneira, a delegação poderá ocorrer, excepcionalmente, quando se tratar de inovação.

Sala da Comissão, em de de 2021.

**Deputado PEDRO LUPION
DEM/PR**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218726634000>

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

**PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Dê-se ao § 3º do Art. 22 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 22

§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação."

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a alteração do § 3º do Art. 22 para retirar a necessidade de cancelamento imediato de medida cautelar quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação, uma vez que essa seria uma operação não eficiente durante um processo de fiscalização.

Além deste, a proposta vai de encontro com o disposto no § 5º, do Art. 495, do Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, RIISPOA, incluído pelo Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020, que descreve que "§ 5º Após a identificação da causa da irregularidade e a adoção das medidas corretivas cabíveis, a retomada do processo de fabricação será autorizada".

Sala da Comissão, em de de 2021.

**Deputado PEDRO LUPION
DEM/PR**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216052577600>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao Artigo 20 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 20.

Parágrafo único. A isenção contempla também sementes e mudas reservadas pelo agricultor.”



JUSTIFICAÇÃO

Mesmo a proposta legislativa isentando os produtores primários de adesão compulsória, sugere-se manter explícito no decorrer da norma a isenção de registro, no âmbito do autocontrole, os produtos produzidos exclusivamente para uso próprio.

O detalhamento da redação para inclusão das sementes e mudas é uma forma de ajustar o texto, evitando que interpretações equivocadas possam ocorrer, sugerindo que sementes e mudas reservadas para uso próprio não estaria contemplada pela redação original do Artigo 20.

A sugestão não inova o ordenamento jurídico, nem propõe alterações em normas já estabelecidas, que regulamentam a produção e uso desses insumos. Apenas reafirma a garantia de direitos assegurados por legislações específicas, como a Lei 9.456/1997 (Lei de Proteção de Cultivares) e a Lei 10.831/2003 (Lei dos Orgânicos).

Deputado Jose Mario Schreiner (DEM/GO)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jose Mario Schreiner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212344741300>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao § 3º do Art. 6º a seguinte redação:

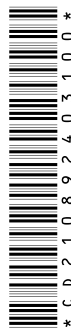
"Art. 6º

.....

§ 3º A implementação dos programas de autocontrole de que trata o caput, sem prejuízo da verificação direta pela fiscalização agropecuária, poderá ser certificada por entidade de terceira parte, credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, segundo



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Celso Maldaner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210892403100>



critérios e requisitos a serem regulamentados pelo Poder Executivo."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo estabelecer que a implementação dos programas de autocontrole de que trata o caput, sem prejuízo da verificação direta pela fiscalização agropecuária, poderá ser certificada por entidade de terceira parte, credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, segundo critérios e requisitos a serem regulamentados pelo Poder Executivo. O credenciamento se mostra necessário para garantir a qualidade e o bom monitoramento do Programa de Autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário.

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2021.

Deputado CELSO MALDANER

MDB/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Celso Maldaner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210892403100>

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao §2º do Art. 21 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 21

§ 2º O detentor do registro, deverá depositar o rótulo do produto em sistema eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para fins de fiscalização agropecuária."



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Celso Maldaner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213863238300>

JUSTIFICATIVA

Considerando a redação do § 1º que estabelece que os rótulos de produtos não serão objetos de aprovação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, propomos a alteração do § 2º para prever a obrigatoriedade de depósito do rótulo em sistema eletrônico, para efeito de fiscalização agropecuária.

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2021.

Deputado CELSO MALDANER

MDB/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Celso Maldaner
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213863238300>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Suprima-se o §1º do artigo 39 do Projeto de Lei nº 1293, de 2021.

“Art. 39.....

§ 1º As _____ disposições referentes _____ ao
processo administrativo de _____ fiscalização
agropecuária aplicam-se aos processos pendentes de
julgamento a partir da data de entrada em vigor desta Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

Fere o princípio da irretroatividade legal, podendo ser invocado pela autuada caso haja retroatividade benéfica.

Sala da Comissão, de junho de 2021

**Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217175295800>

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Acrescente-se o parágrafo único ao artigo 28 do Projeto de Lei nº 1293, de 2021.

“Art. 28.....
Parágrafo Único. Quando uma infração for objeto de enquadramento em mais de um dispositivo, prevalece para aplicação da penalidade o enquadramento mais específico em relação ao mais genérico.”

JUSTIFICAÇÃO

Apesar de já haver essa disposição no RIISPOA, o que acontece hoje é que uma mesma conduta pode ser enquadrada em várias infrações, de modo tanto os fiscais quanto os julgamentos têm somado valores de multas por diferentes dispositivos, mesmo sendo uma conduta única, desrespeitando o princípio do NON BIS IN IDEM.

Sala da Comissão, de junho de 2021

Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216336901500>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se a seguinte redação ao inciso II e suprima-se o parágrafo único, ambos do artigo 24 do Projeto de Lei nº 1293, de 2021.

“Art. 24.....
II - entre R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), observadas a classificação do agente infrator e a natureza da infração, conforme Anexo a esta Lei,

~~Parágrafo único. O pagamento voluntário da multa no prazo de vinte dias, contado da data de sua aplicação, sem interposição de recurso, ensejará a redução de vinte por cento de seu valor.”~~

JUSTIFICAÇÃO

Este dispositivo praticamente induz a autuada a um reconhecimento tácito de dolo ou culpa, sem o direito ao duplo grau de jurisdição. O duplo grau de jurisdição é um princípio de direito processual, também aplicável ao processo administrativo, e consiste no direito do administrado de ter seu recurso julgado por um órgão diferente daquele que proferiu a primeira decisão. O Direito ao duplo grau de jurisdição no âmbito da administração pública federal é concebido pelo capítulo XV da Lei Nº 9.784/1999.

Sala da Comissão, de junho de 2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218442381100>

Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS

Apresentação: 08/06/2021 17:26 - CAPADR
EMC 25 CAPADR => PL 1293/2021

EMC n.25



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218442381100>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Suprima-se o inciso I do artigo 24 do Projeto de Lei nº 1293, de 2021.

“Art. 24.....
~~I – até cento e cinquenta por cento do valor atribuído ao lote do produto, quando identificada a natureza comercial da atividade e o valor comercial estiver especificado na nota fiscal, invoice ou fatura, ou quando for possível a sua determinação pela cotação do mercado; ou ”~~

JUSTIFICAÇÃO

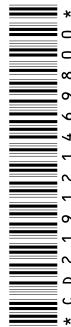
Muitas atividades econômicas utilizam matérias-primas caras, ou com baixo rendimento, para a produção de produtos de alto valor agregado, resultando em lotes caros, com faturamento alto e margem baixa. Nesse sentido, a aplicação de penalidade por valor proporcional ao lote fere o Princípio da Proporcionalidade e Razoabilidade.

Sala da Comissão, de junho de 2021

**Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219121469800>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se aos incisos IV e V do artigo 23 do Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 23.....

IV - suspensão de atividade, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;

V - suspensão de registro, de cadastro ou de credenciamento;”

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que a norma revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções, deve ser vedada a possibilidade de suspensão punitiva, que fere a supremacia do interesse público. Não interessa nem à sociedade nem ao Estado o fechamento de uma atividade econômica.

Sala da Comissão, de junho de 2021

Deputado Jerônimo Goergen



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215773271400>

Progressistas-RS

Apresentação: 08/06/2021 17:26 - CAPADR
EMC 27 CAPADR => PL 1293/2021

EMC n.27



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215773271400>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se nova redação ao inciso IV do artigo 11 do Projeto de Lei nº 1293, de 2021, e acrescente-se o parágrafo único ao artigo 11 do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021.

“Art. 11.....

IV - Critérios de fiscalização de acordo com análise de riscos;

Parágrafo único. Os critérios de fiscalização de que trata o inciso IV do caput deverão ser utilizados apenas para fins da fiscalização, de forma sigilosa, e não poderão representar vantagem comercial às empresas que aderirem ao programa, como, por exemplo, a preferência na indicação de plantas industriais para habilitação para exportações ou qualquer outro tipo de diferenciação que interfira no mercado.”

JUSTIFICAÇÃO

A criação de um Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, sem que estejam claros os benefícios e as contrapartidas a serem exigidas, pode criar condição que afete o Princípio da Isonomia, a Liberdade Econômica e a Livre Concorrência.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216073454800>

A conformidade de produtos de origem animal está baseada em princípios de qualidade e inocuidade, atendendo à legislação vigente aplicável a cada produto. Os parâmetros de qualidade e inocuidade são definidos por atos normativos específicos, baseados em princípios universais da inspeção, devendo ser cumpridos integralmente pelas empresas produtoras, independentemente do porte da empresa, do nível de tecnologia ou da obtenção de benefícios.

Não cabe ao Poder Público conferir, de forma discricionária, benefícios que possam interferir na competitividade dos agentes econômicos. O sistema autocontrole deve ser utilizado como ferramenta para tornar mais eficiente e inteligente o sistema de fiscalização e certificação da inspeção sanitária, conferindo maior autonomia e também maior responsabilidade aos agentes privados, e não para a concessão de benefícios que possam interferir na competitividade entre os agentes econômicos regulados e no funcionamento do mercado.

Sala da Comissão, de junho de 2021

Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216073454800>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Modifica-se a redação do Parágrafo único, alterando-o para §1º, e acrescenta-se o §2º ao artigo 10 do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021.

“Art. 10.....
§1º O Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária exigirá do estabelecimento regulado o compartilhamento em tempo real de dados operacionais e de qualidade com a fiscalização agropecuária.
§ 2º O compartilhamento de informações de que trata o § 1º deverá levar em consideração o porte dos agentes econômicos e a disponibilização pelo Poder Público de sistema público de informações, de forma conferir tratamento isonômico a todos os estabelecimentos.”

JUSTIFICAÇÃO

A criação de um Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, sem que estejam claros os benefícios e as contrapartidas a serem exigidas, pode criar condição que afete o Princípio da Isonomia, a Liberdade Econômica e a Livre Concorrência.

A conformidade de produtos de origem animal está baseada



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216123161000>



em princípios de qualidade e inocuidade, atendendo à legislação vigente aplicável a cada produto. Os parâmetros de qualidade e inocuidade são definidos por atos normativos específicos, baseados em princípios universais da inspeção, devendo ser cumpridos integralmente pelas empresas produtoras, independentemente do porte da empresa, do nível de tecnologia ou da obtenção de benefícios.

Dessa forma, faz-se necessário que o Poder Público disponibilize sistema público de informações, para que todas as empresas possam participar do sistema de autocontrole, visando preservar a isonomia e o tratamento equânime e não discriminatório dos agentes econômicos regulados.

Além disso, não cabe ao Poder Público conferir, de forma discricionária, benefícios que possam interferir na competitividade dos agentes econômicos.

O sistema autocontrole deve ser utilizado como ferramenta para tornar mais eficiente e inteligente o sistema de fiscalização e certificação da inspeção sanitária, conferindo maior autonomia e também maior responsabilidade aos agentes privados, e não para a concessão de benefícios que possam interferir na competitividade entre os agentes econômicos regulados e no funcionamento do mercado.

Sala da Comissão, de junho de 2021

Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216123161000>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Acrescente-se o inciso III ao artigo 8º do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021:

“Art.
8º

III - disponibilizar sistema público de informações, de forma a conferir tratamento isonômico a todos os estabelecimentos.”

JUSTIFICAÇÃO

A criação de um Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, sem que estejam claros os benefícios e as contrapartidas a serem exigidas, pode criar condição que afete o Princípio da Isonomia, a Liberdade Econômica e a Livre Concorrência.

A conformidade de produtos de origem animal está baseada em princípios de qualidade e inocuidade, atendendo à legislação vigente aplicável a cada produto. Os parâmetros de qualidade e inocuidade são definidos por atos normativos específicos, baseados em princípios universais



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211953426000>



da inspeção, devendo ser cumpridos integralmente pelas empresas produtoras, independentemente do porte da empresa, do nível de tecnologia ou da obtenção de benefícios.

Dessa forma, faz-se necessário que o Poder Público disponibilize sistema público de informações, para que todas as empresas possam participar do sistema de autocontrole, visando preservar a isonomia e o tratamento equânime e não discriminatório dos agentes econômicos regulados.

Sala da Comissão, de junho de 2021

Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211953426000>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso I do artigo 8º do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, a seguinte redação:

“Art.
8º

I - estabelecer os requisitos básicos necessários ao desenvolvimento dos programas de autocontrole, levando em consideração o porte dos agentes econômicos e a disponibilização pelo Poder Público de sistema público de informações, de forma conferir tratamento isonômico a todos os estabelecimentos;”

JUSTIFICAÇÃO

A criação de um Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, sem que estejam claros os benefícios e as contrapartidas a serem exigidas, pode criar condição que afete o Princípio da Isonomia, a Liberdade Econômica e a Livre Concorrência.

A conformidade de produtos de origem animal está baseada em princípios de qualidade e inocuidade, atendendo à legislação vigente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216286426300>

aplicável a cada produto. Os parâmetros de qualidade e inocuidade são definidos por atos normativos específicos, baseados em princípios universais da inspeção, devendo ser cumpridos integralmente pelas empresas produtoras, independentemente do porte da empresa, do nível de tecnologia ou da obtenção de benefícios.

Dessa forma, faz-se necessário que o Poder Público disponibilize sistema público de informações, para que todas as empresas possam participar do sistema de autocontrole, visando preservar a isonomia e o tratamento equânime e não discriminatório dos agentes econômicos regulados.

Sala da Comissão, de junho de 2021

Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216286426300>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Acrescente-se o parágrafo 6º ao artigo 6º do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021.

“Art.
6º
.....
.....
..

§ 6º A regulamentação dos programas de autocontrole de que trata o caput, por parte das autoridades sanitárias responsáveis pela fiscalização e certificação, deverá levar em consideração o porte dos agentes econômicos e a disponibilização pelo Poder Público de sistema público de informações, de forma conferir tratamento isonômico a todos os estabelecimentos.”

JUSTIFICAÇÃO

A criação de um Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, sem que estejam claros os benefícios e as contrapartidas a serem exigidas, pode criar condição que afete o Princípio da Isonomia, a Liberdade Econômica e a Livre Concorrência.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218621635200>

A conformidade de produtos de origem animal está baseada em princípios de qualidade e inocuidade, atendendo à legislação vigente aplicável a cada produto. Os parâmetros de qualidade e inocuidade são definidos por atos normativos específicos, baseados em princípios universais da inspeção, devendo ser cumpridos integralmente pelas empresas produtoras, independentemente do porte da empresa, do nível de tecnologia ou da obtenção de benefícios.

Dessa forma, faz-se necessário que o Poder Público disponibilize sistema público de informações, para que todas as empresas possam participar do sistema de autocontrole, visando preservar a isonomia e o tratamento equânime e não discriminatório dos agentes econômicos regulados.

Sala da Comissão, de junho de 2021

Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218621635200>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Suprima-se o parágrafo 3º do artigo 6º do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021.

“Art.

6º

.....

.....

..

§ 3º A implementação dos programas de autocontrole de que trata o **caput** poderá ser certificada por entidade de terceira parte.”

JUSTIFICAÇÃO

O sistema de autocontrole visa tornar mais eficiente e inteligente o sistema de fiscalização e certificação da inspeção sanitária, conferindo maior autonomia e também maior responsabilidade aos agentes privados.

Além disso, o PL visa instituir um Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, com o objetivo de estimular o



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213737404800>



aperfeiçoamento de sistemas de garantia da qualidade robustos e auditáveis, com vistas consolidação de um **ambiente de confiança recíproca entre o Poder Executivo federal e os agentes regulados.**

Nesse contexto, a certificação de terceira parte vai burocratizar um sistema que visa simplificar e aperfeiçoar, com aumento de transparência e confiança recíproca, além de elevar os custos para os agentes privados.

Esse dispositivo está na contramão dos objetivos do PL, pois os programas de autocontrole e as informações das empresas estarão disponíveis para auditorias oficiais, devendo, portanto, ser excluída a certificação de terceira parte.

Sala da Comissão, de junho de 2021

Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213737404800>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao Art. 35 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 35. O recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso."

JUSTIFICATIVA

Na redação atual conferida ao art. 35 do Projeto de Lei 1293/2021, alterou-se a regra jurídico-normativa prevista para o efeito suspensivo de que



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210857368000>

trata a Lei 9.784/1999, segundo a qual: “Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo. Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.”

Caso a regra seja a da concessão automática do efeito suspensivo, o infrator não será constituído em mora por ocasião da interposição de recurso administrativo, fazendo com que não incida multa e juros de mora, além da atualização monetária, sobre o valor da multa imputada até o trânsito em julgado da decisão recorrida, o que inevitavelmente acarretará em uma forma de incentivo a impugnações com intuito meramente protelatório.

Há necessidade de compatibilizar-se o regramento proposto no PL ao supracitado disciplinamento constante na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo federal, aplicável não apenas à legislação federal de defesa agropecuária, mas a todas as demais áreas de regulação de agentes privados.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZAI PT-SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210857368000>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao § 3º do Art. 22 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 22

.....
§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação."

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a alteração do § 3º do Art. 22 para retirar a necessidade de cancelamento imediato de medida cautelar quando for comprovada a resolução



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218774035700>



da não conformidade que deu causa à sua aplicação, uma vez que essa seria uma operação não eficiente durante um processo de fiscalização.

Além deste, a proposta vai de encontro com o disposto no § 5º, do Art. 495, do Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, RIISPOA, incluído pelo Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020, que descreve que “§ 5º Após a identificação da causa da irregularidade e a adoção das medidas corretivas cabíveis, a retomada do processo de fabricação será autorizada”.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZAI PT-SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218774035700>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao §2º do Art. 21 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 21

.....
§ 2º O detentor do registro, deverá depositar o rótulo do produto em sistema eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para fins de fiscalização agropecuária."

JUSTIFICATIVA

Considerando a redação do § 1º que estabelece que os rótulos de produtos não serão objetos de aprovação pelo Ministério da Agricultura,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217111586600>

Pecuária e Abastecimento, propomos a alteração do § 2º para prever a obrigatoriedade de depósito do rótulo em sistema eletrônico, para efeito de fiscalização agropecuária.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZAI PT-SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217111586600>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao Art. 16 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 16. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá recorrer a especialistas, excepcionalmente, para subsidiar a avaliação de registro de produtos.

Parágrafo único. Todo processo de avaliação de registro de produtos realizado por especialistas terá supervisão de um Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que será responsável pela aprovação definitiva do registro desse produto"

JUSTIFICATIVA

A medida proposta visa sanar vício de constitucionalidade e evitar a terceirização de atividades fiscais típicas de Estado, uma vez avaliação de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218707902300>

registro de produtos não é uma atividade que pode ser delegada ao setor privado. Dessa maneira, a delegação poderá ocorrer, excepcionalmente, quando se tratar de inovação.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZAI PT-SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218707902300>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao §1º do Art. 13 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 13

.....
§ 1º Fica dispensada, quando se tratar de atividade de baixo impacto, a apresentação de documentos e autorizações emitidas por outros órgãos e entidades de governo que não tenham relação com a liberação de estabelecimento de que trata o caput."

JUSTIFICATIVA

A inclusão de documentos e autorizações expedidas por outros órgãos da Administração e que não apresentam pertinência temática com as competências atribuídas ao MAPA (licença ambiental e do corpo de bombeiros,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218291927300>

alvará municipal de funcionamento, inscrição estadual, etc.) como requisito formal para a concessão de registro de estabelecimento podem tornar o procedimento menos célere, dúplice e pouco efetivo para o MAPA, uma vez que, por vezes, as solicitações de registro ficam pendentes à espera da liberação de tais documentos, além de o registro de estabelecimento junto ao MAPA não integrar, de igual modo, a lista de documentos necessários para obtenção de autorizações junto àqueles órgãos.

Contudo, tal dispensa deve ser ofertada somente para atividade de baixo impacto, tendo em vista que a anuência de outros órgãos, em algumas situações, pode consistir em requisito indispensável ao deferimento da atividade regulada (autorização da CTNBio para realização de pesquisa com OGM em regime de contenção; licença de lavra para produção de fertilizantes e corretivos; etc).

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZAI PT-SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218291927300>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao Art. 12 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 12. Aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária fica autorizada a regularização por notificação de que trata o inciso X do caput do art. 3º, quando se tratar de infração de natureza leve."

JUSTIFICATIVA

Propomos alterar a previsão de regularização por notificação constante do art. 12, de forma a esclarecer que a medida será válida aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216773305600>

Defesa Agropecuária somente quando tratar de infração de natureza leve, garantindo que infrações graves, de maior risco, sejam penalizadas com maior rigidez.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZAI PT-SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216773305600>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao § 3º do Art. 6º a seguinte redação:

"Art. 6º
.....

§ 3º A implementação dos programas de autocontrole de que trata o caput, sem prejuízo da verificação direta pela fiscalização agropecuária, poderá ser certificada por entidade de terceira parte, credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, segundo critérios e requisitos a serem regulamentados pelo Poder Executivo."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo estabelecer que a implementação dos programas de autocontrole de que trata o caput, sem prejuízo da verificação direta pela fiscalização agropecuária, poderá ser certificada por



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213283576800>

entidade de terceira parte, credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, segundo critérios e requisitos a serem regulamentados pelo Poder Executivo. O credenciamento se mostra necessário para garantir a qualidade e o bom monitoramento do Programa de Autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZAI PT-SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213283576800>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA SUBSTITUTIVA

“Art. 20. Os insumos agropecuários produzidos ou fabricados pelo produtor rural poderão ser dispensados de registro ou notificação, pelo MAPA, dentro do seu âmbito de competência.

Parágrafo Único. Os insumos agropecuários produzidos pelo produtor rural não poderão ser comercializados.”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213662593600>

JUSTIFICAÇÃO

O PL 1293/2021 em tela não traz uma definição para insumos, mas poderiam ser entendidos como insumos todos os elementos necessários à produção do produto final, compreendendo, entre outros, os insumos agrícolas e os combustíveis empregados ou consumidos no processo de produção rural

O artigo 20, da forma como proposto inicialmente, permite a produção de qualquer insumo pelo agricultor, desde que ele não o venda.

Autorizaria, por exemplo, até mesmo a produção de defensivos agrícolas químicos que não seriam passíveis de registro, vacinas, carrapaticidas, etc., o que não se adequa ao modelo regulatório nacional e internacional e pode barrar exportações de toda produção agropecuária por questões de resíduos

Os registros são necessários para garantia de especificação e certificação da qualidade (conteúdo e ausência de contaminantes). Não há a vedação da obtenção de registros por parte do usuário, desde que se cumpra os requisitos legais. Entretanto, regras infralegais podem dificultar ou até mesmo impedir a obtenção destes registros.

Em consonância com o disposto na Lei de Liberdade Econômica, o órgão ou a entidade responsável pela decisão administrativa acerca do ato público de liberação deverá realizar a classificação quanto ao risco da atividade econômica e dispensar a solicitação de qualquer ato público de liberação para os atos classificados como de risco leve relevante ou inexistente ou ainda adotar procedimentos administrativos simplificados para as solicitações de atos públicos de liberação de atividades econômicas enquadradas no nível de risco moderado.

Dessa forma, a presente proposta de emenda substitutiva visa acolher o disposto na Lei de Liberdade Econômica e facultar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a possibilidade de realizar a dispensa de registros quando da inexistência de riscos causados por um determinado produto.



A proposta visa, assim, facilitar a legalização dos insumos de comprovado baixo risco pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ALCEU MOREIRA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alceu Moreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213662593600>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao § 3º do Art. 22 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 22

.....

§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação."

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a alteração do § 3º do Art. 22 para retirar a necessidade de cancelamento imediato de medida cautelar quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação, uma vez que essa seria uma operação não eficiente durante um processo de fiscalização.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211021641600>



Além deste, a proposta vai de encontro com o disposto no § 5º, do Art. 495, do Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, RIISPOA, incluído pelo Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020, que descreve que “§ 5º Após a identificação da causa da irregularidade e a adoção das medidas corretivas cabíveis, a retomada do processo de fabricação será autorizada”.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211021641600>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao §2º do Art. 21 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 21

.....

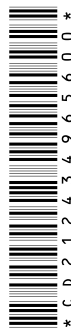
§ 2º O detentor do registro, deverá depositar o rótulo do produto em sistema eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para fins de fiscalização agropecuária."

JUSTIFICATIVA

Considerando a redação do § 1º que estabelece que os rótulos de produtos não serão objetos de aprovação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, propomos a alteração do § 2º para prever a



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212434965600>



obrigatoriedade de depósito do rótulo em sistema eletrônico, para efeito de fiscalização agropecuária.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212434965600>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao Art. 16 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 16. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá recorrer a especialistas, excepcionalmente, para subsidiar a avaliação de registro de produtos.

Parágrafo único. Todo processo de avaliação de registro de produtos realizado por especialistas terá supervisão de um Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que será responsável pela aprovação definitiva do registro desse produto"

JUSTIFICATIVA

A medida proposta visa sanar vício de constitucionalidade e evitar a terceirização de atividades fiscais típicas de Estado, uma vez avaliação de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210045673900>

registro de produtos não é uma atividade que pode ser delegada ao setor privado. Dessa maneira, a delegação poderá ocorrer, excepcionalmente, quando se tratar de inovação.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado Jerônimo Goergen

Progressistas-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210045673900>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao § 3º do Art. 6º a seguinte redação:

"Art. 6º

.....

§ 3º A implementação dos programas de autocontrole de que trata o caput, sem prejuízo da verificação direta pela fiscalização agropecuária, poderá ser certificada por entidade de terceira parte, credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, segundo critérios e requisitos a serem regulamentados pelo Poder Executivo."

JUSTIFICATIVA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218468724400>



A presente emenda tem como objetivo estabelecer que a implementação dos programas de autocontrole de que trata o caput, sem prejuízo da verificação direta pela fiscalização agropecuária, poderá ser certificada por entidade de terceira parte, credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, segundo critérios e requisitos a serem regulamentados pelo Poder Executivo. O credenciamento se mostra necessário para garantir a qualidade e o bom monitoramento do Programa de Autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado Jerônimo Goergen
Progressistas-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218468724400>





**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao § 3º do Art. 6º a seguinte redação:

"Art.

6º

.....

..

§ 3º A implementação dos programas de autocontrole de que trata o caput, sem prejuízo da verificação direta pela



fiscalização agropecuária, poderá ser certificada por entidade de terceira parte, credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, segundo critérios e requisitos a serem regulamentados pelo Poder Executivo."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo estabelecer que a implementação dos programas de autocontrole de que trata o *caput*, sem prejuízo da verificação direta pela fiscalização agropecuária, poderá ser certificada por entidade de terceira parte, credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, segundo critérios e requisitos a serem regulamentados pelo Poder Executivo.

O credenciamento se mostra necessário para garantir a qualidade e o bom monitoramento do Programa de Autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário.

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2021.

Deputado CARLOS VERAS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210328980300>





**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____, 2021

Dê-se ao Art. 12 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 12. Aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária fica autorizada a regularização por notificação de que trata o inciso X do caput do art. 3º, quando se tratar de infração de natureza leve."



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o propósito de alterar a previsão de regularização por notificação constante do art. 12, de forma a esclarecer que a medida será válida aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária somente quando se tratar de infração de natureza leve, garantindo que infrações graves, de maior risco, sejam penalizadas de forma diretamente proporcional.

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2021.

Deputado CARLOS VERAS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212042378300>





**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , 2021

Dê-se ao §1º do art. 13 do Projeto de Lei a seguinte redação:

"Art.

13

.....

..

§ 1º Fica dispensada, quando se tratar de atividade de baixo impacto, a apresentação de documentos e autorizações



emitidas por outros órgãos e entidades de governo que não tenham relação com a liberação de estabelecimento de que trata o caput."

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão de documentos e autorizações expedidas por outros órgãos da administração e que não apresentam pertinência temática com as competências atribuídas ao MAPA (licença ambiental e do corpo de bombeiros, alvará municipal de funcionamento, inscrição estadual, e outros), como requisito formal para a concessão de registro de estabelecimento podem tornar o procedimento menos célere, dúplice e pouco efetivo para o MAPA, uma vez que, por vezes, as solicitações de registro ficam pendentes à espera da liberação de tais documentos, além de o registro de estabelecimento junto ao MAPA não integrar, de igual modo, a lista de documentos necessários para obtenção de autorizações junto àqueles órgãos.

Contudo, tal dispensa deve ser ofertada somente para atividade de baixo impacto, tendo em vista que a anuência de outros órgãos, em algumas situações, pode consistir em requisito indispensável ao deferimento da atividade regulada (autorização da CTNBio para realização de pesquisa com OGM em regime de contenção; licença de lavra para produção de fertilizantes e corretivos, etc).

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2021.

Deputado CARLOS VERAS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214420670700>





**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(Do Poder Executivo)

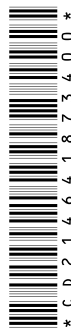
Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____, 2021

Dê-se ao art. 16 do Projeto de Lei a seguinte redação:

"Art. 16. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá recorrer a especialistas, excepcionalmente, para subsidiar a avaliação de registro de produtos.

Parágrafo único. Todo processo de avaliação de registro de produtos realizado por especialistas terá supervisão de um Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que será responsável pela aprovação definitiva do registro desse produto".



JUSTIFICAÇÃO

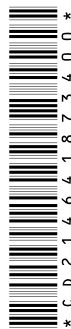
A medida proposta visa sanar vício de constitucionalidade e evitar a terceirização de atividades fiscais típicas de Estado, uma vez que a avaliação de registro de produtos não é uma atividade que pode ser delegada ao setor privado. Dessa maneira, a delegação poderá ocorrer, excepcionalmente, quando se tratar de inovação.

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2021.

Deputado CARLOS VERAS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214641873400>





**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____, 2021

Dê-se ao §2º do art. 21 do Projeto a seguinte redação:

"Art.

21

.....

..

§ 2º O detentor do registro, deverá depositar o rótulo do produto em sistema eletrônico do Ministério da Agricultura,



Pecuária e Abastecimento, para fins de fiscalização agropecuária."

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a redação do § 1º que estabelece que os rótulos de produtos não serão objetos de aprovação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, propomos a alteração do § 2º para prever a obrigatoriedade de depósito do rótulo em sistema eletrônico, para efeito de fiscalização agropecuária.

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2021.

Deputado CARLOS VERAS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213604647100>





**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____, 2021

Dê-se ao § 3º do art. 22 do Projeto a seguinte redação:

"Art. 22

.....

§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação."



JUSTIFICAÇÃO

Propõe-se a alteração do § 3º do art. 22 para retirar a necessidade de cancelamento imediato de medida cautelar quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação, uma vez que essa seria uma operação não eficiente durante um processo de fiscalização.

Além disso, a proposta vai de encontro com o disposto no § 5º, do art. 495, do Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, RIISPOA, incluído pelo Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020, que descreve que “§ 5º Após a identificação da causa da irregularidade e a adoção das medidas corretivas cabíveis, a retomada do processo de fabricação será autorizada”.

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2021.

Deputado CARLOS VERAS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217391435400>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado DOMINGOS SÁVIO

I - RELATÓRIO

Por intermédio do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, o Poder Executivo dispõe sobre “o autocontrole nas atividades agropecuária e agroindustrial, sobre a organização e procedimentos da defesa agropecuária, que institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária bem como dá outras providências”.

Na Mensagem nº 123, de 2021, o Poder Executivo ressalta que “a expansão progressiva do agronegócio brasileiro, ocorrida nas últimas quatro décadas, vem impondo maior demanda por parte do Estado na execução das práticas de controle e fiscalização agropecuária.”

Acrescenta, ainda, que a “máquina pública” possui capacidade limitada em manter ou aumentar a prestação dos serviços de controle e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212109953400>

fiscalização agropecuária. Dessa forma, seria necessário atuar de maneira “mais inteligente”.

O projeto de lei apresentado propõe uma nova configuração ao modelo de fiscalização agropecuária. Em síntese, de acordo com o autor, produz os seguintes efeitos:

a) o estabelecimento da obrigatoriedade de adoção de programas de autocontrole pelos agentes regulados pela legislação da defesa agropecuária;

b) a instituição do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária para tratar da organização e dos procedimentos aplicados pela defesa agropecuária;

c) a modernização das regras de controle sanitário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (ex.: registro de estabelecimentos agropecuários), com impacto positivo na celeridade com que o poder público libera atividade econômica no segmento agropecuário, observado o grau de risco sanitário envolvido; e

d) a atualização do valor pecuniário das multas aplicadas em decorrência da constatação de infrações durante a fiscalização agropecuária, atendendo, assim, às recomendações dos Órgãos de Controle, e fortalecendo as medidas coercitivas e educativas em desfavor dos transgressores da legislação sanitária.

A proposição tramita em regime de prioridade, está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões e foi distribuída para avaliação das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD). Nesta Comissão, foram apresentadas 51 (cinquenta e uma) emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212109953400>



Por designação da presidência desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, fui encarregado da relatoria do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, pelo qual o Poder Executivo dispõe sobre “o autocontrole nas atividades agropecuária e agroindustrial, sobre a organização e procedimentos da defesa agropecuária, que institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária bem como dá outras providências. De acordo com o autor, trata-se de uma nova configuração ao modelo de fiscalização agropecuária.

A proposta, como ressalta o Poder Executivo, permite maior dinamismo e liberdade às atividades econômicas agropecuárias, possibilitando que o Estado concentre suas ações no controle e na fiscalização de atividades de maior risco, sem enfraquecer o papel estatal conferido pela legislação vigente. Será permitido, também, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), desempenhar seu papel institucional de forma mais eficiente, fortalecendo as garantias quanto à idoneidade dos insumos e da segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários fabricados no País, preservando assim os interesses coletivos.

Relativamente às despesas com implementação das ações previstas na proposição, observa-se que estão devidamente previstas no orçamento do Mapa. A proposta legislativa pode melhorar o ambiente de negócios, a competitividade e a participação do Brasil no comércio internacional.

Ressalte-se, ainda, que as diretrizes contidas na proposição encontram-se em sintonia com os princípios condutores da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei de Liberdade Econômica - LLE), quais sejam: a) liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas; b) presunção da boa-fé do particular perante o poder público; e c) intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

Soma-se a isso o fato de existir forte expectativa do segmento agropecuário em relação ao projeto de lei, que possui ampla aceitação por parte das entidades fiscalizadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária, vez que é resultado de larga discussão setorial. Tanto no setor público quanto no



privado há a percepção de que a legislação sanitária deve ser atualizada para prover maior autonomia e responsabilização aos fabricantes de insumos e de produtos agropecuários, e, concomitantemente, permitir que o Estado direcione as ações de controle e fiscalização para as atividades de maior risco.

Para este relator, são bastante meritórias as medidas adotadas pela proposição. A intenção da proposta legislativa em análise é promover uma nova forma de relação entre fiscalizador e fiscalizado. Uma relação de confiança, sem deixar de observar o cumprimento das normas vigentes.

Além disso, o projeto de lei reúne diversas iniciativas e adequações com vistas a permitir que os órgãos públicos com função de polícia administrativa sanitária passem a atuar com base em fatores de risco, buscando atingir índices de maior eficiência no desempenho das suas atribuições para fins de atendimento dos objetivos esperados pela sociedade.

A adoção de programas de autocontrole proposta nos artigos que estão inseridos no Capítulo II do Projeto de Lei em análise favorecerá práticas que visam a garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a segurança dos produtos dos agentes privados regulados pela legislação da defesa agropecuária. Inclui-se, também, a obrigatoriedade de que se mantenha um registro sistematizado e auditável do processo produtivo, previsão de recolhimento de lotes quando identificadas deficiências e eventuais não conformidades, além de descrição dos procedimentos de autocorreção.

Tal medida está diretamente em sintonia com a presunção de boa-fé do particular perante o poder público, prevista na Lei nº13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei de Liberdade Econômica – LLE), que contou com grande aprovação dos membros do Congresso Nacional.

A implantação de um Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, prevista no Capítulo III, estimulará o aperfeiçoamento de sistemas de garantia mais robustos e auditáveis, buscando a consolidação de um ambiente de confiança recíproca entre o Poder Executivo federal e os agentes regulados, por meio do aumento da transparência. A adequação às obrigações instituídas estabelecerá como incentivo a agilidade nas operações de importação e exportação, além da categorização automática do agente



como apto à exportação para aquelas nações que não apresentem requisitos sanitários específicos.

Em seu Capítulo IV, são abordados os procedimentos dos atos públicos de liberação de estabelecimentos e de produtos, detalhando os critérios para concessão de registros, bem como sobre a rotulagem. No Capítulo V, trata-se das medidas cautelares e no Capítulo VI das infrações e das penalidades. O Capítulo VII aborda sobre o processo administrativo de fiscalização agropecuária, chegando finalmente às disposições transitórias no Capítulo VIII.

Diante da abrangência do Projeto de Lei sob análise, tão importante para o Brasil, fez-se necessário um profundo debate com a sociedade civil organizada e este Relator se dispôs, ao lado dos demais parlamentares, a ouvir os segmentos organizados das diversas cadeias produtivas.

Isso se deu em três Audiências Públicas realizadas com a presença de dezenas de lideranças do setor agropecuário brasileiro, e em diversas reuniões em que preocupou-se em ouvir os profissionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como das diversas categorias que conhecem a importância da defesa sanitária para se garantir a boa qualidade dos alimentos, sejam eles de origem animal ou vegetal, bem como dos diversos insumos que também estão subordinados aos regulamentos e ao controle da defesa e vigilância sanitárias.

Foram também ouvidas as diversas entidades civis que trouxeram valiosas contribuições. Somou-se a toda essa discussão com a sociedade e órgãos públicos a valorosa contribuição dos colegas parlamentares, com a apresentação de 51 emendas ao projeto em análise.

Face a amplitude do tema e da sua relevância para o interesse nacional, coube a este Relator, após a minuciosa análise das diversas sugestões, elaborar Substitutivo que preserve o princípio fundamental que norteou a iniciativa do Governo Federal, através da Exma. Sra. Ministra de Estado da Agricultura, de sua equipe e do Exmo. Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, ao enviar para esta Casa o referido projeto, que é



garantir que a ação do Governo assegure que a produção de alimento, seja de origem animal ou vegetal, o processamento industrial, armazenagem, transporte e a comercialização observem os mais modernos e seguros padrões da boa técnica, da higiene e da defesa da saúde pública, da saúde animal e da saúde vegetal.

Preservado esse princípio inegociável do interesse público e da saúde pública, buscou-se simultaneamente conferir neste projeto modernidade à legislação, retirando o intervencionismo excessivo do poder público e estabelecendo o princípio do autocontrole, de modo a assegurar maior agilidade e protagonismo ao agente privado, sem prejuízo algum das ações de regulação e fiscalização, competências indelegáveis do Estado.

Nosso país é hoje responsável por garantir a produção e a segurança alimentar para mais de 210 milhões de brasileiros e, ao mesmo tempo, enquanto uma das maiores potências na produção de alimentos saudáveis, assegurar o abastecimento de alimentos a mais de 1 bilhão de pessoas em todo o planeta. Consciente do desafio que nos espera nas próximas décadas de mais que duplicar essa produção com a mesma qualidade e a preços competitivos, não hesitamos em elaborar, como fruto do bom diálogo e do bom debate, o presente Substitutivo que contempla a preocupação do Governo de preservar a saúde pública e que fortalece esse objetivo com a adoção dos princípios de liberdade econômica, de eficiência no uso dos recursos públicos e de respeito à autonomia da iniciativa privada. .

Nestes termos, no Substitutivo que ora apresento acrescentamos algumas mudanças relevantes, como por exemplo capítulo que estabelece a criação do Programa Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – Vigiafronteira, de modo a assegurar com clareza a função do Ministério da Agricultura no papel relevante de garantir que o Brasil esteja protegido do ingresso de alimentos ou produtos de origem animal ou vegetal que possam representar risco à saúde pública ou à saúde de animais e vegetais no território nacional.

Isso posto, voto pela aprovação do PL nº 1.293, de 2021, na forma do substitutivo anexo, que incorpora total ou parcialmente as emendas de nº 1, 2, 3, 4,6, 7, 8, 9, 10,14, 15, 18, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 37, 44 e



49; e pela rejeição das emendas de nº 5, 11, 12, 13, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50 e 51.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado DOMINGOS SÁVIO
Relator

2021-12824



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212109953400>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – Vigifronteiras; altera a Lei nº 13.996, de 05 de maio de 2020; altera a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – Vigifronteiras; altera a Lei nº 13.996, de 05 de maio de 2020; altera a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212109953400>

Art. 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária, é responsável pela gestão da defesa agropecuária.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - defesa agropecuária: estrutura constituída de normas e ações que integram sistemas públicos e privados, destinada à preservação ou à melhoria da saúde animal, da sanidade vegetal e da inocuidade, da identidade, da qualidade e da segurança de alimentos, insumos e demais produtos agropecuários;

II - fiscalização agropecuária: atividade de controle, supervisão, vigilância, auditoria e inspeção agropecuária, no exercício do poder de polícia administrativa, com finalidade de verificar o cumprimento da legislação;

III - produtos agropecuários: insumos agropecuários animais e vegetais, produtos resultantes da atividade, seus subprodutos, derivados e resíduos que possuam valor econômico;

IV - agente: pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que realiza ou participa, direta ou indiretamente, dos seguintes processos ao longo das cadeias produtivas do setor agropecuário:

a) produção, transporte, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização;

b) importação, exportação, trânsito nacional, trânsito internacional e aduaneiro;

c) transformação e industrialização;

d) diagnóstico, ensino, pesquisa e experimentação; ou

e) prestação de serviços e demais processos.

V – credenciamento: reconhecimento ou habilitação de pessoas físicas ou jurídicas pelo Poder Público, para execução de ações específicas relacionadas à defesa agropecuária;



VI – risco: possibilidade de ocorrência de evento negativo que tenha impacto na saúde humana, na saúde animal, na sanidade vegetal ou na identidade, na qualidade e na segurança dos produtos agropecuários;

VII – análise de risco: processo adotado para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações de risco advindos de fontes internas ou externas e buscar segurança razoável na consecução dos objetivos da defesa agropecuária, contemplando:

a) avaliação de risco: consiste no processo científico de identificação e caracterização do perigo, avaliação da exposição e caracterização do risco;

b) gerenciamento de risco: consiste na seleção de diretrizes, medidas de prevenção e controle de problemas, baseada em conclusões de uma avaliação de risco, em fatores relevantes para a saúde e para a promoção de práticas justas de comércio e na consulta das partes interessadas;

c) comunicação de risco: consiste na troca de informações durante toda a análise de risco, incluindo gestores, avaliadores, indústria, consumidores, academia e outras partes interessadas, a respeito dos perigos, riscos, resultados da avaliação e sobre o gerenciamento para deter o controle;

VIII – autocontrole: capacidade do agente privado de implantar, executar, monitorar, verificar e corrigir procedimentos, processos de produção e distribuição de insumos agropecuários, alimentos e produtos de origem animal ou vegetal, com vistas a garantir sua inocuidade, identidade, qualidade e segurança;

IX – autocorreção: adoção de medidas corretivas pelo agente, diante da detecção de não conformidade, conforme previsto no seu programa de autocontrole, ou por deliberação da sua área responsável pela qualidade;

X - regularização por notificação: adoção de medidas corretivas pelo agente, em decorrência de notificação expedida pela fiscalização agropecuária sobre irregularidade ou não conformidade, observado o prazo estabelecido;

XI – protocolo privado de produção: conjunto de regras e procedimentos estabelecidos no âmbito do setor privado por determinada cadeia produtiva, entidade representativa ou agente, sendo de adesão voluntária, com objetivo



de caracterizar ou diferenciar produto ou sistema de produção, observando os atos normativos vigentes.

Art. 4º O agente deverá garantir que seus produtos e serviços atendam aos requisitos de inocuidade, identidade, qualidade e segurança estabelecidos na legislação da defesa agropecuária.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica a todos os agentes regulados pela legislação da defesa agropecuária, incluindo aqueles fiscalizados pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e Consórcio de Municípios.

Art. 5º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais órgãos públicos integrantes do SUASA – Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária poderão credenciar pessoas jurídicas ou habilitar pessoas físicas para a prestação de serviços técnicos ou operacionais relacionados às atividades de defesa agropecuária.

§ 1º O credenciamento e a habilitação de que trata o caput deste artigo têm o objetivo de assegurar que os serviços técnicos e operacionais prestados estejam em sintonia com o SUASA, não sendo permitido aos credenciados ou habilitados desempenhar atividades próprias da fiscalização agropecuária que exijam o exercício específico de poder de polícia administrativa.

§ 2º Norma específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior, definirá os processos de credenciamento de pessoas jurídicas, os serviços cujos credenciamentos serão obrigatoriamente homologados e as regras específicas para homologação.

§ 3º Norma específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior, definirá os processos de habilitação de pessoas físicas, observando a competência profissional, de acordo com o conhecimento técnico requerido para a etapa, procedimento ou processo que o profissional será habilitado, e as regras específicas para homologação.

Art. 6º Fica instituído o gerenciamento de riscos como abordagem de ação da defesa agropecuária.



Parágrafo único. As ações de controle e fiscalização desempenhadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento serão mensuradas em conformidade com os critérios de gerenciamento de risco.

Art. 7º São princípios elementares da fiscalização:

I - atuação baseada no gerenciamento de riscos;

II - atuação preventiva, permitindo sempre que possível que eventual irregularidade de natureza leve possa ser sanada antes da atuação do agente;

III - intervenção subsidiária e excepcional na atividade econômica dos agentes, sendo justificada apenas nas situações de prevalência do interesse público sobre o privado;

IV - orientação pela isonomia, uniformidade e publicidade na relação com o agente da ação fiscalizatória, sendo assegurado o amplo acesso aos processos administrativos em que o estabelecimento for parte interessada;

V - obediência às garantias conferidas pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, sobretudo em relação ao direito à inovação tecnológica, à presunção de boa-fé, entre outros.

CAPÍTULO II

DOS PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE DOS AGENTES PRIVADOS REGULADOS PELA DEFESA AGROPECUÁRIA

Art. 8º Os agentes privados regulados pela legislação da defesa agropecuária desenvolverão programas de autocontrole com o objetivo de garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a segurança dos seus produtos.

§1º Os agentes privados regulados pela legislação da defesa agropecuária garantirão a implantação, a manutenção, o monitoramento e a verificação dos programas de autocontrole de que trata o **caput**.



§ 2º Os programas de autocontrole conterão:

I - registros sistematizados e auditáveis do processo produtivo, desde a obtenção e a recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos até a expedição do produto final;

II - previsão de recolhimento de lotes, quando identificadas deficiências ou não conformidades no produto agropecuário que possam causar riscos à segurança do consumidor ou para a saúde animal e a sanidade vegetal; e

III - descrição dos procedimentos de autocorreção.

§ 3º A implementação dos programas de autocontrole de que trata o **caput** poderá ser certificada por entidade de terceira parte, a critério do agente.

§ 4º O setor produtivo desenvolverá manuais de orientação para elaboração e implementação de programas de autocontrole que será disponibilizado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de registro eletrônico.

§ 5º Os programas de autocontrole são definidos pelo estabelecimento e devem atender, no mínimo, aos requisitos definidos em legislação, cabendo à fiscalização agropecuária verificar o cumprimento do descrito no programa de autocontrole da empresa.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica compulsoriamente aos agentes da produção primária agropecuária.

§ 7º A regulamentação dos programas de autocontrole de que trata o **caput** deverá levar em consideração o porte dos agentes econômicos e a disponibilização pelo Poder Público de sistema público de informações, de forma a conferir tratamento isonômico a todos os estabelecimentos.

Art. 9º Os programas de autocontrole poderão conter garantias advindas de sistemas de produção com características diferenciadas, com abrangência sobre a totalidade da cadeia produtiva, desde a produção primária agropecuária até o processamento e a expedição do produto final.

§ 1º Quando a diferenciação envolver a produção primária agropecuária, o programa de autocontrole será estabelecido por meio de protocolo privado de



produção com a descrição das características do sistema e a modalidade de verificação.

§ 2º Os protocolos privados de que trata o § 1º serão apresentados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicará os protocolos de que trata o § 1º em seu sítio eletrônico.

Art. 10º Compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - estabelecer os requisitos básicos necessários ao desenvolvimento dos programas de autocontrole;

II - editar normas complementares para dispor sobre os requisitos básicos a que se refere o inciso I;

III - definir os procedimentos oficiais de verificação dos programas de autocontrole.

Art. 11. Quando a fiscalização agropecuária ou o programa de autocontrole identificar deficiências ou não conformidades no processo produtivo ou no produto agropecuário que possam causar riscos à segurança do consumidor ou à saúde animal e à sanidade vegetal, fica o agente responsável pelo recolhimento dos lotes produzidos nessa condição, na forma prevista em regulamento.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA DE INCENTIVO À CONFORMIDADE EM DEFESA AGROPECUÁRIA

Art. 12. Fica instituído o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, com o objetivo de estimular o aperfeiçoamento de sistemas de garantia da qualidade robustos e auditáveis, com vistas consolidação de um ambiente de confiança recíproca entre o Poder Executivo federal e os agentes regulados, pela via do aumento da transparência.



Parágrafo único. O Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária exigirá do estabelecimento regulado o compartilhamento periódico de dados operacionais e de qualidade com a fiscalização agropecuária, e oferecerá como contrapartida benefícios e incentivos, na forma prevista em regulamento.

Art. 13. São incentivos que devem ser concedidos aos agentes aderentes ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, além de outros que venham a ser estabelecidos em regulamento:

I – agilidade nas operações de importação e exportação;

II – categorização automática do agente como apto à exportação para países que não apresentem requisitos sanitários específicos;

III – prioridade na tramitação de processos administrativos junto à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobretudo nos relacionados a atos públicos de liberação da atividade econômica;

IV – acesso automático às informações de tramitação dos processos de interesse do estabelecimento;

V – dispensa de aprovação prévia de atos relacionados a reforma e ampliação do estabelecimento, tendo por base a existência de princípios regulatórios já estabelecidos.

Art. 14. O regulamento do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária estabelecerá:

I - procedimentos para adesão;

II - obrigações para permanência no Programa; e

III - hipóteses de aplicação de advertência, suspensão ou exclusão do Programa.

Parágrafo único. A regulamentação do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária deverá levar em consideração o porte dos agentes econômicos e a disponibilização pelo Poder Público de sistema



público de informações, de forma conferir tratamento isonômico e passível de cumprimento por todos os agentes.

Art. 15. Aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária fica autorizada a regularização por notificação de que trata o inciso X do **caput** do art. 3º.

§ 1º O estabelecimento notificado não será autuado, desde que adote as medidas corretivas necessárias e sane a irregularidade ou não conformidade no prazo indicado na notificação.

§ 2º Regulamento disporá sobre as irregularidades ou não conformidades passíveis de regularização por notificação.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO DOS ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E PRODUTOS

Seção I

Do registro de estabelecimentos

Art. 16 Para registro, cadastro, credenciamento ou qualquer outro ato público de liberação de estabelecimento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, serão exigidos, de acordo com a natureza da atividade, documentos e informações necessários às avaliações técnicas.

§ 1º Fica dispensada a apresentação de documentos e autorizações emitidas por outros órgãos e entidades de governo que não tenham relação com a liberação de estabelecimento de que trata o **caput**.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibilizará sistema eletrônico para receber as solicitações de registro, cadastro ou credenciamento de estabelecimento no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 17. Estabelecimentos que possuam mais de uma finalidade e que sejam objeto de diferentes normas de defesa agropecuária poderão ter registro



único no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma prevista em regulamento.

Seção II

Do registro de produtos

Art. 18. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - incentivará a adoção de procedimento administrativo simplificado, o uso de meios eletrônicos e o estabelecimento de parâmetros e padrões, com vistas à automatização da concessão das solicitações de registro de produtos agropecuários;

II - disponibilizará sistema eletrônico para receber as solicitações de registro de produtos no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Lei.

§ 1º A concessão de registro de produtos que possuam parâmetros ou padrões normatizados será automática.

§ 2º A não observância aos parâmetros ou padrões normatizados implicará o cancelamento do registro do produto e a imposição de sanções administrativas.

§ 3º O disposto no **caput** não se aplica aos produtos regulados pela Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

Art. 19. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá dispor de especialistas para subsidiar a avaliação de registro de produtos, por meio de credenciamento, contratação de pessoa física ou jurídica ou ajustes com instituições de pesquisa públicas ou privadas, na forma prevista em regulamento, assegurada a confidencialidade em relação aos dados e informações sobre os produtos e agentes privados.

Parágrafo único. Todo processo de registro de produtos avaliado por especialistas terá supervisão de um Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que será responsável pela aprovação definitiva da concessão do registro.



Art. 20. Produtos que possuam mais de uma finalidade e que sejam objeto de diferentes normas da defesa agropecuária poderão ter registro único no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma prevista em regulamento.

Art. 21. A análise das solicitações de registro de produtos observará a ordem cronológica de apresentação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá priorizar a análise de que trata o **caput** nas seguintes hipóteses:

I - necessidade de atendimento aos programas de saúde animal ou fitossanitários;

II - situações de emergência sanitária ou fitossanitária;

III - cumprimento de acordos ou exigências internacionais;

IV - quando caracterizada inovação tecnológica; ou

V - produção em território nacional de ingrediente ativo.

Seção III

Dos critérios para concessão, isenção e simplificação de registro

Art. 22 Ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá a classificação de risco, as condições, os prazos e os demais critérios para concessão, isenção e simplificação de registro, cadastro, credenciamento ou qualquer outro ato público de liberação, observado o disposto na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e em seu regulamento.

Art. 23. São isentos de registro os insumos agropecuários produzidos ou fabricados pelo produtor rural para uso próprio, vedada a comercialização dos referidos insumos sob qualquer forma.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá, em ato próprio, os insumos agropecuários para os quais a



isenção de registro prevista no **caput** não se aplica, no caso de produtos químicos classificados como agrotóxicos ou produto de uso veterinário.

Seção IV

Da rotulagem

Art. 24. A rotulagem dos produtos é responsabilidade do detentor do registro, na forma prevista na legislação.

§ 1º Rótulos de produtos não serão objeto de aprovação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá exigir o depósito de rótulos de produtos em sistema eletrônico, para fins de fiscalização agropecuária.

§ 3º A comercialização de produtos com rotulagem em desacordo com o previsto na legislação caracteriza infração administrativa, sujeita a aplicação de medidas cautelares e a autuação.

CAPÍTULO V

DAS MEDIDAS CAUTELARES

Art. 25. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá aplicar as seguintes medidas cautelares, isolada ou cumulativamente, ante a evidência de que uma atividade ou um produto agropecuário represente risco à defesa agropecuária:

I - apreensão de produtos;

II - suspensão temporária de atividade, de etapa ou de processo de fabricação de produto; e

III - destruição ou devolução à origem de animais e vegetais, de seus produtos, resíduos e insumos agropecuários, quando constatada a importação irregular ou a introdução irregular no País.



§ 1º O Auditor Fiscal Federal Agropecuário responsável pela aplicação de medida cautelar deverá comunicar imediatamente a sua chefia imediata.

§ 2º Não será aplicada medida cautelar quando a não conformidade puder ser sanada durante a ação de fiscalização.

§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada imediatamente quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação.

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 26. O agente que incidir em infração prevista na legislação específica e em normas regulamentares de defesa agropecuária ficará sujeito às seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:

I - advertência;

II - multa;

III - condenação do produto;

IV - suspensão de atividade, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;

V - suspensão de registro, de cadastro ou de credenciamento;

VI - cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento; e

VII - cassação da habilitação de profissional para prestar serviços relacionados à defesa agropecuária.

Parágrafo único. A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tornará públicas as sanções impostas aos infratores da legislação de defesa agropecuária após o seu trânsito em julgado na esfera administrativa.

Art. 27. O valor da multa de que trata o inciso II do **caput** do art. 26 será de R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais),



observadas a classificação do agente infrator e a natureza da infração, conforme Anexo a esta Lei e regulamento.

§ 1º No caso de reincidência específica, a pena máxima da referida infração, estabelecida em regulamento e sob teto previsto no **caput** deste artigo, será aumentada em 10% (dez por cento), para cada nova incidência na mesma infração.

§ 2º Considera-se para fins da caracterização da reincidência específica e, conseqüentemente, para o aumento de pena, o prazo de cinco anos contados do cumprimento ou da extinção da penalidade administrativa.

§ 3º O pagamento voluntário da multa no prazo de vinte dias, contado da data de sua aplicação, sem interposição de recurso, ensejará a redução de vinte por cento de seu valor.

Art. 28. A introdução irregular no País de animais e vegetais, seus produtos, quando praticada por pessoa física, caracterizará infração sujeita a advertência ou multa, cujo valor será estipulado entre R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo único. A introdução irregular no País de insumos agropecuários praticada por pessoa física, caracterizará infração de natureza gravíssima sujeita multa no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 29. Ato do Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento atualizará anualmente os valores das multas de que tratam os art. 27 e art. 28, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 30. As infrações serão graduadas de acordo com o risco para a defesa agropecuária e classificadas em:

- I - infração de natureza leve;
- II - infração de natureza moderada;
- III - infração de natureza grave;
- IV - infração de natureza gravíssima.



Art. 31. Na aplicação das penalidades previstas nesta Lei serão consideradas as circunstâncias agravantes e atenuantes, na forma de regulamento.

Parágrafo Único. Quando uma infração for objeto de enquadramento em mais de um dispositivo, prevalece para aplicação da penalidade o enquadramento mais específico em relação ao mais genérico.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Art. 32. As infrações serão apuradas, a partir da lavratura do auto de infração, por meio de processo administrativo de fiscalização agropecuária.

Art. 33. O auto de infração é o documento hábil para constatação de infração, no que concerne a legislação da defesa agropecuária.

Art. 34. Do auto de infração caberá a interposição de defesa por escrito no prazo de vinte dias, contado da data de recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A defesa de que trata o **caput** deverá ser endereçada à Superintendência Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sediada na unidade da federação no local onde foi constatada a infração, que deverá, nos termos do regulamento, julgar e emitir decisão de primeira instância sobre o respectivo auto de infração.

Art. 35. Das decisões administrativas de primeira instância caberá a interposição de recurso administrativo no prazo de vinte dias, contado da data de recebimento da notificação.

§ 1º O recurso de que trata o **caput** será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

§ 2º Caso a autoridade não reconsidere a sua decisão, encaminhará o recurso à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura,



Pecuária e Abastecimento no prazo de vinte dias, contado da data de seu recebimento, o para julgamento em segunda instância.

Art. 36. Da decisão proferida pela Secretaria de Defesa Agropecuária em sede de segunda instância administrativa, caberá recurso no prazo de 20 (vinte) dias à Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, à qual compete o julgamento do processo administrativo em terceira e última instância.

§ 1º A Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária será composta por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) suplentes, sendo 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) suplentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente do Ministério da Justiça, e 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente da Confederação Nacional da Indústria e 1(um) membro titular e 1 (um) suplente da Confederação Nacional da Agricultura.

§ 2º Considerando as decisões reiteradas sobre um mesmo tema, a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária emitirá enunciados que, quando ratificados pelo Secretário de Defesa Agropecuária, vincularão o cumprimento pelas demais instâncias.

§ 3º A penalidade de suspensão de atividade, de registro, de cadastro ou de credenciamento ou a penalidade de cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento poderá ser convertida em multa, mediante a apresentação de requerimento do infrator e celebração de termo de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

§ 4º Caberá à Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária decidir sobre a conversão das penalidades a que se refere o § 3º em multa.

Art. 37. A interposição tempestiva de recurso terá efeito suspensivo.

Art. 38. A notificação do autuado poderá ser feita por meio eletrônico, desde que a certificação da ciência seja inequívoca.

Art. 39. Fica estabelecida a assinatura eletrônica simples, de que trata a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, para os atos praticados por



servidores públicos no âmbito do processo administrativo de fiscalização agropecuária.

CAPÍTULO VIII

DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA PARA FRONTEIRAS INTERNACIONAIS – VIGIFRONTEIRA

Art. 40. Fica instituído, no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, de que trata o art. 28-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da Secretaria de Defesa Agropecuária do Brasil, o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTEIRAS.

Art. 41. O VIGIFRONTEIRAS tem como objetivo estabelecer um sistema integrado de vigilância em defesa agropecuária na faixa de fronteira de todo o território nacional, com a finalidade de:

I - impedir o ingresso em território nacional de substâncias ou agentes biológicos de qualquer natureza, sob qualquer meio de transporte ou difusão, que possam causar danos à produção, processamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários, pesqueiros e florestais;

II – evitar o ingresso em território nacional de produtos agropecuários que não atendam aos padrões de identidade e qualidade ou aos requisitos de segurança higiênico-sanitária e tecnológica exigidos para o consumo;

III - realizar ações de contraterrorismo, impedindo a introdução intencional, em território nacional, de organismos ou substâncias que possam ser utilizadas em qualquer estágio da produção, transformação, industrialização, distribuição ou utilização de produtos agropecuários, com potencial de difundir insegurança no setor, reduzir a produção, aumentar custos, dificultar, restringir ou impedir a comercialização, o consumo e a utilização destes produtos, constituindo ameaça ou causando danos à economia ou à segurança alimentar nacionais; e



IV - conter danos, efetivos ou potenciais, causados pela introdução em território nacional de qualquer substância ou agente biológico que importe em risco ou ameaça tratada nos incisos anteriores.

Art. 42. A atuação do VIGIFRONTTEIRA pautar-se-á pela integração, produção e difusão de conhecimentos técnico-científicos e pela cooperação entre os órgãos e entidades públicas integrantes das três instâncias do SUASA.

Art. 43. O Poder Executivo federal editará regulamento disciplinando o funcionamento do VIGIFRONTTEIRA, no prazo de 90 (noventa) dias contado da data de publicação desta Lei.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44. O Poder Executivo federal editará o regulamento do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária no prazo de cento e vinte dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 45. As penalidades de que trata o Capítulo VI serão aplicadas às infrações previstas na legislação específica e em normas regulamentares de defesa agropecuária e constatadas a partir da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 1º As disposições referentes ao processo administrativo de fiscalização agropecuária previstas no Capítulo VII aplicam-se aos processos pendentes de julgamento a partir da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 2º As penalidades de que trata o art. 26 serão aplicadas às infrações constatadas pela fiscalização agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com fundamento no disposto na Lei nº 7.802, de 1989.



Art. 46. O art. 1º da Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea “f” do inciso VI do **caput** do art. 2º da referida Lei.*

*Parágrafo único. A prorrogação de que trata o **caput** deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017, vigentes no momento da entrada em vigor da Medida Provisória nº 903, de 6 de novembro de 2019.” (NR)*

Art. 47. A Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.4º.....

I – os Municípios, os Consórcios Públicos Intermunicipais e/ou Interestaduais, os Estados e o Distrito Federal, diretamente ou por intermédio de órgãos ou empresas especializadas;

II – as cooperativas agrícolas e as pessoas físicas e jurídicas especializadas na atividade;

.....

Art. 8º A fiscalização da classificação de que trata esta Lei poderá ser executada pelos Municípios, Consórcios Públicos Intermunicipais e/ou Interestaduais, Estados e o Distrito Federal, mediante delegação de competência do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.” (NR)

Art. 48. As normas gerais contidas no Capítulo II desta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Art. 49. O Artigo 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 29-A
.....

§ 3º Fica instituído o Sistema de Gestão de Serviços de Inspeção – e-SISBI no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para cadastro dos serviços oficiais de inspeção e fiscalização dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais, dos estabelecimentos e dos produtos de origem animal.

§ 4º Os serviços oficiais de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais, devidamente cadastrados no e-SISBI, integram o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA previsto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 5º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento editará norma definindo os objetivos e as metas nacionais de inocuidade e de conformidade dos produtos de origem animal, que deverá ser observada pelos serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais integrantes do SISBI-POA.

§ 6º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento auditará os serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais integrantes do SISBI-POA, com objetivo de verificar a equivalência com o Serviço de Inspeção Federal.

§ 7º Fica autorizado o comércio interestadual dos produtos sob inspeção dos serviços integrantes do SISBI-POA, mediante prévio cadastro dos estabelecimentos e dos produtos no e-SISBI, realizado pelos respectivos serviços de inspeção.” (NR).

Art. 50. Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934:

- a) o parágrafo único do art. 8º;
- b) o art. 34;
- c) o § 3º do art. 39;
- d) o art. 47;
- e) os § 1º e § 2º do art. 54; e



f) o art. 64;

II - os art. 6º e art. 7º do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969;

III - a alínea “g” do **caput** do art. 3º do Decreto-Lei nº 917, de 8 de outubro de 1969;

IV - o art. 4º da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974;

V - o art. 7º da Lei nº 6.446, de 5 de outubro de 1977;

VI – os incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII do art. 5º da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980;

VII - o art. 36 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988;

VIII - o art. 2º da Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989;

IX - o art. 9º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994;

X - o art. 9º da Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000;

XI - os art. 42 e os incisos I, II, III, IV, V e VI do art. 43 da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003; e

XII - o art. 6º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:

I - sessenta dias após a data de sua publicação, quanto ao disposto no Capítulo IV;

II - noventa dias após a data de sua publicação, quanto ao disposto no art. 28; e

III - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.



Anexo

Natureza da Infração	Classificação dos agentes											
	Pessoa Física		Micro Empreendedor Individual – MEI¹		Microempresas – ME²		Empresas de pequeno porte – EPP³		Média Empresa⁴		Demais estabelecimentos	
	Valores em reais (R\$)											
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Leve	100,00	250,00	100,00	250,00	500,00	1.500,00	1.000,00	1.500,00	1.500,00	3.000,00	1.500,00	5.000,00
Moderada	251,00	1.000,00	251,00	1.000,00	1.501,00	2.500,00	1.501,00	5.000,00	3.001,00	8.000,00	5.001,00	15.000,00
Grave	1.001,00	5.000,00	1.001,00	2.500,00	2.501,00	5.000,00	5.001,00	10.000,00	8.001,00	20.000,00	15.001,00	50.000,00
Gravíssima	5.001,00	50.000,00	2.501,00	5.000,00	5.001,00	10.000,00	10.001,00	30.000,00	20.001,00	50.000,00	50.001,00	150.000,00

1 - § 1º do Art. 18-A da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2 - Inciso I do Art. 3º da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3 - Inciso II do Art. 3º da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4 – Segundo classificação do BNDES.

Sala da Comissão, em de de 2021.



Deputado DOMINGOS SÁVIO

Relator

2021-12824



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CL177109953400>



PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Suprima-se o inciso II do artigo 13 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.293, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso II deve ser retirado, uma vez que, ao menos para produtos de origem animal, esta possibilidade já existe, trazida pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 10 DE MAIO DE 2016:

Art. 3º A habilitação de estabelecimentos para exportação de produtos de origem animal para os países que não possuam requisitos sanitários específicos estará autorizada mediante o registro do estabelecimento no DIPOA.

A manutenção do inciso II, considerando a superioridade hierárquica da norma, pode levar à revogação tácita do disposto na IN 16/2016, tirando do mercado diversos agentes já exportadores.



A habilitação para países que não apresentam requisitos sanitários específicos deve ser automática, seja qual for o produto. Caso contrário, trata-se de um incoerente “autoembargo”.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210162744600>



PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, os seguintes artigos:

Art. 52. Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a adotar sistema de classificação de risco das empresas privadas reguladas, para fins de fiscalização agropecuária, tendo como base o desempenho nos Programas de Autocontrole e no Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária.

§ 1º Fica vedada qualquer forma de divulgação pública de listas de classificação das empresas reguladas ou a utilização de informações do sistema a que se refere o caput para qualquer outra finalidade que não seja a fiscalização agropecuária.

§ 2º À empresa regulada é facultado o acesso às informações referentes ao seu desempenho e posição no sistema de classificação a que se refere o caput.

§ 3º Os critérios para o sistema de classificação a que se refere o caput deverão ser regulamentados e divulgados no prazo mínimo de 6 meses antes de sua entrada em vigor.

Art. 53. A divulgação de listas de classificação ou a utilização indevida de informações do sistema de classificação a que se refere o artigo 52 sujeitará o infrator às disposições previstas em lei, sem prejuízo de sanções administrativas e



responsabilização civil, por danos morais, e indenização às empresas prejudicadas.

JUSTIFICAÇÃO

O órgão regulador e o funcionário público devem agir de acordo com o que determina a lei. Embora não conste do PL 1293/2021, na versão original enviada pelo Poder Executivo, é de conhecimento público que o MAPA pretende adotar um sistema de classificação das empresas reguladas, com base em análise de riscos, após a aprovação do referido PL.

Tal sistema de classificação se justifica para ações e estratégias relacionadas à fiscalização agropecuária, com vistas a otimizar os recursos da fiscalização, o que está no cerne do PL de autocontrole.

Contudo, é fundamental que esse sistema de classificação não seja utilizado de forma indevida pelo órgão regulador, ou por seus funcionários públicos, de forma que possa causar distorções na competitividade das empresas e no mercado, como por exemplo, gerando privilégios para algumas empresas e prejudicando outras.

Nesse sentido, é fundamental que a presente emenda seja incorporada ao substitutivo do PL 1293/2021, na CAPADR, de forma a tornar legítimo e legal o sistema de classificação de empresas com base em análise de riscos, para fins de fiscalização e, ao mesmo tempo, impedir que esse mesmo sistema seja utilizado de forma indevida, que venha a causar prejuízos às empresas e ao mercado.

Por fim, é importante ressaltar que essa emenda vem no sentido de dar maior transparência e segurança jurídica a todas as partes envolvidas no processo.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218607067100>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso I do Art. 50 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 50

.....
I - os seguintes dispositivos do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, **no que se refere às sanções aplicáveis;** "

JUSTIFICATIVA

Propomos a inclusão da redação "no que se refere às sanções aplicáveis", de forma a garantir maior transparência e clareza ao inciso I do art.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212711285900>



50, descrevendo do que se trata os referidos dispositivos presentes no Decreto nº 24.548, de julho de 1934.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212711285900>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Suprima-se o Art. 46 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021.

JUSTIFICATIVA

O art. 46 do substitutivo deve ser suprimido por se tratar de matéria estranha, e sem conexão ou pertinência temática com o seu objeto inicial. O texto em questão prevê a prorrogação por 6 anos, além do limite estabelecido, de 239 contratos por tempo determinado de médico veterinário.

A contratação temporária, além de aumentar as despesas, é mais um paliativo e não soluciona os problemas pelos quais vem passando a fiscalização agropecuária.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219990727000>

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC

Apresentação: 30/08/2021 20:34 - CAPADR
ESB 4 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.4



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219990727000>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao Art. 37 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 37 O recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso."

JUSTIFICATIVA

Segundo a redação atual conferida ao art. 37 do substitutivo, caso a regra seja a da concessão automática do efeito suspensivo, o infrator não será constituído em mora por ocasião da interposição de recurso administrativo, fazendo com que não incida multa e juros de mora, além da atualização



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216517215100>

monetária, sobre o valor da multa imputada até o trânsito em julgado da decisão recorrida, o que inevitavelmente acarretará em uma forma de incentivo a impugnações com intuito meramente protelatório.

Dessa forma, até o julgamento do recurso a decisão correrá o risco de ficar suspensa, gerando um problema de eficácia das decisões e crise na segurança agropecuária.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Ucai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216517215100>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao Art. 28 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 28 A introdução irregular no País de **insumos agropecuários**, animais, vegetais, produtos de origem animal e vegetal, quando praticada por pessoa física, caracterizará infração sujeita a advertência ou multa, cujo valor será estipulado entre R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo único. A introdução irregular no País de insumos agropecuários praticada por pessoa **jurídica**, caracterizará infração de natureza gravíssima sujeita multa no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). "



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219306099500>

JUSTIFICATIVA

Com a proposição da presente emenda buscamos evitar sanção desproporcional em relação à avaliação de risco.

Na forma original, segundo o parágrafo único, caso um passageiro adentre o país com um medicamento de uso veterinário sofrerá multa de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Por outro lado, segundo o caput, se o passageiro entrar com um produto defumado, sofrerá multa entre R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Dessa forma, prevemos a multa de R\$ 50 mil reais apenas para pessoas jurídicas. Além de incluir os insumos agropecuários no rol de produtos passíveis de infração para pessoas físicas.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219306099500>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Insere inciso ao Art. 26 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021:

"Art. 26

VIII - perdimento. "

JUSTIFICATIVA

A presente emenda inclui o inciso VIII ao art. 26, para prever como penalidade o perdimento, prática regular que foi equivocadamente omitida, reenumerando os demais incisos. O procedimento normalmente é instaurado quando há conduta atípica.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210689450300>

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso III do Art. 26 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 26

.....
III – condenação de produtos agropecuários; "

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta ao inciso III do Art. 26 do substitutivo busca além de especificar a quais produtos a condenação se refere, adequar ao que dispõe o conceito apresentado no inciso III do art. 3º.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210975539200>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso § 1º do Art. 25 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 25

.....

§ 1º O Auditor Fiscal Federal Agropecuário responsável pela aplicação de medida cautelar deverá comunicar a sua chefia imediata. "

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a supressão do termo "imediatamente" do § 1º do Art. 25 para retirar a necessidade de comunicação imediata de aplicação de medida cautelar à chefia imediata, por se tratar de medida ineficiente e dispensável, uma vez que o aviso não terá efeito imediato e a comunicação posterior não



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210870368400>

causará prejuízo. Além disso, em razão da dinâmica do trabalho, a comunicação imediata muitas vezes não é possível, o que poderá afetar negativamente a produtividade das atividades.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210870368400>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Inclui o inciso III ao Art. 25 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, renumerando os demais:

"Art. 25

.....
III - interdição, total ou parcial, de estabelecimento, instalação ou equipamento; "

JUSTIFICATIVA

A presente emenda inclui o inciso III ao art. 25, para prever a possibilidade de interdição, total ou parcial, como medida cautelar, prática regular que foi equivocadamente omitida, renumerando o atual inciso III.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218533807600>



A interdição é uma medida cautelar necessária para garantir que adequação do estabelecimento aos critérios necessários de modo a evitar o risco à defesa sanitária, a sua omissão na presente legislação pode afetar negativamente a fiscalização agropecuária.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218533807600>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso I do Art. 25 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 25

.....

I - Apreensão de produtos **agropecuários**; "

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta ao inciso I do Art. 25 do substitutivo busca além de especificar a quais produtos a apreensão se refere, adequar ao que dispõe o conceito apresentado no inciso I do art. 3º.



Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212332865200>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao § 1º do Art. 24 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 24

.....
§ 1º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá, em ato próprio, os rótulos de produtos que não serão objeto de aprovação prévia, com base em avaliação de risco."

JUSTIFICATIVA

Propomos a mudança na redação do § 1º do art. 24 para estabelecer que os rótulos de produtos que não serão objeto de aprovação prévia serão previstos em ato próprio e com base em avaliação de risco. Tendo



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212134792700>

em vista que a dispensa de aprovação de rótulos de produtos pode oferecer graves riscos à saúde humana e animal.

Os rótulos devem seguir a um padrão de avaliação para garantir que as informações do produto sejam entregues ao consumidor, de modo a possibilitar a utilização segura. A dispensa de aprovação para todo e qualquer rótulo pode permitir que aqueles que não atendem aos critérios necessários sejam utilizados da mesma forma. Essa avaliação é pertinente em produtos que podem oferecer risco à saúde humana, como antimicrobianos e antiparasitários utilizados em animais produtores de alimentos, e produtos voltados aos programas sanitários, como vacina contra febre aftosa e raiva.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Ucai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212134792700>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Inclui inciso ao Art. 26 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, renumerando os demais:

"Art. 26

VII - recolhimento de produto e sua inutilização; e "

JUSTIFICATIVA

A presente emenda inclui o inciso VII ao art. 26, para prever como penalidade o recolhimento de produto e sua inutilização, prática regular que foi equivocadamente omitida, renumerando os demais incisos.

O recolhimento de produto e sua inutilização são necessários para evitar que produtos irregulares que ofereçam risco à saúde permaneçam sob utilização.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210438002400>

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210438002400>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao Art. 19 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 19 O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá dispor de especialistas, excepcionalmente, para subsidiar a avaliação de registro de produtos.

Parágrafo único. Todo processo de avaliação de registro de produtos realizado por especialistas terá supervisão de um Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que será responsável pela aprovação definitiva do registro desse produto".

JUSTIFICATIVA

O art.19 do substitutivo autoriza a avaliação do registro de produtos a especialistas por meio credenciamento, contratação de pessoa física ou



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216325723100>

jurídica ou ajustes com instituições de pesquisa públicas ou privadas. No entanto a avaliação de registro de produtos não é uma atividade que pode ser delegada ao setor privado, uma vez que terceirização da atividade pode provocar situações onde há falta de alinhamento entre o que é esperado e exigido e o que será entregue. Com a proposição da presente emenda, vemos ser mais adequado a participação de especialistas apenas para subsidiar a avaliação, garantindo maior integridade para a segurança sanitária.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216325723100>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso V do Art. 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 3º

.....
V – credenciamento: reconhecimento ou habilitação de pessoas físicas ou jurídicas pelo Poder Público, para **prestação de serviços** específicos relacionados à defesa agropecuária; "

JUSTIFICATIVA

A presente emenda propõe no inciso V do art. 3 do substitutivo a substituição do ter "execução" pelo termo "prestação de serviços", com a pretensão de dissociar a atividade exercida pela entidade de terceira parte



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216730531000>



certificadora dos programas de autocontrole a ser credenciada (PRESTAÇÃO DE SERVIÇO) daquela executada pela fiscalização agropecuária (PODER DE POLÍCIA), uma vez que as primeiras são objeto da atuação desta última, conforme prevê o art. 3º, inciso IV, alínea “e”. Assim como, padronizar o conceito de credenciamento ao que prevê o art. 5º do presente substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216730531000>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso II do Art. 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 3º

.....

II - fiscalização agropecuária - atividade de controle, supervisão, vigilância, auditoria, **certificação** e inspeção agropecuária, no exercício do poder de polícia administrativa, com finalidade de verificar o cumprimento da legislação; "

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta à redação do inciso II do art. 3º, busca adequar a definição de fiscalização agropecuária com a inclusão da atividade de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210654408900>



certificação, meio importante para assegurar padrão higiênico sanitário, prática regular da fiscalização sanitária que, equivocadamente, não foi mencionada.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210654408900>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso III do Art. 25 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 25

.....
§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação. "

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a supressão do termo "imediatamente" § 3º do Art. 25 para retirar a necessidade de cancelamento imediato de medida cautelar quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218203484400>

A necessidade de tomada de medidas imediatas gera urgência para realização dessas atividades de forma desnecessária, redirecionando a atenção e atrasando processos, inclusive, mais importantes.

Além disso, a proposta vai de encontro com o disposto no § 5º, do Art. 495, do Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, RIISPOA, incluído pelo Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020, que descreve que “§ 5º Após a identificação da causa da irregularidade e a adoção das medidas corretivas cabíveis, a retomada do processo de fabricação será autorizada”.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218203484400>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso I do Art. 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 3º

.....
I - defesa agropecuária: estrutura constituída de normas e ações de fiscalização agropecuária, procedimentos, verificações, vigilância e educação, que visam garantir a proteção da saúde e bem estar dos animais, a sanidade dos vegetais, a identidade, a inocuidade, a qualidade, a conformidade e a segurança higiênico sanitária dos alimentos e dos demais produtos agropecuários, bem como a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, no território nacional, na importação e na exportação; "



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213341585500>



JUSTIFICATIVA

Faz-se necessária a alteração do inciso I do art. 3º para adequar a definição de defesa agropecuária que é mais complexa e abrange mais atividades que mencionado no texto original, que incluem ações de fiscalização agropecuária, procedimentos, verificações, vigilância e educação, com vistas a garantir a proteção da saúde e bem estar dos animais, a sanidade dos vegetais, a identidade, a inocuidade, a qualidade, a conformidade e a segurança higiênico sanitária dos alimentos e dos demais produtos agropecuários, bem como a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, no território nacional, na importação e na exportação.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213341585500>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Inserir o § 2º ao Art. 26 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021:

"Art. 26

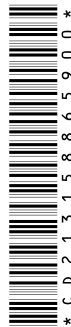
.....

§ 2º É de responsabilidade do infrator dar cumprimento, sob suas expensas, à execução das sanções previstas neste artigo, quando determinado pela Autoridade Julgadora do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento."

JUSTIFICATIVA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213158865900>



A inclusão do § 2º busca adequar a redação do substitutivo ao abarcar procedimento já previsto no que se refere a infrações e penalidades, mas que não foi mencionada no texto.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213158865900>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso III do Art. 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 3º

.....

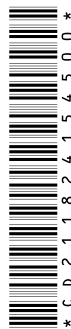
III - produtos agropecuários: insumos agropecuários animais e vegetais, produtos **de origem animal e vegetal**, seus subprodutos, derivados e resíduos que possuam valor econômico; "

JUSTIFICATIVA

Propomos com a apresentação da presente emenda a alteração do inciso III do art. 3º do substitutivo para estabelecer que onde diz "produtos resultantes da atividade" seja especificado que os produtos a que se refere no dispositivo são de origem animal e vegetal para evitar eventuais



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211824154500>



dissidências na interpretação da lei e garantir maior transparência e clareza a matéria.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211824154500>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao § 3º do Art. 8º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 8º

.....

§ 3º A implementação dos programas de autocontrole de que trata o caput, **sem prejuízo da verificação direta pela fiscalização agropecuária**, poderá ser certificada por entidade de terceira parte, **credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, segundo critérios e requisitos a serem regulamentados pelo Poder Executivo.**"

JUSTIFICATIVA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211637470100>



A presente emenda tem como objetivo estabelecer que a implementação dos programas de autocontrole de que trata o caput, sem prejuízo da verificação direta pela fiscalização agropecuária, poderá ser certificada por entidade de terceira parte, credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, segundo critérios e requisitos a serem regulamentados pelo Poder Executivo.

O credenciamento é um meio de contratação de serviços comumente utilizado na administração pública para habilitar os interessados em prestar serviços que cumpram os requisitos necessários. Esse processo pressupõe a pluralidade de interessados, bem como a adequada prestação do serviço, de maneira a possibilitar o melhor atendimento de interesse público. A previsão de credenciamento no dispositivo garantirá a qualidade do Programa de Autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211637470100>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Suprima-se o parágrafo único do Art. 23 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo único do Art. 23 do substitutivo deve ser retirado, uma vez que, autoriza ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o estabelecimento, em ato próprio, os insumos agropecuários para os quais a isenção de registro não se aplica, no caso de produtos químicos classificados como agrotóxicos ou produto de uso veterinário. No entanto a previsão de tal autorização fere a garantia da inocuidade e segurança alimentar, a avaliação de risco é de fato indispensável ao processo.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219447205600>

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao Art. 15 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 15. Aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária fica autorizada a regularização por notificação de que trata o inciso X do caput do art. 3º, **quando se tratar de infração de natureza leve.**"

JUSTIFICATIVA

A alteração da redação do art. 15 do substitutivo visa esclarecer que a medida será válida aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária somente quando tratar de



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216651325700>

infração de natureza leve, garantindo que infrações graves, de maior risco, sejam penalizadas com maior rigidez.

A gradação de infrações deve ser respeitada garantindo a possibilidade de regularização por notificação apenas quando a infração for leve, ou seja, que representem menos risco com relação as demais infrações. A possibilidade de notificação para qualquer tipo de infração pode gerar situações em que infrações que gerem grande risco a segurança agropecuária não sejam penalizadas de maneira correta, podendo, até mesmo, em algumas situações incentivar o descumprimento das medidas de segurança.

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216651325700>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – Vigifronteiras; altera a Lei nº 13.996, de 05 de maio de 2020; altera a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao artigo 9º do Substitutivo ao Projeto a seguinte redação:

“Art. 9º Os programas de autocontrole poderão conter garantias advindas de sistemas de produção com características diferenciadas, com abrangência sobre a totalidade da cadeia produtiva, desde a produção primária agropecuária até o processamento e a expedição do produto final, contemplando a participação de todos os envolvidos na cadeia de produção na elaboração do protocolo.”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216330899600>



JUSTIFICAÇÃO

Embora o substitutivo do brilhante relator, Dep. Domingos Sávio, no qual definido que o protocolo privado de autocontrole seja de adesão voluntária, os agricultores brasileiros possuem receio quanto ao poderio econômico das empresas e com as obrigações imputadas aos agricultores em detrimento do programa de autocontrole de determinada empresa que adquirir os produtos produzidos nos sistemas de produção agrícolas.

Nessa Casa Legislativa dentre os inúmeros projetos que tramitam, temos o PL nº 658 de 2021, de autoria do Dep. Zé Vitor (PL/MG) que dispõe sobre a produção de insumos biológicos *On farm*, que esta discutindo a produção desse sistema biológico de controle de pragas e doenças pelos produtores rurais e com isso a redução dos produtos químicos em nossas lavouras. Este PL tem como premissa a isenção do registro desse produto pelos Órgãos Oficiais, porém toda essa iniciativa pode ser frutada com um programa de autocontrole, quando uma empresa adquirente inserir, sem a participação dos produtores rurais, que somente comprará os produtos agrícolas que tiverem o registro de cada produto utilizado no controle fitossanitário da lavoura plantada.

A proposta foi apresentada pelo Dep. Jose Mario Schreiner (DEM/GO) pela Emenda nº 17, que justificou que o objetivo é a *garantia de que a construção dos protocolos não ocorra de forma unilateral por um dos elos da cadeia produtiva, com a imposição de exigências inviáveis técnica e/ou economicamente ou desnecessárias aos demais, especialmente ao agente de produção primária, que está isento da adesão compulsória.*

O relator brilhantemente determinou que o protocolo é de adesão voluntária, porém sabemos que nas várias regiões agrícolas do país, em algumas localidades possuem apenas um ou dois adquirentes dessa produção e sabemos que os produtores nesses lugares ficam *reféns* dessas empresas e que as determinações adotadas nos programas de autocontrole serão impostas aos produtores e que sem opção deverão se sujeitar as exigências determinadas pelo adquirente.

Dessa forma pedimos encarecidamente o acolhimento dessa emenda ao brilhante relatório para evitar que os produtores rurais passem a ser obrigados a atender exigências ainda maiores que a legislação determine.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216330899600>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – Vigifronteiras; altera a Lei nº 13.996, de 05 de maio de 2020; altera a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Suprima-se o CAPÍTULO VIII DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA PARA FRONTEIRAS INTERNACIONAIS – VIGIFRONTIERA e seus arts. 40, 41, 42 e 43 do Substitutivo Projeto de Lei nº 1.293/2021, renumerando-se os demais.

JUSTIFICAÇÃO

Quando o Poder Executivo enviou para esta Casa Legislativa a proposta para dispor sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, e ainda instituía o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, com revogação de alguns dispositivos das leis aplicadas à defesa



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211696120700>

agropecuária que estabelecem penalidades e sanções, em sua justificativa ao projeto o Poder Executivo enalteceu a expansão da agropecuária nacional e ser *notório que a capacidade da “máquina pública” em manter ou ampliara prestação desses serviços encontra-se limitada, pois isso está vinculada obrigatoriamente ao aumento progressivo e continuado dos gastos públicos.*

E que ao longo do tempo, se não houver mudança de cenário, a tendência desta situação é de agravamento. A persistência da incompatibilidade entre a pujança do agronegócio brasileiro e a capacidade estatal de resposta, num futuro próximo, pode, inclusive, limitar as exportações das commodities agropecuárias do País, além de precarizar a fiscalização agropecuária.

E para responder a este comando o Poder Executivo determinou o desenvolvimento e execução dos protocolos privados afinal o momento é oportuno e conveniente para apresentar esta proposta de lei, pois ela se coaduna com a política atual do Governo Federal em promover reformas estruturantes no âmbito da Administração Pública Federal, com vistas a melhorar o ambiente de negócios, a competitividade e a participação do Brasil no comércio internacional, tendo o propósito de gerar o bem-estar social.

Diante o exposto a criação de um sistema de defesa (Vigifronteira) por ora proposto vai na contramão do espírito do projeto de lei, além do mais um Sistema de Vigilância parecido foi apresentado em 2015 pelo nobre Deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC), PL nº 1.670 que Institui o Sistema Brasileiro de Vigilância Agropecuária Internacional - Vigiagro e a Taxa de Vigilância Agropecuária Internacional, que até o momento aguarda o Parecer do Relator Deputado Pedro Lupion (DEM-PR) na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

Dessa forma pedimos encarecidamente o acolhimento dessa emenda ao brilhante relatório, afinal o assunto abordado já está em amplo debate nessa mesma Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211696120700>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao §1º do Art. 16 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 16

§ 1º Fica dispensada, **quando se tratar de atividade de baixo impacto**, a apresentação de documentos e autorizações emitidas por outros órgãos e entidades de governo que não tenham relação com a liberação de estabelecimento de que trata o *caput*."

JUSTIFICATIVA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215254555000>



A modificação proposta ao art. 16 do substitutivo visa estabelecer que a dispensa compulsória da apresentação de comentários e autorização seja possível apenas para atividades de baixo impacto, uma vez que, a anuência de outros órgãos, em algumas situações, pode consistir em requisito indispensável ao deferimento da atividade regulada, como a autorização da CTNBio para realização de pesquisa com OGM em regime de contenção, licença de lavra para produção de fertilizantes e corretivos, dentre outros

Sala da Comissão, em de de 2021.

DEPUTADO PEDRO UCZA PT/SC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215254555000>



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021 (do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Inserir o § 2º ao Art. 26 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021:

"Art. 26

.....
§ 2º É de responsabilidade do infrator dar cumprimento, sob suas expensas, à execução das sanções previstas neste artigo, quando determinado pela Autoridade Julgadora do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento."

JUSTIFICATIVA

A inclusão do § 2º busca adequar a redação do substitutivo ao abarcar procedimento já previsto no que se refere a infrações e penalidades, mas que não foi mencionada no texto.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado PEDRO LUPION – DEM/PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214405431200>



**PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Apresentação: 31/08/2021 14:23 - CAPADR
ESB 28 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.28

**EMENDA DE COMISSÃO Nº , de 2021
(EMENDA AO SUBSTITUTIVO)**

Retifique-se o art. 46 do Substitutivo apresentado em 18/08/2021 pelo Excelentíssimo Senhor Relator Domingos Sávio (SBT 1 CAPADR => PL 1293/2021), relativamente ao Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, para que passe a constar com a seguinte redação:

Art. 46. O art. 1º da Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea “f” do inciso VI do caput do art. 2º da referida Lei.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O Excelentíssimo Senhor Relator do Projeto de Lei nº 1.293/2021, Deputado Federal Domingos Sávio, deu-nos a honra de acatar



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Covatti Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210350510700>



parcialmente a emenda EMC 1 CAPADR - PL 1293/2021, para inserir dispositivo que autoriza o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento prorrogar os contratos temporários dos médicos veterinários oficiais que atuam na inspeção *ante e post mortem*.

Estamos certos de que tal prorrogação possibilitará a continuidade do trabalho de inspeção federal com o aproveitamento dos médicos veterinários oficiais aprovados no Processo Seletivo regido pelo Edital ESAF nº 48/17, por um período de tempo maior do que o atualmente regido pela legislação, sem que ocorra qualquer ruptura na cadeia produtiva com iminente risco à saúde dos consumidores ou severos prejuízos para o comércio interno e para as exportações do setor.

Sendo assim, a manutenção da contratação temporária ora pleiteada permitirá a continuidade do atendimento a serviço essencial para a indústria, sem o comprometimento da folha com servidores efetivos, principalmente em decorrência de restrições orçamentárias impostas pela pandemia. Tal medida permitirá a alocação em tempo hábil desses servidores de forma a atender à sazonalidade e ao dinamismo das exportações de proteína animal sem acarretar impactos orçamentários de longo prazo.

Contudo, a versão que acabou por prevalecer no digno parecer do Excelentíssimo Senhor Relator limitou a autorização da prorrogação aos contratos vigentes no momento da entrada em vigor da Medida Provisória nº 903, de 6 de novembro de 2019. Essa é uma limitação importante, que, acredita-se, impedirá a renovação de aproximadamente 40 contratos firmados após 06/11/2019, os quais são de igual importância e relevância para a normalidade das exportações brasileiras.

Eis um comparativo da redação atual e a que se propõe com a seguinte emenda.

Redação atual	Nova redação
<p>Art. 46. O art. 1º da Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 1º Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender a</p>	<p>Art. 46. O art. 1º da Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 1º Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender a</p>



<p>necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea “f” do inciso VI do caput do art. 2º da referida Lei.</p> <p>Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017, vigentes no momento da entrada em vigor da Medida Provisória nº 903, de 6 de novembro de 2019.” (NR)</p>	<p>necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea “f” do inciso VI do caput do art. 2º da referida Lei.</p> <p>Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017.” (NR)</p>
--	--

Assim, pedimos o apoio dos nobres pares para alterar a redação para permitir a renovação de todos os contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017.

DEPUTADO COVATTI FILHO
Progressistas RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Covatti Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210350510700>





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao inciso III do Art. 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art.

3º

.....

.....

III - produtos agropecuários: insumos agropecuários animais e vegetais, produtos **de origem animal e vegetal**, seus subprodutos, derivados e resíduos que possuam valor econômico; "

JUSTIFICAÇÃO

Propomos com a apresentação da presente emenda, a alteração do inciso III do art. 3º do substitutivo para estabelecer que seja especificado que os produtos a que se refere são de origem animal e vegetal, para evitar



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214714097600>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

eventuais dissidências na interpretação da lei e garantir maior transparência e clareza a matéria.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 16:31 - CAPADR
ESB 29 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.29



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214714097600>





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021

(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao Art. 15 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 15. Aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária fica autorizada a regularização por notificação de que trata o inciso X do caput do art. 3º, quando se tratar de infração de natureza leve."

JUSTIFICAÇÃO

A alteração da redação do art. 15 do substitutivo visa esclarecer que a medida será válida aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215855506100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária somente quando tratar de infração de natureza leve, garantindo que infrações graves, de maior risco, sejam penalizadas com maior rigidez.

A gradação de infrações deve ser respeitada garantindo a possibilidade de regularização por notificação apenas quando a infração for leve, ou seja, que representem menos risco com relação as demais infrações. A possibilidade de notificação para qualquer tipo de infração pode gerar situações em que infrações que gerem grande risco a segurança agropecuária não sejam penalizadas de maneira correta, podendo, até mesmo, em algumas situações incentivar o descumprimento das medidas de segurança.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao §1º do Art. 16 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art.

16

.....

.....

§ 1º Fica dispensada, quando se tratar de atividade de baixo impacto, a apresentação de documentos e autorizações emitidas por outros órgãos e entidades de governo que não tenham relação com a liberação de estabelecimento de que trata o *caput*."

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212017104300>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

A modificação proposta ao art. 16 do substitutivo, visa estabelecer que a dispensa compulsória da apresentação de documentos e autorização seja possível apenas para atividades de baixo impacto, uma vez que, a anuência de outros órgãos, em algumas situações, pode consistir em requisito indispensável ao deferimento da atividade regulada, como a autorização da CTNBio para realização de pesquisa com OGM em regime de contenção, licença de lavra para produção de fertilizantes e corretivos, dentre outros

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212017104300>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO FEDERAL CELSO MALDANER –

MDB/SC

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, DESENVOLVIMENTO
E ABASTECIMENTO RURAL**

EMENDA Nº

AO SUBSTITUTIVO DO PL 1293, DE 2021.

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA DE COMISSÃO Nº , de 2021

(do Sr. **CELSO MALDANER**)

Retifique-se o art. 49 do Substitutivo apresentado em 18/08/2021 pelo Excelentíssimo Senhor Relator Domingos Sávio (SBT 1 CAPADR => PL 1293/2021), relativamente ao Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, para que passe a constar com a seguinte redação:

“Art. 49. O Artigo 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.29-

A

.....
§ 3º Fica instituído o Sistema de Gestão de Serviços de Inspeção – e- SISBI no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para cadastro dos serviços oficiais



Celso Maldaner – Deputado Federal – Câmara dos Deputados - Anexo - IV – Gab. 311

Fone (61) 3215-5311 - Fax: 3215-2311

Brasil 2019. O eletronicamente pelo(a) Dep. Celso Maldaner

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216388247200>

Apresentação: 31/08/2021 16:47 - CAPADR
ESB 32 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.32



de inspeção e fiscalização dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais, dos estabelecimentos e dos produtos de origem animal.

§ 4º Os serviços oficiais de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais, devidamente cadastrados no e- SISBI, integram o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA previsto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 5º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento editará norma definindo os objetivos e as metas nacionais de inocuidade e de conformidade dos produtos de origem animal, que deverá ser observada pelos serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais integrantes do SISBI-POA.

§ 6º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento auditará os serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais integrantes do SISBI-POA, com objetivo de verificar a equivalência com o Serviço de Inspeção Federal.

§ 7º Fica autorizado o comércio interestadual dos produtos sob inspeção dos serviços integrantes do SISBI-POA, mediante prévio cadastro dos estabelecimentos e dos produtos no e-SISBI, realizado pelos respectivos serviços de inspeção.

§ 8º. Os estados e municípios ficam autorizados a realizar os serviços de inspeção sanitária, higiênica e industrial de produtos e subprodutos de origem animal no âmbito do SISBI-POA por meio de inspetores públicos ou privados, sendo estes contratados através de credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços em medicina



veterinária, observados os requisitos técnicos previamente estabelecidos pelo órgão estadual ou municipal competente. ”
(NR)

JUSTIFICATIVA

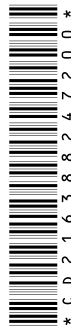
O Excelentíssimo Senhor Relator do Projeto de Lei nº 1.293/2021, Deputado Federal Domingos Sávio propôs em seu judicioso relatório a alteração do artigo 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 que, ao dispor sobre a política agrícola, instituiu o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) no âmbito do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), a fim de padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e segurança alimentar.

Faz-se, necessário, no entanto, que o artigo de lei mencionado seja alterado para garantir o reconhecimento da validade do sistema de inspeção industrial e sanitária na adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI dos entes da federação que adotam a figura do inspetor credenciado.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no entanto, não tem reconhecido a validade do sistema de inspeção adotado pelos estados que instituíram o sistema de inspeção por meio de credenciamento e impõe que a inspeção seja realizada exclusivamente por servidores públicos naqueles estabelecimentos que desejam integrar o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI. Os defensores da necessidade de a inspeção ser desempenhada servidor público o fazem com fundamento no artigo 133, II, do Decreto Federal 5.741/06, que assim dispõe:

“Art. 133. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que aderirem aos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários assegurarão:

(...)





II - que o pessoal técnico e auxiliar que efetua as inspeções e fiscalizações seja contratado por concurso público; ”

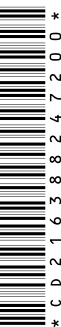
A ausência de reconhecimento da validade e eficácia do sistema de inspeção no qual é utilizado o credenciamento de inspetores, no entanto, tem se mostrado um grande entrave ao desenvolvimento da produção e da economia não só estatal, mas também nacional.

É de conhecimento público e notório que a estrutura dos estados e dos municípios não possui condições de disponibilizar um profissional para atender cada estabelecimento que realiza industrialização de produtos de origem animal. O Estado, assim, deixa de se tornar um agente fomentador do agronegócio e passa a ser o maior entrave ao seu avanço. Ademais, a experiência do Estado de Santa Catarina revela que a inspeção realizada por agentes e empresas credenciadas por edital público de credenciamento, sob a coordenação e fiscalização do órgão público competente é extremamente eficiente, superando em muitos aspectos o trabalho desenvolvido pelo aparato estatal.

Imperioso ressaltar que somente no estado de Santa Catarina existem em torno de 100 (cem) estabelecimentos de pequeno e médio porte com potencial para aderir ao sistema SISBI/SUASA, impossibilitados exclusivamente pelo entrave mencionado anteriormente, o que impede o fomento da cadeia do agronegócio no estado, a geração de empregos e o aumento da arrecadação de tributos.

Para a solução do problema acima apontado torna-se necessária a modificação do artigo 29-A da Lei nº 8.171/91, de forma a permitir que de fato se consolide a equivalência e o reconhecimento da validade do sistema de inspeção industrial e sanitária na adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI dos entes da federação que adotam a figura do inspetor credenciado.

Assim, pedimos o apoio dos nobres pares para alterar a redação do artigo 49 do Substitutivo apresentado, de forma a acrescentar o § 8º ao texto original, com a seguinte redação:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO FEDERAL CELSO MALDANER –

MDB/SC

“§ 8º. Os estados e municípios ficam autorizados a realizar os serviços de inspeção sanitária, higiênica e industrial de produtos e subprodutos de origem animal no âmbito do SISBI-POA por meio de inspetores públicos ou privados, sendo estes contratados através de credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços em medicina veterinária, observados os requisitos técnicos previamente estabelecidos pelo órgão estadual ou municipal competente.”

Sala da Comissão, em 31 de agosto de 2021.

Deputado **CELSO MALDANER**
(MDB/SC)

Apresentação: 31/08/2021 16:47 - CAPADR
ESB 32 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.32

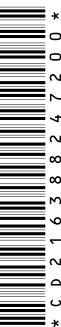


Celso Maldaner – Deputado Federal – Câmara dos Deputados - Anexo - IV – Gab. 311

Fone (61) 3215-5311 - Fax: 3215-2311

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Celso Maldaner

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216388247200>





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA SUPRESSIVA

Art. 1º Suprima-se o parágrafo único do Art. 23 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único do Art. 23 do substitutivo deve ser retirado, uma vez que, autoriza ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o estabelecimento, em ato próprio, os insumos agropecuários para os quais a isenção de registro não se aplica, no caso de produtos químicos classificados como agrotóxicos ou produto de uso veterinário. No entanto a previsão de tal autorização fere a garantia da inocuidade e segurança alimentar, a avaliação de risco é de fato indispensável ao processo.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214682814700>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 16:49 - CAPADR
ESB 33 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.33



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214682814700>





**Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º Inclua-se o § 2º ao Art. 26 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, com seguinte redação:

"Art.

26

.....

.....

§ 2º É de responsabilidade do infrator dar cumprimento, sob suas expensas, à execução das sanções previstas neste artigo, quando determinado pela Autoridade Julgadora do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento."

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213697606300>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

A inclusão do §2º busca adequar a redação do substitutivo ao abarcar procedimento já previsto no que se refere a infrações e penalidades, mas que não foi mencionada no texto.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 16:52 - CAPADR
ESB 34 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.34



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213697606300>





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao inciso I do Art. 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art.

3º

.....

.....

I - defesa agropecuária: estrutura constituída de normas e ações de fiscalização agropecuária, procedimentos, verificações, vigilância e educação, que visam garantir a proteção da saúde e bem estar dos animais, a sanidade dos vegetais, a identidade, a inocuidade, a qualidade, a conformidade e a segurança higiênico sanitária dos alimentos e dos demais produtos agropecuários, bem como a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, no território nacional, na importação e na exportação; "





JUSTIFICAÇÃO

Faz-se necessária a alteração do inciso I do art. 3º para adequar a definição de defesa agropecuária que é mais complexa e abrange mais atividades que mencionado no texto original, que incluem ações de fiscalização agropecuária, procedimentos, verificações, vigilância e educação, com vistas a garantir a proteção da saúde e bem estar dos animais, a sanidade dos vegetais, a identidade, a inocuidade, a qualidade, a conformidade e a segurança higiênico sanitária dos alimentos e dos demais produtos agropecuários, bem como a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, no território nacional, na importação e na exportação.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214633497300>





**Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao inciso II do Art. 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art.

3º

.....

.....

II - fiscalização agropecuária - atividade de controle, supervisão, vigilância, auditoria, certificação e inspeção agropecuária, no exercício do poder de polícia administrativa, com finalidade de verificar o cumprimento da legislação; "

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218790640000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

A alteração proposta à redação do inciso II do art. 3º, busca adequar a definição de fiscalização agropecuária com a inclusão da atividade de certificação, meio importante para assegurar padrão higiênico sanitário, prática regular da fiscalização sanitária que, equivocadamente, não foi mencionada.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 16:57 - CAPADR
ESB 36 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.36



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218790640000>





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao inciso V do Art. 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art.

3º

.....

.....

V – credenciamento: reconhecimento ou habilitação de pessoas físicas ou jurídicas pelo Poder Público, para prestação de serviços específicos relacionados à defesa agropecuária; "

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211423994800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

A presente emenda propõe no inciso V do art. 3 do substitutivo a substituição do ter "execução" pelo termo "prestação de serviços", com a pretensão de dissociar a atividade exercida pela entidade de terceira parte certificadora dos programas de autocontrole a ser credenciada (PRESTAÇÃO DE SERVIÇO) daquela executada pela fiscalização agropecuária (PODER DE POLÍCIA), uma vez que as primeiras são objeto da atuação desta última, conforme prevê o art. 3º, inciso IV, alínea "e". Assim como, padronizar o conceito de credenciamento ao que prevê o art. 5º do presente substitutivo.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

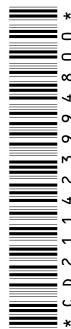
Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211423994800>





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao Art. 19 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 19 O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá dispor de especialistas, excepcionalmente, para subsidiar a avaliação de registro de produtos.

Parágrafo único. Todo processo de avaliação de registro de produtos realizado por especialistas terá supervisão de um Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que será responsável pela aprovação definitiva do registro desse produto".

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211803103600>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

O art.19 do substitutivo autoriza a avaliação do registro de produtos a especialistas por meio credenciamento, contratação de pessoa física ou jurídica ou ajustes com instituições de pesquisa públicas ou privadas. No entanto a avaliação de registro de produtos não é uma atividade que pode ser delegada ao setor privado, uma vez que terceirização da atividade pode provocar situações onde há falta de alinhamento entre o que é esperado e exigido e o que será entregue. Com a proposição da presente emenda, vemos ser mais adequado a participação de especialistas apenas para subsidiar a avaliação, garantindo maior integridade para a segurança sanitária.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 17:02 - CAPADR
ESB 38 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.38



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211803103600>





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao § 1º do Art. 24 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art.

24

.....

.....

§ 1º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá, em ato próprio, os rótulos de produtos que não serão objeto de aprovação prévia, com base em avaliação de risco."

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211146547200>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

Propomos a mudança na redação do § 1º do art. 24 para estabelecer que os rótulos de produtos que não serão objeto de aprovação prévia serão previstos em ato próprio e com base em avaliação de risco. Tendo em vista que a dispensa de aprovação de rótulos de produtos pode oferecer graves riscos à saúde humana e animal.

Os rótulos devem seguir a um padrão de avaliação para garantir que as informações do produto sejam entregues ao consumidor, de modo a possibilitar a utilização segura. A dispensa de aprovação para todo e qualquer rótulo pode permitir que aqueles que não atendem aos critérios necessários sejam utilizados da mesma forma. Essa avaliação é pertinente em produtos que podem oferecer risco à saúde humana, como antimicrobianos e antiparasitários utilizados em animais produtores de alimentos, e produtos voltados aos programas sanitários, como vacina contra febre aftosa e raiva.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211146547200>





**Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao inciso I do Art. 25 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art.

25

.....

.....

I - Apreensão de produtos agropecuários; "

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta ao inciso I do Art. 25 do substitutivo busca além de especificar a quais produtos a apreensão se refere, adequar ao que dispõe o conceito apresentado no inciso I do art. 3º.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213017193800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 17:12 - CAPADR
ESB 40 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.40



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213017193800>





**Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Inclui o inciso III ao Art. 25 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, renumerando os demais:

"Art.

25

.....

.....

III - interdição, total ou parcial, de estabelecimento, instalação ou equipamento; "

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda inclui o inciso III ao art. 25, para prever a possibilidade de interdição, total ou parcial, como medida cautelar, prática regular que foi equivocadamente omitida, renumerando o atual inciso III.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213725819800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

A interdição é uma medida cautelar necessária para garantir que adequação do estabelecimento aos critérios necessários de modo a evitar o risco à defesa sanitária, a sua omissão na presente legislação pode afetar negativamente a fiscalização agropecuária.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 17:14 - CAPADR
ESB 41 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.41



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213725819800>





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao inciso § 1º do Art. 25 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art.

25

.....

.....

§ 1º O Auditor Fiscal Federal Agropecuário responsável pela aplicação de medida cautelar deverá comunicar a sua chefia imediata. "

JUSTIFICAÇÃO

Propõe-se a supressão do termo "imediatamente" do § 1º do Art. 25 para retirar a necessidade de comunicação imediata de aplicação de medida cautelar à chefia imediata, por se tratar de medida ineficiente e dispensável,

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212631604300>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

uma vez que o aviso não terá efeito imediato e a comunicação posterior não causará prejuízo. Além disso, em razão da dinâmica do trabalho, a comunicação imediata muitas vezes não é possível, o que poderá afetar negativamente a produtividade das atividades.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 17:18 - CAPADR
ESB 42 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.42



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212631604300>





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao inciso III do Art. 25 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art.

25

.....

.....

§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação. "

JUSTIFICAÇÃO

Propõe-se a supressão do termo "imediatamente" § 3º do Art. 25 para retirar a necessidade de cancelamento imediato de medida cautelar





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação.

A necessidade de tomada de medidas imediatas gera urgência para realização dessas atividades de forma desnecessária, redirecionando a atenção e atrasando processos, inclusive, mais importantes.

Além disso, a proposta vai de encontro com o disposto no § 5º, do Art. 495, do Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, RIISPOA, incluído pelo Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020, que descreve que “§ 5º Após a identificação da causa da irregularidade e a adoção das medidas corretivas cabíveis, a retomada do processo de fabricação será autorizada”.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º Dê-se ao Art. 28 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 28 A introdução irregular no País de insumos agropecuários, animais, vegetais, produtos de origem animal e vegetal, quando praticada por pessoa física, caracterizará infração sujeita a advertência ou multa, cujo valor será estipulado entre R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo único. A introdução irregular no País de insumos agropecuários praticada por pessoa jurídica, caracterizará infração de natureza gravíssima sujeita multa no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)."

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216767986300>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

Com a proposição da presente emenda buscamos evitar sanção desproporcional em relação à avaliação de risco.

Na forma original, segundo o parágrafo único, caso um passageiro adentre o país com um medicamento de uso veterinário sofrerá multa de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Por outro lado, segundo o caput, se o passageiro entrar com um produto defumado, sofrerá multa entre R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Dessa forma, prevemos a multa de R\$ 50 mil reais apenas para pessoas jurídicas. Além de incluir os insumos agropecuários no rol de produtos passíveis de infração para pessoas físicas.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 17:36 - CAPADR
ESB 44 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.44



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216767986300>





**Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º Inclui inciso VIII, ao Art. 26 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, renumerando os demais:

"Art.

26

.....

.....

VIII - perdimento. "

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda inclui o inciso VIII ao art. 26, para prever como penalidade o perdimento, prática regular que foi equivocadamente omitida, renumerando os demais incisos. O procedimento normalmente é instaurado quando há conduta atípica.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 17:33 - CAPADR
ESB 45 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.45



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215288018600>





**Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao inciso III do Art. 26 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art.

26

.....

.....

III – condenação de produtos agropecuários; "

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta ao inciso III do Art. 26 do substitutivo busca além de especificar a quais produtos a condenação se refere, adequar ao que dispõe o conceito apresentado no inciso III do art. 3º.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219886082800>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 17:22 - CAPADR
ESB 46 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.46



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219886082800>





**Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º Inclui inciso VII, ao Art. 26 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, renumerando os demais:

"Art.

26

.....

.....

VII - recolhimento de produto e sua inutilização; e "

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda inclui o inciso VII ao art. 26, para prever como penalidade o recolhimento de produto e sua inutilização, prática regular que foi equivocadamente omitida, renumerando os demais incisos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

O recolhimento de produto e sua inutilização são necessários para evitar que produtos irregulares que ofereçam risco à saúde permaneçam sob utilização.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 17:29 - CAPADR
ESB 47 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.47



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213776102100>





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao Art. 37 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 37 O recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso."

JUSTIFICAÇÃO

Segundo a redação atual conferida ao art. 37 do substitutivo, caso a regra seja a da concessão automática do efeito suspensivo, o infrator não será constituído em mora por ocasião da interposição de recurso administrativo, fazendo com que não incida multa e juros de mora, além da atualização monetária, sobre o valor da multa imputada até o trânsito em julgado da





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

decisão recorrida, o que inevitavelmente acarretará em uma forma de incentivo a impugnações com intuito meramente protelatório.

Dessa forma, até o julgamento do recurso a decisão correrá o risco de ficar suspensa, gerando um problema de eficácia das decisões e crise na segurança agropecuária.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE





**Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Dê-se ao inciso I do Art. 50 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021, a seguinte redação:

"Art.

50

.....

.....

I - os seguintes dispositivos do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, no que se refere às sanções aplicáveis; "

JUSTIFICAÇÃO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218232963900>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

Propomos a inclusão da redação "no que se refere às sanções aplicáveis", de forma a garantir maior transparência e clareza ao inciso I do art. 50, descrevendo do que se trata os referidos dispositivos presentes no Decreto nº 24.548, de julho de 1934.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 17:51 - CAPADR
ESB 49 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.49



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218232963900>





Projeto de Lei 1293, de 7 de abril de 2021
(do Poder Executivo)

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA SUPRESSIVA

Art. 1º Suprima-se o Art. 46 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1293, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 46 do substitutivo deve ser suprimido por se tratar de matéria estranha, e sem conexão ou pertinência temática com o seu objeto inicial. O texto em questão prevê a prorrogação por 6 anos, além do limite estabelecido, de 239 contratos por tempo determinado de médico veterinário.

A contratação temporária, além de aumentar as despesas, é mais um paliativo e não soluciona os problemas pelos quais vem passando a fiscalização agropecuária.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres deputados à presente emenda.

Sala da Comissão, em de agosto de 2021.

Dep. Carlos Veras

PT/PE

Apresentação: 31/08/2021 17:47 - CAPADR
ESB 50 CAPADR => PL 1293/2021

ESB n.50



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218639746000>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado DOMINGOS SÁVIO

I - RELATÓRIO

Por intermédio do Projeto de Lei no 1.293, de 2021, o Poder Executivo dispõe sobre “o autocontrole nas atividades agropecuária e agroindustrial, sobre a organização e procedimentos da defesa agropecuária, que institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária bem como dá outras providências”.

Na Mensagem nº 123, de 2021, o Poder Executivo ressalta que “a expansão progressiva do agronegócio brasileiro, ocorrida nas últimas quatro décadas, vem impondo maior demanda por parte do Estado na execução das práticas de controle e fiscalização agropecuária.”



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212137924900>

Acrescenta, ainda, que a “máquina pública” possui capacidade limitada em manter ou aumentar a prestação dos serviços de controle e fiscalização agropecuária. Dessa forma, seria necessário atuar de maneira “mais inteligente”.

O projeto de lei apresentado propõe uma nova configuração ao modelo de fiscalização agropecuária. Em síntese, de acordo com o autor, produz os seguintes efeitos:

a) o estabelecimento da obrigatoriedade de adoção de programas de autocontrole pelos agentes regulados pela legislação da defesa agropecuária;

b) a instituição do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária para tratar da organização e dos procedimentos aplicados pela defesa agropecuária;

c) a modernização das regras de controle sanitário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (ex.: registro de estabelecimentos agropecuários), com impacto positivo na celeridade com que o poder público libera atividade econômica no segmento agropecuário, observado o grau de risco sanitário envolvido; e

d) a atualização do valor pecuniário das multas aplicadas em decorrência da constatação de infrações durante a fiscalização agropecuária, atendendo, assim, às recomendações dos Órgãos de Controle, e fortalecendo as medidas coercitivas e educativas em desfavor dos transgressores da legislação sanitária.

A proposição tramita em regime de prioridade, está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões e foi distribuída para avaliação das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (mérito); e de Constituição e Justiça e de



Cidadania (art. 54 RICD). Nesta Comissão, foram apresentadas 51 (cinquenta e uma) emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Por designação da presidência desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, fui encarregado da relatoria do Projeto de Lei no 1.293, de 2021, pelo qual o Poder Executivo dispõe sobre "o autocontrole nas atividades agropecuária e agroindustrial, sobre a organização e procedimentos da defesa agropecuária, que institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária bem como dá outras providências. De acordo com o autor, trata-se de uma nova configuração ao modelo de fiscalização agropecuária.

A proposta, como ressalta o Poder Executivo, permite maior dinamismo e liberdade às atividades econômicas agropecuárias, possibilitando que o Estado concentre suas ações no controle e na fiscalização de atividades de maior risco, sem enfraquecer o papel estatal conferido pela legislação vigente. Será permitido, também, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), desempenhar seu papel institucional de forma mais eficiente, fortalecendo as garantias quanto à idoneidade dos insumos e da segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários fabricados no País, preservando assim os interesses coletivos.

Relativamente às despesas com implementação das ações previstas na proposição, observa-se que estão devidamente previstas no orçamento do Mapa. A proposta legislativa pode melhorar o ambiente de negócios, a competitividade e a participação do Brasil no comércio internacional.

Ressalte-se, ainda, que as diretrizes contidas na proposição encontram-se em sintonia com os princípios condutores da Lei no



13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei de Liberdade Econômica - LLE), quais sejam: a) liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas; b) presunção da boa-fé do particular perante o poder público; e c) intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

Soma-se a isso o fato de existir forte expectativa do segmento agropecuário em relação ao projeto de lei, que possui ampla aceitação por parte das entidades fiscalizadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária, vez que é resultado de larga discussão setorial. Tanto no setor público quanto no privado há a percepção de que a legislação sanitária deve ser atualizada para prover maior autonomia e responsabilização aos fabricantes de insumos e de produtos agropecuários, e, concomitantemente, permitir que o Estado direcione as ações de controle e fiscalização para as atividades de maior risco.

Para este relator, são bastante meritórias as medidas adotadas pela proposição. A intenção da proposta legislativa em análise é promover uma nova forma de relação entre fiscalizador e fiscalizado. Uma relação de confiança, sem deixar de observar o cumprimento das normas vigentes.

Além disso, o projeto de lei reúne diversas iniciativas e adequações com vistas a permitir que os órgãos públicos com função de polícia administrativa sanitária passem a atuar com base em fatores de risco, buscando atingir índices de maior eficiência no desempenho das suas atribuições para fins de atendimento dos objetivos esperados pela sociedade.

A adoção de programas de autocontrole proposta nos artigos que estão inseridos no Capítulo II do Projeto de Lei em análise favorecerá práticas que visam a garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a segurança dos produtos dos agentes privados regulados pela legislação da defesa agropecuária. Inclui-se, também, a obrigatoriedade de que se mantenha um registro sistematizado e



auditável do processo produtivo, previsão de recolhimento de lotes quando identificadas deficiências e eventuais não conformidades, além de descrição dos procedimentos de autocorreção.

Tal medida está diretamente em sintonia com a presunção de boa-fé do particular perante o poder público, prevista na Lei nº13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei de Liberdade Econômica – LLE), que contou com grande aprovação dos membros do Congresso Nacional.

A implantação de um Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, prevista no Capítulo III, estimulará o aperfeiçoamento de sistemas de garantia mais robustos e auditáveis, buscando a consolidação de um ambiente de confiança recíproca entre o Poder Executivo federal e os agentes regulados, por meio do aumento da transparência. A adequação às obrigações instituídas estabelecerá como incentivo a agilidade nas operações de importação e exportação, além da categorização automática do agente como apto à exportação para aquelas nações que não apresentem requisitos sanitários específicos.

Em seu Capítulo IV, são abordados os procedimentos dos atos públicos de liberação de estabelecimentos e de produtos, detalhando os critérios para concessão de registros, bem como sobre a rotulagem. No Capítulo V, trata-se das medidas cautelares e no Capítulo VI das infrações e das penalidades. O Capítulo VII aborda sobre o processo administrativo de fiscalização agropecuária, chegando finalmente às disposições transitórias no Capítulo VIII.

Diante da abrangência do Projeto de Lei sob análise, tão importante para o Brasil, fez-se necessário um profundo debate com a sociedade civil organizada e este Relator se dispôs, ao lado dos demais parlamentares, a ouvir os segmentos organizados das diversas cadeias produtivas.

Isso se deu em três Audiências Públicas realizadas com a presença de dezenas de lideranças do setor agropecuário brasileiro, e



em diversas reuniões em que preocupou-se em ouvir os profissionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como das diversas categorias que conhecem a importância da defesa sanitária para se garantir a boa qualidade dos alimentos, sejam eles de origem animal ou vegetal, bem como dos diversos insumos que também estão subordinados aos regulamentos e ao controle da defesa e vigilância sanitárias.

Foram também ouvidas as diversas entidades civis que trouxeram valiosas contribuições. Somou-se a toda essa discussão com a sociedade e órgãos públicos a valorosa contribuição dos colegas parlamentares, com a apresentação de 51 emendas ao projeto em análise.

Face a amplitude do tema e da sua relevância para o interesse nacional, coube a este Relator, após a minuciosa análise das diversas sugestões, elaborar Substitutivo que preserve o princípio fundamental que norteou a iniciativa do Governo Federal, através da Exma. Sra. Ministra de Estado da Agricultura, de sua equipe e do Exmo. Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, ao enviar para esta Casa o referido projeto, que é garantir que a ação do Governo assegure que a produção de alimento, seja de origem animal ou vegetal, o processamento industrial, armazenagem, transporte e a comercialização observem os mais modernos e seguros padrões da boa técnica, da higiene e da defesa da saúde pública, da saúde animal e da saúde vegetal.

Preservado esse princípio inegociável do interesse público e da saúde pública, buscou-se simultaneamente conferir neste projeto modernidade à legislação, retirando o intervencionismo excessivo do poder público e estabelecendo o princípio do autocontrole, de modo a assegurar maior agilidade e protagonismo ao agente privado, sem prejuízo algum das ações de regulação e fiscalização, competências indelegáveis do Estado.



Nosso país é hoje responsável por garantir a produção e a segurança alimentar para mais de 210 milhões de brasileiros e, ao mesmo tempo, enquanto uma das maiores potências na produção de alimentos saudáveis, assegurar o abastecimento de alimentos a mais de 1 bilhão de pessoas em todo o planeta. Consciente do desafio que nos espera nas próximas décadas de mais que duplicar essa produção com a mesma qualidade e a preços competitivos, não hesitamos em elaborar, como fruto do bom diálogo e do bom debate, o presente Substitutivo que contempla a preocupação do Governo de preservar a saúde pública e que fortalece esse objetivo com a adoção dos princípios de liberdade econômica, de eficiência no uso dos recursos públicos e de respeito à autonomia da iniciativa privada. .

Nestes termos, no Substitutivo que ora apresento acrescentamos algumas mudanças relevantes, como por exemplo capítulo que estabelece a criação do Programa Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – Vigiafronteira, de modo a assegurar com clareza a função do Ministério da Agricultura no papel relevante de garantir que o Brasil esteja protegido do ingresso de alimentos ou produtos de origem animal ou vegetal que possam representar risco à saúde pública ou à saúde de animais e vegetais no território nacional.

Isso posto, voto pela aprovação do PL no 1.293, de 2021, na forma do substitutivo anexo, que incorpora total ou parcialmente as emendas de nº 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 18, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 37, 44 e 49; e pela rejeição das emendas de nº 5, 11, 12, 13, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50 e 51.

III – COMPLEMENTAÇÃO DO VOTO DO RELATOR

A partir da apresentação do relatório ao PL 1293, no dia 18 de agosto de 2021 sob a forma de um substitutivo abriu-se o prazo



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212137924900>



regimental para apresentação de novas emendas. Ao término do prazo regimental verificou-se que foram apresentadas 50 novas emendas ao substitutivo. Ao analisa-las, este relator constatou que a ampla maioria eram repetições de propostas já contempladas ou rejeitadas no primeiro parecer.

Isto posto, voto pela aprovação do PL 1293 de 2021 na forma do substitutivo anexo que incorpora total ou parcialmente as emendas números 01 e 02 e rejeita as emendas de número 03 até 50.

Sala da Comissão, em 03 de setembro de 2021.

Deputado DOMINGOS SÁVIO
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212137924900>



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – Vigifronteiras; altera a Lei no 13.996, de 05 de maio de 2020; altera a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – Vigifronteiras; altera a Lei no 13.996, de 05 de maio de 2020; altera a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212137924900>



dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Art. 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária, é responsável pela gestão da defesa agropecuária.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - defesa agropecuária: estrutura constituída de normas e ações que integram sistemas públicos e privados, destinada à preservação ou à melhoria da saúde animal, da sanidade vegetal e da inocuidade, da identidade, da qualidade e da segurança de alimentos, insumos e demais produtos agropecuários;

II - fiscalização agropecuária: atividade de controle, supervisão, vigilância, auditoria e inspeção agropecuária, no exercício do poder de polícia administrativa, com finalidade de verificar o cumprimento da legislação;

III - produtos agropecuários: insumos agropecuários, animais, vegetais, seus produtos resultantes da atividade, seus subprodutos, derivados e resíduos que possuam valor econômico;

IV - agente: pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que realiza ou participa, direta ou indiretamente, dos seguintes processos ao longo das cadeias produtivas do setor agropecuário:

a) produção, transporte, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização;

b) importação, exportação, trânsito nacional, trânsito internacional e aduaneiro;

c) transformação e industrialização;

d) diagnóstico, ensino, pesquisa e experimentação; ou e) prestação de serviços e demais processos.

V - credenciamento: reconhecimento ou habilitação de pessoas físicas ou jurídicas pelo Poder Público, para execução de ações específicas relacionadas à defesa agropecuária;



VI – risco: possibilidade de ocorrência de evento negativo que tenha impacto na saúde humana, na saúde animal, na sanidade vegetal ou na identidade, na qualidade e na segurança dos produtos agropecuários;

VII – análise de risco: processo adotado para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações de risco advindos de fontes internas ou externas e buscar segurança razoável na consecução dos objetivos da defesa agropecuária, contemplando:

a) avaliação de risco: consiste no processo científico de identificação e caracterização do perigo, avaliação da exposição e caracterização do risco;

b) gerenciamento de risco: consiste na seleção de diretrizes, medidas de prevenção e controle de problemas, baseada em conclusões de uma avaliação de risco, em fatores relevantes para a saúde e para a promoção de práticas justas de comércio e na consulta das partes interessadas;

c) comunicação de risco: consiste na troca de informações durante toda a análise de risco, incluindo gestores, avaliadores, indústria, consumidores, academia e outras partes interessadas, a respeito dos perigos, riscos, resultados da avaliação e sobre o gerenciamento para deter o controle;

VIII – autocontrole: capacidade do agente privado de implantar, executar, monitorar, verificar e corrigir procedimentos, processos de produção e distribuição de insumos agropecuários, alimentos e produtos de origem animal ou vegetal, com vistas a garantir sua inocuidade, identidade, qualidade e segurança;

IX – autocorreção: adoção de medidas corretivas pelo agente, diante da detecção de não conformidade, conforme previsto no seu programa de autocontrole, ou por deliberação da sua área responsável pela qualidade;



X - regularização por notificação: adoção de medidas corretivas pelo agente, em decorrência de notificação expedida pela fiscalização agropecuária sobre irregularidade ou não conformidade, observado o prazo estabelecido;

XI – protocolo privado de produção: conjunto de regras e procedimentos estabelecidos no âmbito do setor privado por determinada cadeia produtiva, entidade representativa ou agente, sendo de adesão voluntária, com objetivo de garantir a integridade sanitária dos produtos e ou caracterizar ou diferenciar produto ou sistema de produção, observando os atos normativos vigentes.

XII – embargo à ação fiscalizadora: ação do agente de impedir ou dificultar o acesso ao local ou às informações oficiais e obrigatórias relacionadas à produção e produtos agropecuários, devidamente comprovado pelo auditor fiscal.

Art. 4o O agente deverá garantir que seus produtos e serviços atendam aos requisitos de inocuidade, identidade, qualidade e segurança estabelecidos na legislação da defesa agropecuária.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica a todos os agentes regulados pela legislação da defesa agropecuária, incluindo aqueles fiscalizados pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e Consórcio de Municípios.

Art. 5o O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais órgãos públicos integrantes do SUASA – Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária poderão credenciar pessoas jurídicas ou habilitar pessoas físicas para a prestação de serviços técnicos ou operacionais relacionados às atividades de defesa agropecuária.

§ 1o O credenciamento e a habilitação de que trata o caput deste artigo têm o objetivo de assegurar que os serviços técnicos e operacionais prestados estejam em sintonia com o SUASA, não sendo permitido aos credenciados ou habilitados desempenhar atividades



próprias da fiscalização agropecuária que exijam o exercício específico de poder de polícia administrativa.

§ 2º Norma específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior, definirá os processos de credenciamento de pessoas jurídicas, os serviços cujos credenciamentos serão obrigatoriamente homologados e as regras específicas para homologação.

§ 3º Norma específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior, definirá os processos de habilitação de pessoas físicas, observando a competência profissional, de acordo com o conhecimento técnico requerido para a etapa, procedimento ou processo que o profissional será habilitado, e as regras específicas para homologação.

Art. 6º Fica instituído a análise de risco como abordagem de ação da defesa agropecuária.

Parágrafo único. As ações de controle e fiscalização desempenhadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento serão mensuradas em conformidade com os critérios de gerenciamento de risco.

Art. 7º São princípios elementares da fiscalização:

I - atuação baseada no gerenciamento de riscos;

II - atuação preventiva, permitindo sempre que possível que eventual irregularidade de natureza leve possa ser sanada antes da atuação do agente;

III - intervenção subsidiária e excepcional na atividade econômica dos agentes, sendo justificada apenas nas situações de prevalência do interesse público sobre o privado;

IV - orientação pela isonomia, uniformidade e publicidade na relação com o agente da ação fiscalizatória, sendo assegurado o amplo acesso aos processos administrativos em que o estabelecimento for parte interessada;



V - obediência às garantias conferidas pela Lei no 13.874, de 20 de setembro de 2019, sobretudo em relação ao direito à inovação tecnológica, à presunção de boa-fé, entre outros.

CAPÍTULO II

DOS PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE DOS AGENTES PRIVADOS REGULADOS PELA DEFESA AGROPECUÁRIA

Art. 8o Os agentes privados regulados pela legislação da defesa agropecuária desenvolverão programas de autocontrole com o objetivo de garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a segurança dos seus produtos.

§1o Os agentes privados regulados pela legislação da defesa agropecuária garantirão a implantação, a manutenção, o monitoramento e a verificação dos programas de autocontrole de que trata o **caput**.

§ 2o Os programas de autocontrole conterão:

I - registros sistematizados e auditáveis do processo produtivo, desde a obtenção e a recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos até a expedição do produto final;

II - previsão de recolhimento de lotes, quando identificadas deficiências ou não conformidades no produto agropecuário que possam causar riscos à segurança do consumidor ou para a saúde animal e a sanidade vegetal; e

III - descrição dos procedimentos de autocorreção.

§ 3o A implementação dos programas de autocontrole de que trata o **caput** poderá ser certificada por entidade de terceira parte, a critério do agente.

§ 4o O setor produtivo desenvolverá manuais de orientação para elaboração e implementação de programas de autocontrole que



será disponibilizado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de registro eletrônico.

§ 5º Os programas de autocontrole são definidos pelo estabelecimento e devem atender, no mínimo, aos requisitos definidos em legislação, cabendo à fiscalização agropecuária verificar o cumprimento do descrito no programa de autocontrole da empresa.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica compulsoriamente aos agentes da produção primária agropecuária, podendo os mesmos estarem vinculados aos programas de autocontrole por adesão voluntária através de protocolo privado de produção.

§ 7º A regulamentação dos programas de autocontrole de que trata o **caput** deverá levar em consideração o porte dos agentes econômicos e a disponibilização pelo Poder Público de sistema público de informações, de forma a conferir tratamento isonômico a todos os estabelecimentos.

Art. 9º Os programas de autocontrole poderão conter garantias advindas de sistemas de produção com características diferenciadas, com abrangência sobre a totalidade da cadeia produtiva, desde a produção primária agropecuária até o processamento e a expedição do produto final.

§ 1º Quando a diferenciação envolver a produção primária agropecuária, o programa de autocontrole será estabelecido por meio de protocolo privado de produção com a descrição das características do sistema e a modalidade de verificação.

§ 2º Os protocolos privados de que trata o § 1º serão apresentados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicará os protocolos de que trata o § 1º em seu sítio eletrônico.

Art. 10º Compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:



I - estabelecer os requisitos básicos necessários ao desenvolvimento dos programas de autocontrole;

II - editar normas complementares para dispor sobre os requisitos básicos a que se refere o inciso I;

III - definir os procedimentos oficiais de verificação dos programas de autocontrole.

Art. 11. Quando a fiscalização agropecuária ou o programa de autocontrole identificar deficiências ou não conformidades no processo produtivo ou no produto agropecuário que possam causar riscos à segurança do consumidor ou à saúde animal e à sanidade vegetal, fica o agente responsável pelo recolhimento dos lotes produzidos nessa condição, na forma prevista em regulamento.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA DE INCENTIVO À CONFORMIDADE EM DEFESA AGROPECUÁRIA

Art. 12. Fica instituído o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, com o objetivo de estimular o aperfeiçoamento de sistemas de garantia da qualidade robustos e auditáveis, com vistas consolidação de um ambiente de confiança recíproca entre o Poder Executivo federal e os agentes regulados, pela via do aumento da transparência.

Parágrafo único. O Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária exigirá do estabelecimento regulado o compartilhamento periódico de dados operacionais e de qualidade com a fiscalização agropecuária, e oferecerá como contrapartida benefícios e incentivos, na forma prevista em regulamento.



Art. 13. São incentivos que devem ser concedidos aos agentes aderentes ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, além de outros que venham a ser estabelecidos em regulamento:

I – agilidade nas operações de importação e exportação;

II – prioridade na tramitação de processos administrativos junto à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobretudo nos relacionados a atos públicos de liberação da atividade econômica;

III – acesso automático às informações de tramitação dos processos de interesse do estabelecimento;

IV – dispensa de aprovação prévia de atos relacionados a reforma e ampliação do estabelecimento, tendo por base a existência de princípios regulatórios já estabelecidos.

Art. 14. O regulamento do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária estabelecerá:

I - procedimentos para adesão;

II - obrigações para permanência no Programa; e

III - hipóteses de aplicação de advertência, suspensão ou exclusão do Programa.

Parágrafo único. A regulamentação do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária deverá levar em consideração o porte dos agentes econômicos e a disponibilização pelo Poder Público de sistema



público de informações, de forma conferir tratamento isonômico e passível de cumprimento por todos os agentes.

Art. 15. Aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária fica autorizada a regularização por notificação de que trata o inciso X do **caput** do art. 3o.

§ 1o O estabelecimento notificado não será autuado, desde que adote as medidas corretivas necessárias e sane a irregularidade ou não conformidade no prazo indicado na notificação.

§ 2o Regulamento disporá sobre as irregularidades ou não conformidades passíveis de regularização por notificação.

Art. 16. Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a adotar sistema de classificação de risco das empresas privadas reguladas, para fins de fiscalização agropecuária, tendo como base o desempenho nos Programas de Autocontrole e no Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária.

§ 1º Fica vedada qualquer forma de divulgação pública de listas de classificação das empresas reguladas ou a utilização de informações do sistema a que se refere o caput para qualquer outra finalidade que não seja a fiscalização agropecuária ou ações de defesa agropecuária.

§ 2º À empresa regulada é facultado o acesso às informações referentes ao seu desempenho e posição no sistema de classificação a que se refere o caput.

§ 3º Os critérios para o sistema de classificação a que se refere o caput deverão ser regulamentados e divulgados no prazo mínimo de 6 meses antes de sua entrada em vigor.



§ 4º A divulgação de listas de classificação ou a utilização indevida de informações do sistema de classificação sujeitará o infrator às disposições previstas em lei, sem prejuízo de sanções administrativas e responsabilidade civil, por danos morais, e indenização às empresas prejudicadas.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO DOS ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E PRODUTOS

Seção I

Do registro de estabelecimentos

Art. 17 Para registro, cadastro, credenciamento ou qualquer outro ato público de liberação de estabelecimento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, serão exigidos, de acordo com a natureza da atividade, documentos e informações necessários às avaliações técnicas.

§ 1º Fica dispensada a apresentação de documentos e autorizações emitidas por outros órgãos e entidades de governo que não tenham relação com a liberação de estabelecimento de que trata o **caput**.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibilizará sistema eletrônico para receber as solicitações de registro, cadastro ou credenciamento de estabelecimento no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 18. Estabelecimentos que possuam mais de uma finalidade e que sejam objeto de diferentes normas de defesa agropecuária poderão ter registro único no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma prevista em regulamento.



Seção II

Do registro de produtos

Art. 19. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - incentivará a adoção de procedimento administrativo simplificado, o uso de meios eletrônicos e o estabelecimento de parâmetros e padrões, com vistas à automatização da concessão das solicitações de registro de produtos agropecuários;

II - disponibilizará sistema eletrônico para receber as solicitações de registro de produtos no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Lei.

§ 1º A concessão de registro de produtos que possuam parâmetros ou padrões normatizados será automática.

§ 2º A não observância aos parâmetros ou padrões normatizados implicará o cancelamento do registro do produto e a imposição de sanções administrativas.

§ 3º O disposto no **caput** não se aplica aos produtos regulados pela Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989.

Art. 20. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá dispor de especialistas para subsidiar a avaliação de registro de produtos, por meio de credenciamento, contratação de pessoa física ou jurídica ou ajustes com instituições de pesquisa públicas ou privadas, na forma prevista em regulamento, assegurada a confidencialidade em relação aos dados e informações sobre os produtos e agentes privados.

Parágrafo único. Todo processo de registro de produtos avaliado por especialistas terá supervisão de um Auditor Fiscal Federal



Agropecuário, que será responsável pela aprovação definitiva da concessão do registro.

Art. 21. Produtos que possuam mais de uma finalidade e que sejam objeto de diferentes normas da defesa agropecuária poderão ter registro único no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma prevista em regulamento.

Art. 22. A análise das solicitações de registro de produtos observará a ordem cronológica de apresentação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá priorizar a análise de que trata o **caput** nas seguintes hipóteses:

I - necessidade de atendimento aos programas de saúde animal ou fitossanitários;

II - situações de emergência sanitária ou fitossanitária;

III - cumprimento de acordos ou exigências internacionais;

IV - quando caracterizada inovação tecnológica; ou

V - produção em território nacional de ingrediente ativo.

Seção III

Dos critérios para concessão, isenção e simplificação de registro

Art. 23 Ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá a classificação de risco, as condições, os prazos e os demais critérios para concessão, isenção e simplificação de registro, cadastro, credenciamento ou qualquer outro ato público



de liberação, observado o disposto na Lei no 13.874, de 20 de setembro de 2019, e em seu regulamento.

Art. 24. São isentos de registro os insumos agropecuários produzidos ou fabricados pelo produtor rural para uso próprio, vedada a comercialização dos referidos insumos sob qualquer forma.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá, em ato próprio, os insumos agropecuários para os quais a

isenção de registro prevista no **caput** não se aplica, no caso de produtos químicos classificados como agrotóxicos ou produto de uso veterinário.

Seção IV

Da rotulagem

Art. 25. A rotulagem dos produtos é responsabilidade do detentor do registro, na forma prevista na legislação.

§ 1º Rótulos de produtos não serão objeto de aprovação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá exigir o depósito de rótulos de produtos em sistema eletrônico, para fins de fiscalização agropecuária.

§ 3º A comercialização de produtos com rotulagem em desacordo com o previsto na legislação caracteriza infração administrativa, sujeita a aplicação de medidas cautelares e a autuação.



CAPÍTULO V

DAS MEDIDAS CAUTELARES

Art. 26. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá aplicar as seguintes medidas cautelares, isolada ou cumulativamente, ante a evidência de que uma atividade ou um produto agropecuário represente risco à defesa agropecuária, à saúde pública ou mediante embaraço a ação fiscalizadora:

I - apreensão de produtos;

II - suspensão temporária de atividade, de etapa ou de processo de fabricação de produto; e

III - destruição ou devolução à origem de animais e vegetais, de seus produtos, resíduos e insumos agropecuários, quando constatada a importação irregular ou a introdução irregular no País.

§ 1º O Auditor Fiscal Federal Agropecuário responsável pela aplicação de medida cautelar deverá comunicar imediatamente a sua chefia imediata.

§ 2º Não será aplicada medida cautelar quando a não conformidade puder ser sanada durante a ação de fiscalização.

§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada imediatamente quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação.

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 27. O agente que incidir em infração prevista na legislação específica e em normas regulamentares de defesa agropecuária ficará sujeito às seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212137924900>



I - advertência;

II - multa;

III - condenação do produto;

IV - suspensão de registro, de cadastro ou de credenciamento;

V - cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento; e

VI - cassação da habilitação de profissional para prestar serviços relacionados à defesa agropecuária.

§ 1º A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tornará públicas as sanções impostas aos infratores da legislação de defesa agropecuária após o seu trânsito em julgado na esfera administrativa.

§ 2º Os produtos a que se referem o inciso III deste artigo poderão ser objeto de destruição com os custos às expensas do infrator ou objeto de doação a órgão públicos ou entidades filantrópicas desde que não ofereçam riscos a saúde pública.

Art. 28. O valor da multa de que trata o inciso II do **caput** do art. 27 será de R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais),

observadas a classificação do agente infrator e a natureza da infração, conforme Anexo a esta Lei e regulamento.

§ 1º No caso de reincidência específica, a pena máxima da referida infração, estabelecida em regulamento e sob teto previsto no **caput** deste artigo, será aumentada em 10% (dez por cento), para cada nova incidência na mesma infração.



§ 2º Considera-se para fins da caracterização da reincidência específica e, conseqüentemente, para o aumento de pena, o prazo de cinco anos contados do cumprimento ou da extinção da penalidade administrativa.

§ 3º O pagamento voluntário da multa no prazo de vinte dias, contado da data de sua aplicação, sem interposição de recurso, ensejará a redução de vinte por cento de seu valor.

Art. 29. A introdução irregular no País de animais e vegetais, seus produtos, quando praticada por pessoa física, caracterizará infração sujeita a advertência ou multa, cujo valor será estipulado entre R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo único. A introdução irregular no País de insumos agropecuários praticada por pessoa física, caracterizará infração de natureza gravíssima sujeita multa no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 30. Ato do Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento atualizará anualmente os valores das multas de que tratam os art. 28 e art. 29, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 31. As infrações serão graduadas de acordo com o risco para a defesa agropecuária e classificadas em:

I - infração de natureza leve;

II - infração de natureza moderada; III - infração de natureza grave;

IV - infração de natureza gravíssima.



Art. 32. Na aplicação das penalidades previstas nesta Lei serão consideradas as circunstâncias agravantes e atenuantes, na forma de regulamento.

Parágrafo Único. Quando uma infração for objeto de enquadramento em mais de um dispositivo, prevalece para aplicação da penalidade o enquadramento mais específico em relação ao mais genérico.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Art. 33. As infrações serão apuradas, a partir da lavratura do auto de infração, por meio de processo administrativo de fiscalização agropecuária.

Art. 34. O auto de infração é o documento hábil para constatação de infração, no que concerne a legislação da defesa agropecuária.

Art. 35. Do auto de infração caberá a interposição de defesa por escrito no prazo de vinte dias, contado da data de recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A defesa de que trata o **caput** deverá ser endereçada à Superintendência Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sediada na unidade da federação no local onde foi constatada a infração, que deverá, nos termos do regulamento, julgar e emitir decisão de primeira instância sobre o respectivo auto de infração.



Art. 36. Das decisões administrativas de primeira instância caberá a interposição de recurso administrativo no prazo de vinte dias, contado da data de recebimento da notificação.

§ 1º O recurso de que trata o **caput** será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

§ 2º Caso a autoridade não reconsidere a sua decisão, encaminhará o recurso à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento no prazo de vinte dias, contado da data de seu recebimento, o para julgamento em segunda instância.

Art. 37. Da decisão proferida pela Secretaria de Defesa Agropecuária em sede de segunda instância administrativa, caberá recurso no prazo de 20 (vinte) dias à Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, à qual compete o julgamento do processo administrativo em terceira e última instância.

§ 1º A Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária será composta por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) suplentes, sendo 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) suplentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente do Ministério da Justiça, e 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente da Confederação Nacional da Indústria e 1(um) membro titular e 1 (um) suplente da Confederação Nacional da Agricultura.

§ 2º Considerando as decisões reiteradas sobre um mesmo tema, a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária emitirá enunciados que, quando ratificados pelo Secretário de Defesa Agropecuária, vincularão o cumprimento pelas demais instâncias.



§ 3o A penalidade de suspensão ~~de atividade (SUPRIMIR)~~, de registro, de cadastro ou de credenciamento ou a penalidade de cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento poderá ser convertida em multa, mediante a apresentação de requerimento do infrator e celebração de termo de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

§ 4o Caberá à Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária decidir sobre a conversão das penalidades a que se refere o § 3o em multa.

Art. 38. A interposição tempestiva de recurso terá efeito suspensivo.

Art. 39. A notificação do autuado poderá ser feita por meio eletrônico, desde que a certificação da ciência seja inequívoca.

Art. 40. Fica estabelecida a assinatura eletrônica simples, de que trata a Lei no 14.063, de 23 de setembro de 2020, para os atos praticados por servidores públicos no âmbito do processo administrativo de fiscalização agropecuária.

CAPÍTULO VIII

DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA PARA FRONTEIRAS INTERNACIONAIS – VIGIFRONTIERA

Art. 41. Fica instituído, no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, de que trata o art. 28-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da Secretaria de Defesa Agropecuária do Brasil, o Programa de



Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTTEIRAS.

Art. 42. O VIGIFRONTTEIRAS tem como objetivo estabelecer um sistema integrado de vigilância em defesa agropecuária na faixa de fronteira de todo o território nacional, com a finalidade de:

I - impedir o ingresso em território nacional de substâncias ou agentes biológicos de qualquer natureza, sob qualquer meio de transporte ou difusão, que possam causar danos à produção, processamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários, pesqueiros e florestais;

II – evitar o ingresso em território nacional de produtos agropecuários que não atendam aos padrões de identidade e qualidade ou aos requisitos de segurança higiênico-sanitária e tecnológica exigidos para o consumo;

III - realizar ações de contraterrorismo, impedindo a introdução intencional, em território nacional, de organismos ou substâncias que possam ser utilizadas em qualquer estágio da produção, transformação, industrialização, distribuição ou utilização de produtos agropecuários, com potencial de difundir insegurança no setor, reduzir a produção, aumentar custos, dificultar, restringir ou impedir a comercialização, o consumo e a utilização destes produtos, constituindo ameaça ou causando danos à economia ou à segurança alimentar nacionais; e

IV - conter danos, efetivos ou potenciais, causados pela introdução em território nacional de qualquer substância ou agente biológico que importe em risco ou ameaça tratada nos incisos anteriores.



Art. 43. A atuação do VIGIFRONTTEIRA pautar-se-á pela integração, produção e difusão de conhecimentos técnico-científicos e pela cooperação entre os órgãos e entidades públicas integrantes das três instâncias do SUASA.

Art. 44. O Poder Executivo federal editará regulamento disciplinando o funcionamento do VIGIFRONTTEIRA, no prazo de 90 (noventa) dias contado da data de publicação desta Lei.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45. O Poder Executivo federal editará o regulamento do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária no prazo de cento e vinte dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 46. As penalidades de que trata o Capítulo VI serão aplicadas às infrações previstas na legislação específica e em normas regulamentares de defesa agropecuária e constatadas a partir da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 1º As disposições referentes ao processo administrativo de fiscalização agropecuária previstas no Capítulo VII aplicam-se aos processos pendentes de julgamento a partir da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 2º As penalidades de que trata o art. 27 serão aplicadas às infrações constatadas pela fiscalização agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com fundamento no disposto na Lei no 7.802, de 1989.

Art. 47. O art. 1º da Lei no 13.996, de 5 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:



*"Art. 1º Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea "f" do inciso VI do **caput** do art. 2º da referida Lei.*

*Parágrafo único. A prorrogação de que trata o **caput** deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017.*

Art. 48. A Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.4º.....

.....

I – os Municípios, os Consórcios Públicos Intermunicipais e/ou Interestaduais, os Estados e o Distrito Federal, diretamente ou por intermédio de órgãos ou empresas especializadas;

II – as cooperativas agrícolas e as pessoas físicas e jurídicas especializadas na atividade;

.....

Art. 8º A fiscalização da classificação de que trata esta Lei poderá ser executada pelos Municípios, Consórcios Públicos Intermunicipais e/ou Interestaduais, Estados e o Distrito Federal, mediante delegação de competência do Ministério da Agricultura e do Abastecimento." (NR)

Art. 49. As normas gerais contidas no Capítulo II desta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.



Art. 50. O Artigo 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

29

-
.....

§ 3º Fica instituído o Sistema de Gestão de Serviços de Inspeção – e-SISBI no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para cadastro dos serviços oficiais de inspeção e fiscalização dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais, dos estabelecimentos e dos produtos de origem animal.

§ 4º Os serviços oficiais de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais, devidamente cadastrados no e-SISBI, integram o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA previsto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 5º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento editará norma definindo os objetivos e as metas nacionais de inocuidade e de conformidade dos produtos de origem animal, que deverá ser observada pelos serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais integrantes do SISBI-POA.

§ 6º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento auditará os serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais integrantes do SISBI-POA, com objetivo de verificar a equivalência com o Serviço de Inspeção Federal.

§ 7º Fica autorizado o comércio interestadual dos produtos sob inspeção dos serviços integrantes do SISBI-POA, mediante prévio cadastro dos estabelecimentos e dos produtos no e-SISBI, realizado pelos respectivos serviços de inspeção.” (NR).

Art. 51. O inciso V do artigo 3º do decreto 9.918 de 18 de julho de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212137924900>



V- concessão de selo ARTE - ato de competência dos órgãos de agricultura e pecuária estaduais, distrital e municipais que reconhece e caracteriza o tipo de produto alimentício artesanal conforme características de identidade e qualidade específicas e o seu processo produtivo tipicamente artesanal.

Art. 52. Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto no 24.548, de 3 de julho de 1934:

- a) o parágrafo único do art. 8o;
- b) o art. 34;
- c) o § 3o do art. 39;
- d) o art. 47;
- e) os § 1o e § 2o do art. 54; e
- f) o art. 64;

II - os art. 6o e art. 7o do Decreto-Lei no 467, de 13 de fevereiro de 1969;

III - a alínea "g" do **caput** do art. 3o do Decreto-Lei no 917, de 8 de outubro de 1969;

IV - o art. 4o da Lei no 6.198, de 26 de dezembro de 1974;

V - o art. 7o da Lei no 6.446, de 5 de outubro de 1977;

VI - os incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII do art. 5o da Lei no 6.894, de 16 de dezembro de 1980;



VII - o art. 36 da Lei no 7.678, de 8 de novembro de 1988; VIII - o art. 2o da Lei no 7.889, de 23 de novembro de 1989; IX - o art. 9o da Lei no 8.918, de 14 de julho de 1994;

X - o art. 9o da Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000;

XI - os art. 42 e os incisos I, II, III, IV, V e VI do art. 43 da Lei no 10.711, de 5 de agosto de 2003; e

XII - o art. 6o da Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:

I - sessenta dias após a data de sua publicação, quanto ao disposto no Capítulo IV;

II - noventa dias após a data de sua publicação, quanto ao disposto no art. 28; e

III - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.



Anexo

Natureza da Infração	Classificação dos agentes											
	Pessoa Física		Micro Empreendedor Individual – MEI¹		Microempresas – ME²		Empresas de pequeno porte – EPP³		Média Empresa⁴		Demais estabelecimentos	
	Valores em reais (R\$)											
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Leve	100,00	250,00	100,00	250,00	500,00	1.500,00	1.000,00	1.500,00	1.500,00	3.000,00	1.500,00	5.000,00
Moderada	251,00	1.000,00	251,00	1.000,00	1.501,00	2.500,00	1.501,00	5.000,00	3.001,00	8.000,00	5.001,00	15.000,00
Grave	1.001,00	5.000,00	1.001,00	2.500,00	2.501,00	5.000,00	5.001,00	10.000,00	8.001,00	20.000,00	15.001,00	50.000,00
Gravíssima	5.001,00	50.000,00	2.501,00	5.000,00	5.001,00	10.000,00	10.001,00	30.000,00	20.001,00	50.000,00	50.001,00	150.000,00

1 - § 1º do Art. 18-A da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2 - Inciso I do Art. 3º da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3 - Inciso II do Art. 3º da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4 – Segundo classificação do BNDES.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado DOMINGOS SÁVIO



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado DOMINGOS SÁVIO

COMPLEMENTAÇÃO DO VOTO

Conforme acordo realizado oralmente durante reunião deliberativa da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no dia 22 de setembro de 2021, acato, na forma da emenda ora apresentada, o pedido de alteração do § 2º do Art. 19 do substitutivo, que encaminho ao final na íntegra com as referidas modificações.



EMENDA

Dê-se ao § 2º do Art. 19 do substitutivo a seguinte redação:

Art. 19. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

.....

§ 2º A não observância aos parâmetros ou padrões normatizados, após processo administrativo e garantido o contraditório e ampla defesa ao agente, implicará o cancelamento do registro do produto e a imposição de sanções administrativas.

.....



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTIERAS; altera as Leis nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nº 13.996, de 05 de maio de 2020, e nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTTEIRAS; altera as Leis nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nº 13.996, de 05 de maio de 2020, e nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Art. 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária, é responsável pela gestão da defesa agropecuária.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - defesa agropecuária: estrutura constituída de normas e ações que integram sistemas públicos e privados, destinada à preservação ou à melhoria da saúde animal, da sanidade vegetal e da inocuidade, da identidade, da qualidade e da segurança de alimentos, insumos e demais produtos agropecuários;

II - fiscalização agropecuária: atividade de controle, supervisão, vigilância, auditoria e inspeção agropecuária, no exercício do poder de polícia administrativa, com finalidade de verificar o cumprimento da legislação;

III - produtos agropecuários: insumos agropecuários, animais, vegetais, seus produtos resultantes da atividade, seus subprodutos, derivados e resíduos que possuam valor econômico;

IV - agente: pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que realiza ou participa, direta ou indiretamente, dos seguintes processos ao longo das cadeias produtivas do setor agropecuário:

a) produção, transporte, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização;

b) importação, exportação, trânsito nacional, trânsito internacional e aduaneiro;

c) transformação e industrialização;

d) diagnóstico, ensino, pesquisa e experimentação; ou



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

e) prestação de serviços e demais processos.

V – credenciamento: reconhecimento ou habilitação de pessoas físicas ou jurídicas pelo Poder Público, para execução de ações específicas relacionadas à defesa agropecuária;

VI – risco: possibilidade de ocorrência de evento negativo que tenha impacto na saúde humana, na saúde animal, na sanidade vegetal ou na identidade, na qualidade e na segurança dos produtos agropecuários;

VII – análise de risco: processo adotado para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações de risco advindos de fontes internas ou externas e buscar segurança razoável na consecução dos objetivos da defesa agropecuária, contemplando:

a) avaliação de risco: consiste no processo científico de identificação e caracterização do perigo, avaliação da exposição e caracterização do risco;

b) gerenciamento de risco: consiste na seleção de diretrizes, medidas de prevenção e controle de problemas, baseando-se em conclusões de uma avaliação de risco, em fatores relevantes para a saúde e para a promoção de práticas justas de comércio e na consulta das partes interessadas;

c) comunicação de risco: consiste na troca de informações durante toda a análise de risco, incluindo gestores, avaliadores, indústria, consumidores, academia e outras partes interessadas, a respeito dos perigos, riscos, resultados da avaliação e sobre o gerenciamento para deter o controle;

VIII – autocontrole: capacidade do agente privado de implantar, executar, monitorar, verificar e corrigir procedimentos, processos de produção e distribuição de insumos agropecuários, alimentos e produtos de origem animal ou vegetal, com vistas a garantir sua inocuidade, identidade, qualidade e segurança;

IX – autocorreção: adoção de medidas corretivas pelo agente, diante da detecção de não conformidade, conforme previsto no seu programa de autocontrole, ou por deliberação da sua área responsável pela qualidade;



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

X - regularização por notificação: adoção de medidas corretivas pelo agente, em decorrência de notificação expedida pela fiscalização agropecuária sobre irregularidade ou não conformidade, observado o prazo estabelecido;

XI – protocolo privado de produção: conjunto de regras e procedimentos estabelecidos no âmbito do setor privado por determinada cadeia produtiva, entidade representativa ou agente, sendo de adesão voluntária, com objetivo de garantir a integridade sanitária dos produtos, e caracterizar ou diferenciar produto ou sistema de produção, observando os atos normativos vigentes;

XII - embaraço à ação fiscalizadora: ação do agente de impedir ou dificultar o acesso ao local ou às informações oficiais e obrigatórias relacionadas à produção e produtos agropecuários, devidamente comprovado pelo auditor fiscal.

Art. 4º O agente deverá garantir que seus produtos e serviços atendam aos requisitos de inocuidade, identidade, qualidade e segurança estabelecidos na legislação da defesa agropecuária.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica a todos os agentes regulados pela legislação da defesa agropecuária, incluindo aqueles fiscalizados pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcio de Municípios.

Art. 5º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais órgãos públicos integrantes do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - SUASA poderão credenciar pessoas jurídicas ou habilitar pessoas físicas para a prestação de serviços técnicos ou operacionais relacionados às atividades de defesa agropecuária.

§ 1º O credenciamento e a habilitação de que trata o **caput** deste artigo têm o objetivo de assegurar que os serviços técnicos e operacionais prestados estejam em sintonia com o SUASA, não sendo permitido aos credenciados ou habilitados desempenhar atividades próprias da fiscalização agropecuária que exijam o exercício específico de poder de polícia administrativa.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

§ 2º Norma específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior, definirá os processos de credenciamento de pessoas jurídicas, os serviços cujos credenciamentos serão obrigatoriamente homologados e as regras específicas para homologação.

§ 3º Norma específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior, definirá os processos de habilitação de pessoas físicas, observando a competência profissional, de acordo com o conhecimento técnico requerido para a etapa, procedimento ou processo que o profissional será habilitado, e as regras específicas para homologação.

Art. 6º Fica instituída a análise de risco como abordagem de ação da defesa agropecuária.

Parágrafo único. As ações de controle e fiscalização desempenhadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento serão mensuradas em conformidade com os critérios de gerenciamento de risco.

Art. 7º São princípios elementares da fiscalização:

- I - atuação baseada no gerenciamento de riscos;
- II - atuação preventiva, permitindo sempre que possível que eventual irregularidade de natureza leve possa ser sanada antes da atuação do agente;
- III - intervenção subsidiária e excepcional na atividade econômica dos agentes, sendo justificada apenas nas situações de prevalência do interesse público sobre o privado;
- IV - orientação pela isonomia, uniformidade e publicidade na relação com o agente da ação fiscalizatória, sendo assegurado o amplo acesso aos processos administrativos em que o estabelecimento for parte interessada;
- V - obediência às garantias conferidas pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, sobretudo em relação ao direito à inovação tecnológica, à presunção de boa-fé, entre outros.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

CAPÍTULO II

DOS PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE DOS AGENTES PRIVADOS REGULADOS PELA DEFESA AGROPECUÁRIA

Art. 8º Os agentes privados regulados pela legislação da defesa agropecuária desenvolverão programas de autocontrole com o objetivo de garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a segurança dos seus produtos.

§1º Os agentes privados regulados pela legislação da defesa agropecuária garantirão a implantação, a manutenção, o monitoramento e a verificação dos programas de autocontrole de que trata o **caput**.

§ 2º Os programas de autocontrole conterão:

I - registros sistematizados e auditáveis do processo produtivo, desde a obtenção e a recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos até a expedição do produto final;

II - previsão de recolhimento de lotes, quando identificadas deficiências ou não conformidades no produto agropecuário que possam causar riscos à segurança do consumidor ou para a saúde animal e a sanidade vegetal; e

III - descrição dos procedimentos de autocorreção.

§ 3º A implementação dos programas de autocontrole de que trata o **caput** poderá ser certificada por entidade de terceira parte, a critério do agente.

§ 4º O setor produtivo desenvolverá manuais de orientação para elaboração e implementação de programas de autocontrole que será disponibilizado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de registro eletrônico.

§ 5º Os programas de autocontrole são definidos pelo estabelecimento e devem atender, no mínimo, aos requisitos definidos em



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

legislação, cabendo à fiscalização agropecuária verificar o cumprimento do descrito no programa de autocontrole da empresa.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica compulsoriamente aos agentes da produção primária agropecuária, os quais poderão aderir voluntariamente a programas de autocontrole por meio de protocolo privado de produção.

§ 7º A regulamentação dos programas de autocontrole de que trata o caput deverá levar em consideração o porte dos agentes econômicos e a disponibilização pelo Poder Público de sistema público de informações, de forma a conferir tratamento isonômico a todos os estabelecimentos.

Art. 9º Os programas de autocontrole poderão conter garantias advindas de sistemas de produção com características diferenciadas, com abrangência sobre a totalidade da cadeia produtiva, desde a produção primária agropecuária até o processamento e a expedição do produto final.

§ 1º Quando a diferenciação envolver a produção primária agropecuária, o programa de autocontrole será estabelecido por meio de protocolo privado de produção com a descrição das características do sistema e a modalidade de verificação.

§ 2º Os protocolos privados de que trata o § 1º serão apresentados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

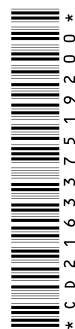
§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicará os protocolos de que trata o § 1º em seu sítio eletrônico.

Art. 10. Compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - estabelecer os requisitos básicos necessários ao desenvolvimento dos programas de autocontrole;

II - editar normas complementares para dispor sobre os requisitos básicos a que se refere o inciso I;

III - definir os procedimentos oficiais de verificação dos programas de autocontrole.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

Art. 11. Quando a fiscalização agropecuária ou o programa de autocontrole identificar deficiências ou não conformidades no processo produtivo ou no produto agropecuário que possam causar riscos à segurança do consumidor ou à saúde animal e à sanidade vegetal, fica o agente responsável pelo recolhimento dos lotes produzidos nessa condição, na forma prevista em regulamento.

CAPÍTULO III

DO PROGRAMA DE INCENTIVO À CONFORMIDADE EM DEFESA AGROPECUÁRIA

Art. 12. Fica instituído o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, com o objetivo de estimular o aperfeiçoamento de sistemas de garantia da qualidade robustos e auditáveis, com vistas à consolidação de um ambiente de confiança recíproca entre o Poder Executivo federal e os agentes regulados, pela via do aumento da transparência.

Parágrafo único. O Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária exigirá do estabelecimento regulado o compartilhamento periódico de dados operacionais e de qualidade com a fiscalização agropecuária, e oferecerá como contrapartida benefícios e incentivos, na forma prevista em regulamento.

Art. 13. São incentivos que devem ser concedidos aos agentes aderentes ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, além de outros que venham a ser estabelecidos em regulamento:

I – agilidade nas operações de importação e exportação;

II – prioridade na tramitação de processos administrativos junto à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobretudo nos relacionados a atos públicos de liberação da atividade econômica;



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

III – acesso automático às informações de tramitação dos processos de interesse do estabelecimento;

IV – dispensa de aprovação prévia de atos relacionados a reforma e ampliação do estabelecimento, tendo por base a existência de princípios regulatórios já estabelecidos.

Art. 14. O regulamento do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária estabelecerá:

I - procedimentos para adesão;

II - obrigações para permanência no Programa; e

III - hipóteses de aplicação de advertência, suspensão ou exclusão do Programa.

Parágrafo único. A regulamentação do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária deverá levar em consideração o porte dos agentes econômicos e a disponibilização pelo Poder Público de sistema público de informações, de forma a conferir tratamento isonômico e passível de cumprimento por todos os agentes.

Art. 15. Aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária fica autorizada a regularização por notificação de que trata o inciso X do caput do art. 3º.

§ 1º O estabelecimento notificado não será autuado, desde que adote as medidas corretivas necessárias e sane a irregularidade ou não conformidade no prazo indicado na notificação.

§ 2º Regulamento disporá sobre as irregularidades ou não conformidades passíveis de regularização por notificação.

Art. 16. Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a adotar sistema de classificação de risco das empresas privadas reguladas, para fins de fiscalização agropecuária, tendo como base o desempenho nos programas de autocontrole e no Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

§ 1º Fica vedada qualquer forma de divulgação pública de listas de classificação de risco das empresas reguladas ou a utilização de informações do sistema a que se refere o **caput** deste artigo para qualquer outra finalidade que não seja a fiscalização agropecuária ou ações de defesa agropecuária.

§ 2º À empresa regulada é facultado o acesso às informações referentes ao seu desempenho e posição no sistema de classificação de risco a que se refere o **caput** deste artigo.

§ 3º Os critérios para o sistema de classificação de risco a que se refere o **caput** deverão ser regulamentados e divulgados no prazo mínimo de 6 (seis) meses anterior a sua vigência.

§ 4º A divulgação de listas de classificação de risco ou a utilização indevida de informações do sistema de classificação de risco de que trata este artigo sujeitará o infrator às disposições previstas em lei, sem prejuízo de sanções administrativas e responsabilidade civil, por danos morais, e indenização às empresas prejudicadas.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO DOS ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E PRODUTOS

Seção I

Do registro de estabelecimentos

Art. 17. Para registro, cadastro, credenciamento ou qualquer outro ato público de liberação de estabelecimento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, serão exigidos, de acordo com a natureza da atividade, documentos e informações necessários às avaliações técnicas.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

§ 1º Fica dispensada a apresentação de documentos e autorizações emitidas por outros órgãos e entidades de governo que não tenham relação com a liberação de estabelecimento de que trata o **caput**.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibilizará sistema eletrônico para receber as solicitações de registro, cadastro ou credenciamento de estabelecimento no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 18. Estabelecimentos que possuam mais de uma finalidade e que sejam objeto de diferentes normas de defesa agropecuária poderão ter registro único no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma prevista em regulamento.

Seção II

Do registro de produtos

Art. 19. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - incentivará a adoção de procedimento administrativo simplificado, o uso de meios eletrônicos e o estabelecimento de parâmetros e padrões, com vistas à automatização da concessão das solicitações de registro de produtos agropecuários;

II - disponibilizará sistema eletrônico para receber as solicitações de registro de produtos no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Lei.

§ 1º A concessão de registro de produtos que possuam parâmetros ou padrões normatizados será automática.

§ 2º A não observância aos parâmetros ou padrões normatizados, após processo administrativo e garantido o contraditório e ampla defesa ao agente, implicará o cancelamento do registro do produto e a imposição de sanções administrativas.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

§ 3º O disposto no **caput** não se aplica aos produtos regulados pela Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

Art. 20. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá dispor de especialistas para subsidiar a avaliação de registro de produtos, por meio de credenciamento, contratação de pessoa física ou jurídica ou ajustes com instituições de pesquisa públicas ou privadas, na forma prevista em regulamento, assegurada a confidencialidade em relação aos dados e informações sobre os produtos e agentes privados.

Parágrafo único. Todo processo de registro de produtos avaliado por especialistas terá supervisão de um Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que será responsável pela aprovação definitiva da concessão do registro.

Art. 21. Produtos que possuam mais de uma finalidade e que sejam objeto de diferentes normas da defesa agropecuária poderão ter registro único no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma prevista em regulamento.

Art. 22. A análise das solicitações de registro de produtos observará a ordem cronológica de apresentação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá priorizar a análise de que trata o **caput** nas seguintes hipóteses:

- I - necessidade de atendimento aos programas de saúde animal ou fitossanitários;
- II - situações de emergência sanitária ou fitossanitária;
- III - cumprimento de acordos ou exigências internacionais;
- IV - quando caracterizada inovação tecnológica; ou
- V - produção em território nacional de ingrediente ativo.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

Seção III

Dos critérios para concessão, isenção e simplificação de registro

Art. 23. Ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá a classificação de risco, as condições, os prazos e os demais critérios para concessão, isenção e simplificação de registro, cadastro, credenciamento ou qualquer outro ato público de liberação, observado o disposto na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e em seu regulamento.

Art. 24. São isentos de registro os insumos agropecuários produzidos ou fabricados pelo produtor rural para uso próprio, vedada a comercialização dos referidos insumos sob qualquer forma.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá, em ato próprio, os insumos agropecuários para os quais a isenção de registro prevista no caput não se aplica, no caso de produtos químicos classificados como agrotóxicos ou produto de uso veterinário.

Seção IV

Da rotulagem

Art. 25. A rotulagem dos produtos é responsabilidade do detentor do registro, na forma prevista na legislação.

§ 1º Rótulos de produtos não serão objeto de aprovação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá exigir o depósito de rótulos de produtos em sistema eletrônico, para fins de fiscalização agropecuária.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

§ 3º A comercialização de produtos com rotulagem em desacordo com o previsto na legislação caracteriza infração administrativa, sujeita a aplicação de medidas cautelares e a autuação.

CAPÍTULO V

DAS MEDIDAS CAUTELARES

Art. 26. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá aplicar as seguintes medidas cautelares, isolada ou cumulativamente, ante a evidência de que uma atividade ou um produto agropecuário represente risco à defesa agropecuária ou à saúde pública ou mediante embaraço à ação fiscalizadora:

I - apreensão de produtos;

II - suspensão temporária de atividade, de etapa ou de processo de fabricação de produto; e

III - destruição ou devolução à origem de animais e vegetais, de seus produtos, resíduos e insumos agropecuários, quando constatada a importação irregular ou a introdução irregular no País.

§ 1º O Auditor Fiscal Federal Agropecuário responsável pela aplicação de medida cautelar deverá comunicar imediatamente a sua chefia imediata.

§ 2º Não será aplicada medida cautelar quando a não conformidade puder ser sanada durante a ação de fiscalização.

§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada imediatamente quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 27. O agente que incidir em infração prevista na legislação específica e em normas regulamentares de defesa agropecuária ficará sujeito às seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - condenação do produto;
- IV - suspensão de registro, de cadastro ou de credenciamento;
- V - cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento; e
- VI - cassação da habilitação de profissional para prestar serviços relacionados à defesa agropecuária.

§ 1º A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tornará públicas as sanções impostas aos infratores da legislação de defesa agropecuária após o seu trânsito em julgado na esfera administrativa.

§ 2º O produto a que se refere o inciso III deste artigo poderá ser objeto de destruição com os custos às expensas do infrator ou objeto de doação a órgãos públicos ou entidades filantrópicas, desde que não ofereça riscos à saúde pública.

Art. 28. O valor da multa de que trata o inciso II do caput do art. 27 será de R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), observadas a classificação do agente infrator e a natureza da infração, conforme Anexo a esta Lei e regulamento.

§ 1º No caso de reincidência específica, a pena máxima da referida infração, estabelecida em regulamento e sob teto previsto no **caput** deste artigo, será aumentada em 10% (dez por cento), para cada nova incidência na mesma infração.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

§ 2º Considera-se para fins da caracterização da reincidência específica e, conseqüentemente, para o aumento de pena, o prazo de cinco anos contados do cumprimento ou da extinção da penalidade administrativa.

§ 3º O pagamento voluntário da multa no prazo de vinte dias, contado da data de sua aplicação, sem interposição de recurso, ensejará a redução de vinte por cento de seu valor.

Art. 29. A introdução irregular no País de animais e vegetais, seus produtos, quando praticada por pessoa física, caracterizará infração sujeita a advertência ou multa, cujo valor será estipulado entre R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo único. A introdução irregular no País de insumos agropecuários praticada por pessoa física caracterizará infração de natureza gravíssima sujeita a multa no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 30. Ato do Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento atualizará anualmente os valores das multas de que tratam os art. 28 e art. 29, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 31. As infrações serão graduadas de acordo com o risco para a defesa agropecuária e classificadas em:

- I - infração de natureza leve;
- II - infração de natureza moderada;
- III - infração de natureza grave;
- IV - infração de natureza gravíssima.

Art. 32. Na aplicação das penalidades previstas nesta Lei serão consideradas as circunstâncias agravantes e atenuantes, na forma de regulamento.

Parágrafo Único. Quando uma infração for objeto de enquadramento em mais de um dispositivo, prevalece para aplicação da penalidade o enquadramento mais específico em relação ao mais genérico.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Art. 33. As infrações serão apuradas, a partir da lavratura do auto de infração, por meio de processo administrativo de fiscalização agropecuária.

Art. 34. O auto de infração é o documento hábil para constatação de infração, no que concerne à legislação da defesa agropecuária.

Art. 35. Caberá a interposição de defesa por escrito no prazo de vinte dias contado da data de recebimento do auto de infração, a ser endereçada à Superintendência Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sediada na unidade da federação onde foi constatada a infração.

Parágrafo único. A Superintendência Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento deverá, nos termos do regulamento, julgar e emitir decisão de primeira instância sobre a interposição de defesa de que trata o **caput**.

Art. 36. Das decisões administrativas de primeira instância caberá a interposição de recurso administrativo no prazo de vinte dias, contado da data de recebimento da notificação.

§ 1º O recurso de que trata o **caput** será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

§ 2º Caso a autoridade não reconsidere a sua decisão, encaminhará o recurso à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no prazo de vinte dias, contado da data de seu recebimento, para julgamento em segunda instância.

Art. 37. Da decisão proferida pela Secretaria de Defesa Agropecuária em sede de segunda instância administrativa, caberá recurso no prazo de vinte dias à Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, à qual compete o julgamento do processo administrativo em terceira e última instância.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

§ 1º A Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária será composta por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) suplentes, sendo 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) suplentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente do Ministério da Justiça, e 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente da Confederação Nacional da Indústria e 1(um) membro titular e 1 (um) suplente da Confederação Nacional da Agricultura.

§ 2º Considerando as decisões reiteradas sobre um mesmo tema, a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária emitirá enunciados que, quando ratificados pelo Secretário de Defesa Agropecuária, vincularão o cumprimento pelas demais instâncias.

§ 3º A penalidade de suspensão de registro, de cadastro ou de credenciamento ou a penalidade de cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento poderá ser convertida em multa, mediante a apresentação de requerimento do infrator e celebração de termo de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

§ 4º Caberá à Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária decidir sobre a conversão das penalidades a que se refere o § 3º em multa.

Art. 38. A interposição tempestiva de recurso terá efeito suspensivo.

Art. 39. A notificação do autuado poderá ser feita por meio eletrônico, desde que a certificação da ciência seja inequívoca.

Art. 40. Fica estabelecida a assinatura eletrônica simples, de que trata a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, para os atos praticados por servidores públicos no âmbito do processo administrativo de fiscalização agropecuária.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

CAPÍTULO VIII

DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA PARA
FRONTEIRAS INTERNACIONAIS – VIGIFRONTEIRAS

Art. 41. Fica instituído, no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, de que trata o art. 28-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da Secretaria de Defesa Agropecuária do Brasil, o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTEIRAS.

Art. 42. O VIGIFRONTEIRAS tem como objetivo estabelecer um sistema integrado de vigilância em defesa agropecuária na faixa de fronteira de todo o território nacional, com a finalidade de:

I - impedir o ingresso em território nacional de substâncias ou agentes biológicos de qualquer natureza, sob qualquer meio de transporte ou difusão, que possam causar danos à produção, processamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários, pesqueiros e florestais;

II – evitar o ingresso em território nacional de produtos agropecuários que não atendam aos padrões de identidade e qualidade ou aos requisitos de segurança higiênico-sanitária e tecnológica exigidos para o consumo;

III - realizar ações de contraterrorismo, impedindo a introdução intencional, em território nacional, de organismos ou substâncias que possam ser utilizadas em qualquer estágio da produção, transformação, industrialização, distribuição ou utilização de produtos agropecuários, com potencial de difundir insegurança no setor, reduzir a produção, aumentar custos, dificultar, restringir ou impedir a comercialização, o consumo e a utilização destes produtos, constituindo ameaça ou causando danos à economia ou à segurança alimentar ; e



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

IV - conter danos, efetivos ou potenciais, causados pela introdução em território nacional de qualquer substância ou agente biológico que importe em risco ou ameaça tratada nos incisos anteriores.

Art. 43. A atuação do VIGIFRONTIERAS pautar-se-á pela integração, produção e difusão de conhecimentos técnico-científicos e pela cooperação entre os órgãos e entidades públicas integrantes das três instâncias do SUASA.

Art. 44. O Poder Executivo federal editará regulamento disciplinando o funcionamento do VIGIFRONTIERAS, no prazo de 90 (noventa) dias contado da data de publicação desta Lei.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45. O Poder Executivo federal editará o regulamento do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária no prazo de cento e vinte dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 46. As penalidades de que trata o Capítulo VI serão aplicadas às infrações previstas na legislação específica e em normas regulamentares de defesa agropecuária e constatadas a partir da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 1º As disposições referentes ao processo administrativo de fiscalização agropecuária previstas no Capítulo VII aplicam-se aos processos pendentes de julgamento a partir da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 2º As penalidades de que trata o art. 27 serão aplicadas às infrações constatadas pela fiscalização agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com fundamento no disposto na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

Art. 47. O art. 1º da Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

“Art. 1º Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea “f” do inciso VI do **caput** do art. 2º da referida Lei.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o **caput** deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017.” (NR)

Art. 48. A Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....

I – os Municípios, os Consórcios Públicos Intermunicipais ou Interestaduais, os Estados e o Distrito Federal, diretamente ou por intermédio de órgãos ou empresas especializadas;

II – as cooperativas agrícolas e as pessoas físicas e jurídicas especializadas na atividade;

.....

Art. 8º A fiscalização da classificação de que trata esta Lei poderá ser executada pelos Municípios, Consórcios Públicos Intermunicipais ou Interestaduais, Estados e o Distrito Federal, mediante delegação de competência do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.” (NR)

Art. 49. As normas gerais contidas no Capítulo II desta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

Art. 50. O Artigo 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29-A

.....

§ 3º Fica instituído o Sistema de Gestão de Serviços de Inspeção – e-SISBI no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para cadastro dos serviços oficiais de inspeção e fiscalização dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais, dos estabelecimentos e dos produtos de origem animal.

§ 4º Os serviços oficiais de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais, devidamente cadastrados no e-SISBI, integram o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA previsto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 5º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento editará norma definindo os objetivos e as metas nacionais de inocuidade e de conformidade dos produtos de origem animal, que deverá ser observada pelos serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais integrantes do SISBI-POA.

§ 6º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento auditará os serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais integrantes do SISBI-POA, com objetivo de verificar a equivalência com o Serviço de Inspeção Federal.

§ 7º Fica autorizado o comércio interestadual dos produtos sob inspeção dos serviços integrantes do SISBI-POA, mediante prévio cadastro dos estabelecimentos e



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

dos produtos no e-SISBI, realizado pelos respectivos serviços de inspeção.” (NR).

Art. 51. O inciso V do artigo 3º do decreto 9.918, de 18 de julho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

V- concessão de selo ARTE - ato de competência dos órgãos de agricultura e pecuária estaduais, distrital e municipais que reconhece e caracteriza o tipo de produto alimentício artesanal conforme características de identidade e qualidade específicas e o seu processo produtivo tipicamente artesanal.

Art. 52. Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934:

- a) o parágrafo único do art. 8º;
- b) o art. 34;
- c) o § 3º do art. 39;
- d) o art. 47;
- e) os § 1º e § 2º do art. 54; e
- f) o art. 64;

II - os art. 6º e art. 7º do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969;

III - a alínea “g” do **caput** do art. 3º do Decreto-Lei nº 917, de 8 de outubro de 1969;

IV - o art. 4º da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974;

V - o art. 7º da Lei nº 6.446, de 5 de outubro de 1977;

VI – os incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII do art. 5º da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980;

VII - o art. 36 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988;



VIII - o art. 2º da Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989;

IX - o art. 9º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994;

X - o art. 9º da Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000;

Natureza da Infração	Classificação dos agentes										
	Pessoa Física		Micro Empreendedor or Individual – MEI ¹		Microempresas – ME ²		Empresas de pequeno porte – EPP ³		Média Empresa ⁴		Demais
	Valores em reais (R\$)										
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
Leve	100,00	250,00	100,00	250,00	500,00	1.500,00	1.000,00	1.500,00	1.500,00	3.000,00	1.500,00
Moderada	251,00	1.000,00	251,00	1.000,00	1.501,00	2.500,00	1.501,00	5.000,00	3.001,00	8.000,00	5.000,00
Grave	1.001,00	5.000,00	1.001,00	2.500,00	2.501,00	5.000,00	5.001,00	10.000,00	8.001,00	20.000,00	15.000,00
Gravíssima	5.001,00	50.000,00	2.501,00	5.000,00	5.001,00	10.000,00	10.001,00	30.000,00	20.001,00	50.000,00	50.000,00

XI - os art. 42 e os incisos I, II, III, IV, V e VI do art. 43 da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003; e

XII - o art. 6º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:

I - sessenta dias após a data de sua publicação, quanto ao disposto no Capítulo IV;

II - noventa dias após a data de sua publicação, quanto ao disposto no art. 29; e

III - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

ANEXO



1 - § 1º do Art. 18-A da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2 - Inciso I do Art. 3º da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3 - Inciso II do Art. 3º da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4 – Segundo classificação do BNDES.



* C D 2 1 6 3 3 7 5 1 9 2 0 *

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado DOMINGOS SÁVIO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.293/2021, da Emenda 1 da CAPADR, da Emenda 2 da CAPADR, da Emenda 3 da CAPADR, da Emenda 4 da CAPADR, da Emenda 6 da CAPADR, da Emenda 7 da CAPADR, da Emenda 8 da CAPADR, da Emenda 9 da CAPADR, da Emenda 10 da CAPADR, da Emenda 14 da CAPADR, da Emenda 15 da CAPADR, da Emenda 18 da CAPADR, da Emenda 24 da CAPADR, da Emenda 25 da CAPADR, da Emenda 26 da CAPADR, da Emenda 27 da CAPADR, da Emenda 29 da CAPADR, da Emenda 30 da CAPADR, da Emenda 31 da CAPADR, da Emenda 32 da CAPADR, da Emenda 37 da CAPADR, da Emenda 44 da CAPADR, da Emenda 49 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 1 da CAPADR, e da Emenda ao Substitutivo 2 da CAPADR, e pela rejeição da Emenda 5 da CAPADR, da Emenda 11 da CAPADR, da Emenda 12 da CAPADR, da Emenda 13 da CAPADR, da Emenda 16 da CAPADR, da Emenda 17 da CAPADR, da Emenda 19 da CAPADR, da Emenda 20 da CAPADR, da Emenda 21 da CAPADR, da Emenda 22 da CAPADR, da Emenda 23 da CAPADR, da Emenda 28 da CAPADR, da Emenda 33 da CAPADR, da Emenda 34 da CAPADR, da Emenda 35 da CAPADR, da Emenda 36 da CAPADR, da Emenda 38 da CAPADR, da Emenda 39 da CAPADR, da Emenda 40 da CAPADR, da Emenda 41 da CAPADR, da Emenda 42 da CAPADR, da Emenda 43 da CAPADR, da Emenda 45 da CAPADR, da Emenda 46 da CAPADR, da Emenda 47 da CAPADR, da Emenda 48 da CAPADR, da Emenda 50 da CAPADR, da Emenda 51 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 3 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 4 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 5 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 6 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 7 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 8 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 9 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 10 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 11 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 12 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 13 da



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214177274800>



CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 14 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 15 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 16 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 17 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 18 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 19 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 20 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 21 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 22 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 23 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 24 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 25 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 26 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 27 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 28 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 29 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 30 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 31 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 32 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 33 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 34 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 35 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 36 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 37 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 38 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 39 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 40 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 41 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 42 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 43 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 44 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 45 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 46 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 47 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 48 da CAPADR, da Emenda ao Substitutivo 49 da CAPADR, e da Emenda ao Substitutivo 50 da CAPADR, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Domingos Sávio, que apresentou complementação de voto, com voto contrário do Deputado Pedro Uczai. O Deputado João Daniel apresentou voto em separado.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Aline Sleutjes - Presidente, Nelson Barbudo, Jose Mario Schreiner e Paulo Bengtson - Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Aroldo Martins, Beto Faro, Celso Maldaner, Clarissa Garotinho, Covatti Filho, Domingos Sávio, Edna Henrique, Emidinho Madeira, Evair Vieira de Melo, Franco Cartafina, Frei Anastacio Ribeiro, General Girão, Heitor Schuch, Herculano Passos, Jerônimo Goergen, Lucio Mosquini, Luiz Nishimori, Mara Rocha, Neri Geller, Olival Marques, Pedro Lupion, Raimundo Costa, Severino Pessoa, Tito, Valmir Assunção, Vermelho, Vilson da Fetaemg, Wilson Santiago, Zé Silva, Zé Vitor, Alcides Rodrigues, Aníbal Gomes, Benes Leocádio, Beto Rosado, Carlos Veras, Célio Moura, Charlles Evangelista, Christino Aureo, Dr. Luiz Ovando, Dra. Soraya Manato, Euclides Pettersen, Fausto Pinato, Felipe Rigoni, Josivaldo Jp, Juarez Costa, Luizão Goulart, Magda Mofatto, Mário Heringer, Maurício Dziedricki, Norma Ayub, Padre João, Pedro Uczai, Pedro Westphalen, Rodrigo Agostinho, Roman, Sergio Souza, Silvia Cristina, Toninho Wandscheer e Zé Carlos.

Sala da Comissão, em 22 de setembro de 2021.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214177274800>



Deputada ALINE SLEUTJES
Presidente

Apresentação: 28/09/2021 14:16 - CAPADR
PAR 1 CAPADR => PL 1293/2021

PAR n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214177274800>



PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTTEIRAS; altera as Leis nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nº 13.996, de 05 de maio de 2020, e nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTTEIRAS; altera as Leis nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nº 13.996, de 05 de maio de 2020, e nº



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Art. 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária, é responsável pela gestão da defesa agropecuária.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - defesa agropecuária: estrutura constituída de normas e ações que integram sistemas públicos e privados, destinada à preservação ou à melhoria da saúde animal, da sanidade vegetal e da inocuidade, da identidade, da qualidade e da segurança de alimentos, insumos e demais produtos agropecuários;

II - fiscalização agropecuária: atividade de controle, supervisão, vigilância, auditoria e inspeção agropecuária, no exercício do poder de polícia administrativa, com finalidade de verificar o cumprimento da legislação;

III - produtos agropecuários: insumos agropecuários, animais, vegetais, seus produtos resultantes da atividade, seus subprodutos, derivados e resíduos que possuam valor econômico;

IV - agente: pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que realiza ou participa, direta ou indiretamente, dos seguintes processos ao longo das cadeias produtivas do setor agropecuário:

a) produção, transporte, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização;

b) importação, exportação, trânsito nacional, trânsito internacional e aduaneiro;

c) transformação e industrialização;

d) diagnóstico, ensino, pesquisa e experimentação; ou

e) prestação de serviços e demais processos.

V – credenciamento: reconhecimento ou habilitação de pessoas físicas ou jurídicas pelo Poder Público, para execução de ações específicas relacionadas à defesa agropecuária;

VI – risco: possibilidade de ocorrência de evento negativo que tenha impacto na saúde humana, na saúde animal, na sanidade vegetal ou na identidade, na qualidade e na segurança dos produtos agropecuários;

VII – análise de risco: processo adotado para identificar, avaliar, administrar

controlar potenciais eventos ou situações de risco advindos de fontes internas ou



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



externas e buscar segurança razoável na consecução dos objetivos da defesa agropecuária, contemplando:

a) avaliação de risco: consiste no processo científico de identificação e caracterização do perigo, avaliação da exposição e caracterização do risco;

b) gerenciamento de risco: consiste na seleção de diretrizes, medidas de prevenção e controle de problemas, baseando-se em conclusões de uma avaliação de risco, em fatores relevantes para a saúde e para a promoção de práticas justas de comércio e na consulta das partes interessadas;

c) comunicação de risco: consiste na troca de informações durante toda a análise de risco, incluindo gestores, avaliadores, indústria, consumidores, academia e outras partes interessadas, a respeito dos perigos, riscos, resultados da avaliação e sobre o gerenciamento para deter o controle;

VIII – autocontrole: capacidade do agente privado de implantar, executar, monitorar, verificar e corrigir procedimentos, processos de produção e distribuição de insumos agropecuários, alimentos e produtos de origem animal ou vegetal, com vistas a garantir sua inocuidade, identidade, qualidade e segurança;

IX – autocorreção: adoção de medidas corretivas pelo agente, diante da detecção de não conformidade, conforme previsto no seu programa de autocontrole, ou por deliberação da sua área responsável pela qualidade;

X - regularização por notificação: adoção de medidas corretivas pelo agente, em decorrência de notificação expedida pela fiscalização agropecuária sobre irregularidade ou não conformidade, observado o prazo estabelecido;

XI – protocolo privado de produção: conjunto de regras e procedimentos estabelecidos no âmbito do setor privado por determinada cadeia produtiva, entidade representativa ou agente, sendo de adesão voluntária, com objetivo de garantir a integridade sanitária dos produtos, e caracterizar ou diferenciar produto ou sistema de produção, observando os atos normativos vigentes;

XII - embaraço à ação fiscalizadora: ação do agente de impedir ou dificultar o acesso ao local ou às informações oficiais e obrigatórias relacionadas à produção e produtos agropecuários, devidamente comprovado pelo auditor fiscal.

Art. 4º O agente deverá garantir que seus produtos e serviços atendam aos requisitos de inocuidade, identidade, qualidade e segurança estabelecidos na legislação da defesa agropecuária.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica a todos os agentes regulados pela legislação da defesa agropecuária, incluindo aqueles fiscalizados pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcio de Municípios.

Art. 5º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais órgãos públicos integrantes do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - SUASA poderão credenciar pessoas jurídicas ou habilitar pessoas físicas para a prestação de serviços técnicos ou operacionais relacionados às atividades de defesa agropecuária.

§ 1º O credenciamento e a habilitação de que trata o caput deste artigo têm o objetivo de assegurar que os serviços técnicos e operacionais prestados estejam em sintonia com o SUASA, não sendo permitido aos credenciados ou habilitados desempenhar atividades próprias da fiscalização agropecuária que exijam o exercício específico de poder de polícia administrativa.

§ 2º Norma específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior, definirá os processos de credenciamento de pessoas jurídicas, os serviços cujos credenciamentos serão obrigatoriamente homologados e as regras específicas para homologação.

§ 3º Norma específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior, definirá os processos de habilitação de pessoas físicas, observando a competência profissional, de acordo com o conhecimento técnico requerido para a etapa, procedimento ou processo que o profissional será habilitado, e as regras específicas para homologação.

Art. 6º Fica instituída a análise de risco como abordagem de ação da defesa agropecuária.

Parágrafo único. As ações de controle e fiscalização desempenhadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento serão mensuradas em conformidade com os critérios de gerenciamento de risco.

Art. 7º São princípios elementares da fiscalização:

I - atuação baseada no gerenciamento de riscos;

II - atuação preventiva, permitindo sempre que possível que eventual

gularidade de natureza leve possa ser sanada antes da atuação do agente;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



III - intervenção subsidiária e excepcional na atividade econômica dos agentes, sendo justificada apenas nas situações de prevalência do interesse público sobre o privado;

IV - orientação pela isonomia, uniformidade e publicidade na relação com o agente da ação fiscalizatória, sendo assegurado o amplo acesso aos processos administrativos em que o estabelecimento for parte interessada;

V - obediência às garantias conferidas pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, sobretudo em relação ao direito à inovação tecnológica, à presunção de boa-fé, entre outros.

CAPÍTULO II

DOS PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE DOS AGENTES PRIVADOS REGULADOS PELA DEFESA AGROPECUÁRIA

Art. 8º Os agentes privados regulados pela legislação da defesa agropecuária desenvolverão programas de autocontrole com o objetivo de garantir a inocuidade, a identidade, a qualidade e a segurança dos seus produtos.

§1º Os agentes privados regulados pela legislação da defesa agropecuária garantirão a implantação, a manutenção, o monitoramento e a verificação dos programas de autocontrole de que trata o caput.

§ 2º Os programas de autocontrole conterão:

I - registros sistematizados e auditáveis do processo produtivo, desde a obtenção e a recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos até a expedição do produto final;

II - previsão de recolhimento de lotes, quando identificadas deficiências ou não conformidades no produto agropecuário que possam causar riscos à segurança do consumidor ou para a saúde animal e a sanidade vegetal; e

III - descrição dos procedimentos de autocorreção.

§ 3º A implementação dos programas de autocontrole de que trata o caput poderá ser certificada por entidade de terceira parte, a critério do agente.

§ 4º O setor produtivo desenvolverá manuais de orientação para elaboração e implementação de programas de autocontrole que será disponibilizado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de registro eletrônico.

§ 5º Os programas de autocontrole são definidos pelo estabelecimento e

tem atender, no mínimo, aos requisitos definidos em legislação, cabendo à fiscalização



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



agropecuária verificar o cumprimento do descrito no programa de autocontrole da empresa.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica compulsoriamente aos agentes da produção primária agropecuária, os quais poderão aderir voluntariamente a programas de autocontrole por meio de protocolo privado de produção.

§ 7º A regulamentação dos programas de autocontrole de que trata o caput deverá levar em consideração o porte dos agentes econômicos e a disponibilização pelo Poder Público de sistema público de informações, de forma a conferir tratamento isonômico a todos os estabelecimentos.

Art. 9º Os programas de autocontrole poderão conter garantias advindas de sistemas de produção com características diferenciadas, com abrangência sobre a totalidade da cadeia produtiva, desde a produção primária agropecuária até o processamento e a expedição do produto final.

§ 1º Quando a diferenciação envolver a produção primária agropecuária, o programa de autocontrole será estabelecido por meio de protocolo privado de produção com a descrição das características do sistema e a modalidade de verificação.

§ 2º Os protocolos privados de que trata o § 1º serão apresentados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicará os protocolos de que trata o § 1º em seu sítio eletrônico.

Art. 10. Compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - estabelecer os requisitos básicos necessários ao desenvolvimento dos programas de autocontrole;

II - editar normas complementares para dispor sobre os requisitos básicos a que se refere o inciso I;

III - definir os procedimentos oficiais de verificação dos programas de autocontrole.

Art. 11. Quando a fiscalização agropecuária ou o programa de autocontrole identificar deficiências ou não conformidades no processo produtivo ou no produto agropecuário que possam causar riscos à segurança do consumidor ou à saúde animal e à sanidade vegetal, fica o agente responsável pelo recolhimento dos lotes produzidos nessa condição, na forma prevista em regulamento.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



CAPÍTULO III

DO PROGRAMA DE INCENTIVO À CONFORMIDADE EM DEFESA AGROPECUÁRIA

Art. 12. Fica instituído o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, com o objetivo de estimular o aperfeiçoamento de sistemas de garantia da qualidade robustos e auditáveis, com vistas à consolidação de um ambiente de confiança recíproca entre o Poder Executivo federal e os agentes regulados, pela via do aumento da transparência.

Parágrafo único. O Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária exigirá do estabelecimento regulado o compartilhamento periódico de dados operacionais e de qualidade com a fiscalização agropecuária, e oferecerá como contrapartida benefícios e incentivos, na forma prevista em regulamento.

Art. 13. São incentivos que devem ser concedidos aos agentes aderentes ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária, além de outros que venham a ser estabelecidos em regulamento:

I – agilidade nas operações de importação e exportação;

II – prioridade na tramitação de processos administrativos junto à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobretudo nos relacionados a atos públicos de liberação da atividade econômica;

III – acesso automático às informações de tramitação dos processos de interesse do estabelecimento;

IV – dispensa de aprovação prévia de atos relacionados a reforma e ampliação do estabelecimento, tendo por base a existência de princípios regulatórios já estabelecidos.

Art. 14. O regulamento do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária estabelecerá:

I - procedimentos para adesão;

II - obrigações para permanência no Programa; e

III - hipóteses de aplicação de advertência, suspensão ou exclusão do Programa.

Parágrafo único. A regulamentação do Programa de Incentivo à

Conformidade em Defesa Agropecuária deverá levar em consideração o porte dos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



agentes econômicos e a disponibilização pelo Poder Público de sistema público de informações, de forma a conferir tratamento isonômico e passível de cumprimento por todos os agentes.

Art. 15. Aos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária fica autorizada a regularização por notificação de que trata o inciso X do caput do art. 3º.

§ 1º O estabelecimento notificado não será autuado, desde que adote as medidas corretivas necessárias e sane a irregularidade ou não conformidade no prazo indicado na notificação.

§ 2º Regulamento disporá sobre as irregularidades ou não conformidades passíveis de regularização por notificação.

Art. 16. Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a adotar sistema de classificação de risco das empresas privadas reguladas, para fins de fiscalização agropecuária, tendo como base o desempenho nos programas de autocontrole e no Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária.

§ 1º Fica vedada qualquer forma de divulgação pública de listas de classificação de risco das empresas reguladas ou a utilização de informações do sistema a que se refere o caput deste artigo para qualquer outra finalidade que não seja a fiscalização agropecuária ou ações de defesa agropecuária.

§ 2º À empresa regulada é facultado o acesso às informações referentes ao seu desempenho e posição no sistema de classificação de risco a que se refere o caput deste artigo.

§ 3º Os critérios para o sistema de classificação de risco a que se refere o caput deverão ser regulamentados e divulgados no prazo mínimo de 6 (seis) meses anterior a sua vigência.

§ 4º A divulgação de listas de classificação de risco ou a utilização indevida de informações do sistema de classificação de risco de que trata este artigo sujeitará o infrator às disposições previstas em lei, sem prejuízo de sanções administrativas e responsabilidade civil, por danos morais, e indenização às empresas prejudicadas.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO DOS ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO DE

ESTABELECIMENTOS E PRODUTOS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



Seção I

Do registro de estabelecimentos

Art. 17. Para registro, cadastro, credenciamento ou qualquer outro ato público de liberação de estabelecimento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, serão exigidos, de acordo com a natureza da atividade, documentos e informações necessários às avaliações técnicas.

§ 1º Fica dispensada a apresentação de documentos e autorizações emitidas por outros órgãos e entidades de governo que não tenham relação com a liberação de estabelecimento de que trata o caput.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibilizará sistema eletrônico para receber as solicitações de registro, cadastro ou credenciamento de estabelecimento no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 18. Estabelecimentos que possuam mais de uma finalidade e que sejam objeto de diferentes normas de defesa agropecuária poderão ter registro único no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma prevista em regulamento.

Seção II

Do registro de produtos

Art. 19. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - incentivará a adoção de procedimento administrativo simplificado, o uso de meios eletrônicos e o estabelecimento de parâmetros e padrões, com vistas à automatização da concessão das solicitações de registro de produtos agropecuários;

II - disponibilizará sistema eletrônico para receber as solicitações de registro de produtos no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Lei.

§ 1º A concessão de registro de produtos que possuam parâmetros ou padrões normatizados será automática.

§ 2º A não observância aos parâmetros ou padrões normatizados, após processo administrativo e garantido o contraditório e ampla defesa ao agente, implicará o cancelamento do registro do produto e a imposição de sanções administrativas.



§ 3º O disposto no caput não se aplica aos produtos regulados pela Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

Art. 20. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá dispor de especialistas para subsidiar a avaliação de registro de produtos, por meio de credenciamento, contratação de pessoa física ou jurídica ou ajustes com instituições de pesquisa públicas ou privadas, na forma prevista em regulamento, assegurada a confidencialidade em relação aos dados e informações sobre os produtos e agentes privados.

Parágrafo único. Todo processo de registro de produtos avaliado por especialistas terá supervisão de um Auditor Fiscal Federal Agropecuário, que será responsável pela aprovação definitiva da concessão do registro.

Art. 21. Produtos que possuam mais de uma finalidade e que sejam objeto de diferentes normas da defesa agropecuária poderão ter registro único no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma prevista em regulamento.

Art. 22. A análise das solicitações de registro de produtos observará a ordem cronológica de apresentação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá priorizar a análise de que trata o caput nas seguintes hipóteses:

- I - necessidade de atendimento aos programas de saúde animal ou fitossanitários;
- II - situações de emergência sanitária ou fitossanitária;
- III - cumprimento de acordos ou exigências internacionais;
- IV - quando caracterizada inovação tecnológica; ou
- V - produção em território nacional de ingrediente ativo.

Seção III

Dos critérios para concessão, isenção e simplificação de registro

Art. 23. Ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá a classificação de risco, as condições, os prazos e os demais critérios para concessão, isenção e simplificação de registro, cadastro, credenciamento ou qualquer



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



outro ato público de liberação, observado o disposto na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e em seu regulamento.

Art. 24. São isentos de registro os insumos agropecuários produzidos ou fabricados pelo produtor rural para uso próprio, vedada a comercialização dos referidos insumos sob qualquer forma.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá, em ato próprio, os insumos agropecuários para os quais a isenção de registro prevista no caput não se aplica, no caso de produtos químicos classificados como agrotóxicos ou produto de uso veterinário.

Seção IV Da rotulagem

Art. 25. A rotulagem dos produtos é responsabilidade do detentor do registro, na forma prevista na legislação.

§ 1º Rótulos de produtos não serão objeto de aprovação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá exigir o depósito de rótulos de produtos em sistema eletrônico, para fins de fiscalização agropecuária.

§ 3º A comercialização de produtos com rotulagem em desacordo com o previsto na legislação caracteriza infração administrativa, sujeita a aplicação de medidas cautelares e a autuação.

CAPÍTULO V DAS MEDIDAS CAUTELARES

Art. 26. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá aplicar as seguintes medidas cautelares, isolada ou cumulativamente, ante a evidência de que uma atividade ou um produto agropecuário represente risco à defesa agropecuária ou à saúde pública ou mediante embargo à ação fiscalizadora:

I - apreensão de produtos;

II - suspensão temporária de atividade, de etapa ou de processo de

ricação de produto; e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



III - destruição ou devolução à origem de animais e vegetais, de seus produtos, resíduos e insumos agropecuários, quando constatada a importação irregular ou a introdução irregular no País.

§ 1º O Auditor Fiscal Federal Agropecuário responsável pela aplicação de medida cautelar deverá comunicar imediatamente a sua chefia imediata.

§ 2º Não será aplicada medida cautelar quando a não conformidade puder ser sanada durante a ação de fiscalização.

§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada imediatamente quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação.

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 27. O agente que incidir em infração prevista na legislação específica e em normas regulamentares de defesa agropecuária ficará sujeito às seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente:

I - advertência;

II - multa;

III - condenação do produto;

IV - suspensão de registro, de cadastro ou de credenciamento;

V - cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento; e

VI - cassação da habilitação de profissional para prestar serviços relacionados à defesa agropecuária.

§ 1º A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tornará públicas as sanções impostas aos infratores da legislação de defesa agropecuária após o seu trânsito em julgado na esfera administrativa.

§ 2º O produto a que se refere o inciso III deste artigo poderá ser objeto de destruição com os custos às expensas do infrator ou objeto de doação a órgãos públicos ou entidades filantrópicas, desde que não ofereça riscos à saúde pública.

Art. 28. O valor da multa de que trata o inciso II do caput do art. 27 será de R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), observadas a classificação do agente infrator e a natureza da infração, conforme Anexo a esta Lei e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



§ 1º No caso de reincidência específica, a pena máxima da referida infração, estabelecida em regulamento e sob teto previsto no caput deste artigo, será aumentada em 10% (dez por cento), para cada nova incidência na mesma infração.

§ 2º Considera-se para fins da caracterização da reincidência específica e, conseqüentemente, para o aumento de pena, o prazo de cinco anos contado do cumprimento ou da extinção da penalidade administrativa.

§ 3º O pagamento voluntário da multa no prazo de vinte dias, contado da data de sua aplicação, sem interposição de recurso, ensejará a redução de vinte por cento de seu valor.

Art. 29. A introdução irregular no País de animais e vegetais, seus produtos, quando praticada por pessoa física, caracterizará infração sujeita a advertência ou multa, cujo valor será estipulado entre R\$ 100,00 (cem reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo único. A introdução irregular no País de insumos agropecuários praticada por pessoa física caracterizará infração de natureza gravíssima sujeita a multa no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 30. Ato do Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento atualizará anualmente os valores das multas de que tratam os art. 28 e art. 29, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 31. As infrações serão graduadas de acordo com o risco para a defesa agropecuária e classificadas em:

- I - infração de natureza leve;
- II - infração de natureza moderada;
- III - infração de natureza grave;
- IV - infração de natureza gravíssima.

Art. 32. Na aplicação das penalidades previstas nesta Lei serão consideradas as circunstâncias agravantes e atenuantes, na forma de regulamento.

Parágrafo Único. Quando uma infração for objeto de enquadramento em mais de um dispositivo, prevalece para aplicação da penalidade o enquadramento mais específico em relação ao mais genérico.

CAPÍTULO VII



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Art. 33. As infrações serão apuradas, a partir da lavratura do auto de infração, por meio de processo administrativo de fiscalização agropecuária.

Art. 34. O auto de infração é o documento hábil para constatação de infração, no que concerne à legislação da defesa agropecuária.

Art. 35. Caberá a interposição de defesa por escrito no prazo de vinte dias contado da data de recebimento do auto de infração, a ser endereçada à Superintendência Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sediada na unidade da federação onde foi constatada a infração.

Parágrafo único. A Superintendência Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento deverá, nos termos do regulamento, julgar e emitir decisão de primeira instância sobre a interposição de defesa de que trata o caput.

Art. 36. Das decisões administrativas de primeira instância caberá a interposição de recurso administrativo no prazo de vinte dias, contado da data de recebimento da notificação.

§ 1º O recurso de que trata o caput será dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

§ 2º Caso a autoridade não reconsidere a sua decisão, encaminhará o recurso à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no prazo de vinte dias, contado da data de seu recebimento, para julgamento em segunda instância.

Art. 37. Da decisão proferida pela Secretaria de Defesa Agropecuária em sede de segunda instância administrativa, caberá recurso no prazo de vinte dias à Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, à qual compete o julgamento do processo administrativo em terceira e última instância.

§ 1º A Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária será composta por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) suplentes, sendo 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) suplentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente do Ministério da Justiça, e 1 (um) membro titular e 1



(um) suplente da Confederação Nacional da Indústria e 1(um) membro titular e 1 (um) suplente da Confederação Nacional da Agricultura.

§ 2º Considerando as decisões reiteradas sobre um mesmo tema, a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária emitirá enunciados que, quando ratificados pelo Secretário de Defesa Agropecuária, vincularão o cumprimento pelas demais instâncias.

§ 3º A penalidade de suspensão de registro, de cadastro ou de credenciamento ou a penalidade de cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento poderá ser convertida em multa, mediante a apresentação de requerimento do infrator e celebração de termo de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

§ 4º Caberá à Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária decidir sobre a conversão das penalidades a que se refere o § 3º em multa.

Art. 38. A interposição tempestiva de recurso terá efeito suspensivo.

Art. 39. A notificação do autuado poderá ser feita por meio eletrônico, desde que a certificação da ciência seja inequívoca.

Art. 40. Fica estabelecida a assinatura eletrônica simples, de que trata a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, para os atos praticados por servidores públicos no âmbito do processo administrativo de fiscalização agropecuária.

CAPÍTULO VIII

DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA PARA FRONTEIRAS INTERNACIONAIS – VIGIFRONTIERAS

Art. 41. Fica instituído, no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, de que trata o art. 28-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da Secretaria de Defesa Agropecuária do Brasil, o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTIERAS.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



Art. 42. O VIGIFRONTIERAS tem como objetivo estabelecer um sistema integrado de vigilância em defesa agropecuária na faixa de fronteira de todo o território nacional, com a finalidade de:

I - impedir o ingresso em território nacional de substâncias ou agentes biológicos de qualquer natureza, sob qualquer meio de transporte ou difusão, que possam causar danos à produção, processamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários, pesqueiros e florestais;

II – evitar o ingresso em território nacional de produtos agropecuários que não atendam aos padrões de identidade e qualidade ou aos requisitos de segurança higiênico-sanitária e tecnológica exigidos para o consumo;

III - realizar ações de contraterrorismo, impedindo a introdução intencional, em território nacional, de organismos ou substâncias que possam ser utilizadas em qualquer estágio da produção, transformação, industrialização, distribuição ou utilização de produtos agropecuários, com potencial de difundir insegurança no setor, reduzir a produção, aumentar custos, dificultar, restringir ou impedir a comercialização, o consumo e a utilização destes produtos, constituindo ameaça ou causando danos à economia ou à segurança alimentar ; e

IV - conter danos, efetivos ou potenciais, causados pela introdução em território nacional de qualquer substância ou agente biológico que importe em risco ou ameaça tratada nos incisos anteriores.

Art. 43. A atuação do VIGIFRONTIERAS pautar-se-á pela integração, produção e difusão de conhecimentos técnico-científicos e pela cooperação entre os órgãos e entidades públicas integrantes das três instâncias do SUASA.

Art. 44. O Poder Executivo federal editará regulamento disciplinando o funcionamento do VIGIFRONTIERAS, no prazo de 90 (noventa) dias contado da data de publicação desta Lei.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45. O Poder Executivo federal editará o regulamento do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária no prazo de cento e vinte dias, contado da data de publicação desta Lei.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



Art. 46. As penalidades de que trata o Capítulo VI serão aplicadas às infrações previstas na legislação específica e em normas regulamentares de defesa agropecuária e constatadas a partir da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 1º As disposições referentes ao processo administrativo de fiscalização agropecuária previstas no Capítulo VII aplicam-se aos processos pendentes de julgamento a partir da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 2º As penalidades de que trata o art. 27 serão aplicadas às infrações constatadas pela fiscalização agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com fundamento no disposto na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

Art. 47. O art. 1º da Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea “f” do inciso VI do caput do art. 2º da referida Lei.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017.” (NR)

Art. 48. A Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....

I – os Municípios, os Consórcios Públicos Intermunicipais ou Interestaduais, os Estados e o Distrito Federal, diretamente ou por intermédio de órgãos ou empresas especializadas;

II – as cooperativas agrícolas e as pessoas físicas e jurídicas especializadas na atividade;

..... (NR)

Art. 8º A fiscalização da classificação de que trata esta Lei poderá ser executada pelos Municípios, Consórcios Públicos Intermunicipais ou



Interestaduais, Estados e o Distrito Federal, mediante delegação de competência do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.” (NR)

Art. 49. As normas gerais contidas no Capítulo II desta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Art. 50. O Artigo 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29-A 29-
A
.....

§ 3º Fica instituído o Sistema de Gestão de Serviços de Inspeção – e-SISBI no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para cadastro dos serviços oficiais de inspeção e fiscalização dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais, dos estabelecimentos e dos produtos de origem animal.

§ 4º Os serviços oficiais de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais, devidamente cadastrados no e-SISBI, integram o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA previsto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 5º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento editará norma definindo os objetivos e as metas nacionais de inocuidade e de conformidade dos produtos de origem animal, que deverá ser observada pelos serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais integrantes do SISBI-POA.

§ 6º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento auditará os serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos consórcios municipais integrantes do SISBI-POA, com objetivo de verificar a equivalência com o Serviço de Inspeção Federal.

§ 7º Fica autorizado o comércio interestadual dos produtos sob inspeção dos serviços integrantes do SISBIPOA, mediante prévio cadastro dos estabelecimentos e dos produtos no e-SISBI, realizado pelos respectivos serviços de inspeção.” (NR).



Art. 51. O inciso V do artigo 3º do decreto 9.918, de 18 de julho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.....
.....

V- concessão de selo ARTE - ato de competência dos órgãos de agricultura e pecuária estaduais, distrital e municipais que reconhece e caracteriza o tipo de produto alimentício artesanal conforme características de identidade e qualidade específicas e o seu processo produtivo tipicamente artesanal.”
(NR).

Art. 52. Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934:

- a) o parágrafo único do art. 8º;
- b) o art. 34;
- c) o § 3º do art. 39;
- d) o art. 47;
- e) os § 1º e § 2º do art. 54; e
- f) o art. 64;

II - os art. 6º e art. 7º do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969;

III - a alínea “g” do caput do art. 3º do Decreto-Lei nº 917, de 8 de outubro de 1969;

IV - o art. 4º da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974;

V - o art. 7º da Lei nº 6.446, de 5 de outubro de 1977;

VI – os incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII do art. 5º da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980;

VII - o art. 36 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988;

VIII - o art. 2º da Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989;

IX - o art. 9º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994;

X - o art. 9º da Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000;

XI - os art. 42 e os incisos I, II, III, IV, V e VI do art. 43 da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003; e

XII - o art. 6º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



- I - sessenta dias após a data de sua publicação, quanto ao disposto no Capítulo IV;
- II - noventa dias após a data de sua publicação, quanto ao disposto no art. 29; e
- III - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Sala da Comissão, em 22 de setembro de 2021.

Deputada ALINE SLEUTJES
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



ANEXO

Natureza da Infração	Classificação dos agentes											
	Pessoa Física		Micro Empreendedor Individual – MEI ¹		Microempresas – ME ²		Empresas de pequeno porte – EPP ³		Média Empresa ⁴		Demais estabelecimentos	
	Valores em reais (R\$)											
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Leve	100,00	250,00	100,00	250,00	500,00	1.500,00	1.000,00	1.500,00	1.500,00	3.000,00	1.500,00	5.000,00
Moderada	251,00	1.000,00	251,00	1.000,00	1.501,00	2.500,00	1.501,00	5.000,00	3.001,00	8.000,00	5.001,00	15.000,00
Grave	1.001,00	5.000,00	1.001,00	2.500,00	2.501,00	5.000,00	5.001,00	10.000,00	8.001,00	20.000,00	15.001,00	50.000,00
Gravíssima	5.001,00	50.000,00	2.501,00	5.000,00	5.001,00	10.000,00	10.001,00	30.000,00	20.001,00	50.000,00	50.001,00	150.000,00

1º do Art. 18-A da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2 - Inciso I do Art. 3º da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3 - Inciso II do Art. 3º da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4 – Segundo classificação do BNDES.





Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aline Sleutjes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219008644900>



Apresentação: 28/09/2021 14:16 - CAPADR
SBT-A 1 CAPADR => PL 1293/2021

SBT-A n.1



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL – CAPADR**

PROJETO DE LEI nº 1293, de 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG)

**VOTO EM SEPARADO
(Do Senhor João Daniel)**

I. RELATÓRIO

O Projeto de Lei Nº 1293/2021, do Poder Executivo, dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções. O Relator é o Dep. Domingos Sávio que vota a favor com Substitutivo e a proposição tramita em regime de prioridade, estando sujeita à apreciação conclusiva das Comissões.





II. VOTO

Entendemos que toda empresa tem (ou deveria ter) programas de autocontrole. O problema é quando o autocontrole, pelo agente privado, assume o lugar da política pública, para fiscalizar ações que extrapolam os limites dos interesses da população, como o que o governo propõe neste cenário institucional em áreas de extrema sensibilidade para a defesa dos consumidores e para a saúde pública.

Neste quadro, o PL está assumidamente pautado nos princípios da Lei da Liberdade Econômica; na presunção da boa-fé do particular, no caso o agronegócio, perante o poder público; e nos pressupostos da intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas. São os três 'pilares morais' da proposição. Não bastasse, o governo garante que o PL visa a 'modernização' das regras de controle sanitário pelo MAPA.

A iniciativa expõe a dimensão da submissão do governo aos interesses do agronegócio. Em tese, o PL sugere novo modelo de fiscalização agropecuária baseado em programas de autocontrole pelos agentes privados de ponta a ponta das cadeias produtivas do setor. Destacamos que a proposição alcança, também, o segmento dos agrotóxicos.

Na Exposição de Motivos, consta como um dos argumentos para o PL que a "expansão progressiva do agronegócio brasileiro, ocorrida nas últimas quatro décadas, vem impondo maior demanda por parte do Estado na execução das práticas de controle e fiscalização agropecuária". É notório que a capacidade da "máquina pública" em manter ou ampliar a prestação desses serviços encontra-se limitada, o que exige uma revisão do teto de gastos e um aumento obrigatório, progressivo e continuado dos investimentos públicos nas ações típicas de Estado, atendendo às demandas sociais e o controle das atividades que tragam consequências para o público, como é o caso da fiscalização das atividades agropecuárias.

Segundo o PL, a implementação dos programas de autocontrole poderá ser certificada, não pelo poder público, mas por entidade de terceira parte, a critério do agente, cabendo ao MAPA, conjuntamente com o setor produtivo, desenvolver manuais de orientação para elaboração e implementação dos programas de autocontrole, considerando a "obediência





da fiscalização as garantias conferidas pela Lei no 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei da Liberdade Econômica)”.
VTS n.1

Para não dizer que o MAPA estará totalmente alijado, o PL define as atribuições do Ministério: a) estabelecer os requisitos básicos necessários ao desenvolvimento dos programas de autocontrole; b) editar normas complementares para dispor sobre os requisitos básicos a que se refere o inciso I; c) definir os procedimentos oficiais de verificação dos programas de autocontrole.

Junto ao programa de autocontrole, o PL cria o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária. Ou seja, além de delegar ao agente privado a regulação do SUASA o governo ainda prevê incentivos para que cumpram o que eles próprios determinem.

No art. 17, o PL dispensa a apresentação de documentos e autorizações emitidas por outros órgãos e entidades de governo que não tenham relação com a liberação de estabelecimento, permitindo, assim, que o empreendimento que destruiu o meio ambiente; está negativado na Receita Federal ou tem autuação por trabalho análogo ao trabalho escravo, possa ser liberado.

O Substitutivo do Relator mantém a essência do projeto original acrescentado outras como o capítulo que estabelece a criação do Programa Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – Vigia fronteira, de modo a assegurar com clareza a função do MAPA na garantia de que o Brasil esteja protegido do ingresso de alimentos ou produtos de origem animal ou vegetal que possam representar risco à saúde pública ou à saúde de animais e vegetais no território nacional.

O Art. 26 do Substitutivo elenca as medidas cautelares que o MAPA poderá aplicar ante a evidência de que uma atividade ou um produto agropecuário represente risco à defesa agropecuária, à saúde pública ou mediante embargo a ação fiscalizadora. Inclui: apreensão de produtos; suspensão temporária de atividade; destruição ou devolução à origem de animais e vegetais, de seus produtos, resíduos e insumos agropecuários, quando constatada a importação irregular ou a introdução irregular no País.

Mas, aí, vale lembrar que os estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade estarão com direito à regularização por notificação onde o estabelecimento notificado não será autuado, desde





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOÃO DANIEL PT/SE

que adote as medidas corretivas necessárias e sane a irregularidade ou não conformidade no prazo indicado na notificação.

Considerando estas questões e outras mais que poderíamos elencar, o nosso voto é contra o Projeto de Lei e o seu Substitutivo.

Sala da Comissão, 21 de setembro de 2021.

João Daniel

Deputado Federal – PT/SE

Apresentação: 21/09/2021 12:32 - CAPADR
VTS 1 CAPADR => PL 1293/2021
VTS n.1



Câmara dos Deputados | Anexo IV – 6º andar - Gabinete 605 - 70160900 - Brasília DF
Tel: (61) 3215-5605 - Fax: (61) 3215-2605 | E-mail: dep.joaodaniel@camara.gov.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Daniel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216964786900>

4





COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se aos arts. 20 e 26 do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural a seguinte redação:

"Art. 20. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá dispor de especialistas para subsidiar a avaliação de registro de produtos, por meio de credenciamento, contratação de pessoa física ou jurídica ou ajustes com instituições de pesquisa públicas ou privadas, na forma prevista em regulamento, assegurada a confidencialidade em relação aos dados e informações sobre os produtos e agentes privados.

Parágrafo único. Todo processo de registro de produtos avaliado por especialistas terá supervisão de um Auditor Fiscal Federal Agropecuário **ou um Técnico de Fiscalização Federal Agropecuária, que será responsável** pela aprovação definitiva da concessão do registro.

Art. 26. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá aplicar as seguintes medidas cautelares, isolada ou cumulativamente, ante a evidência de que uma atividade ou um produto agropecuário represente risco à defesa agropecuária, à saúde pública ou mediante embaraço a ação fiscalizadora:

- I - apreensão de produtos;
- II - suspensão temporária de atividade, de etapa ou de processo de fabricação de produto; e
- III - destruição ou devolução à origem de animais e vegetais, de seus produtos, resíduos e insumos agropecuários, quando constatada a importação irregular ou a introdução irregular no País.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

§ 1º O Auditor Fiscal Federal Agropecuário ou o Técnico de Fiscalização Federal Agropecuária responsável pela aplicação de medida cautelar deverá comunicar imediatamente a sua chefia imediata.

§ 2º Não será aplicada medida cautelar quando a não conformidade puder ser sanada durante a ação de fiscalização.

§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada imediatamente quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação."

JUSTIFICAÇÃO

Da análise do PL 1.293/21, verifica-se que a redação atual conferida ao art. 20 e 26, nos respectivo parágrafo único e parágrafo primeiro, o respeitável relator deixou de atender uma das categorias que hoje atua e ajuda na auditoria federal agropecuária, os **Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária**, que no artigo 48 na Lei 13.324 de julho de 2016, enumera-se as atribuições do cargo:

"Art. 48. As atribuições dos cargos a que se refere o art. 47, respeitados os limites da formação profissional exigida para o cargo e as atribuições privativas de outros cargos, são as seguintes:

I - Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal: atribuições de natureza especializada, de nível intermediário, de execução de atividade técnico-operacional de fiscalização federal agropecuária, relacionadas à sanidade das populações animais, à saúde dos rebanhos animais, à idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, à identidade e à segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, em especial as atividades técnico-especializadas destinadas à fiscalização federal agropecuária, envolvendo a orientação e a execução qualificada, relativas à inspeção, à fiscalização, ao controle e à classificação de produtos de origem animal;

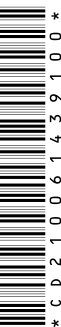
II - Agente de Atividades Agropecuárias: atribuições de natureza especializada, de nível intermediário, de execução de atividades técnico-operacionais de fiscalização e inspeção federal agropecuária, relacionadas à sanidade das populações vegetais, à saúde dos rebanhos animais, à idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, à identidade e à segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, em especial as atividades técnico-especializadas destinadas



Deputado **Gonzaga Patriota**
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gonzaga Patriota
Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 430
70.160.900 Brasília-DF

E-mail: dep.gonzagapatriota@camara.gov.br

Telefones: (61) 3215-5430
(61) 3215-3430
(61) 3215-2430





à fiscalização federal agropecuária, envolvendo a orientação e a execução qualificada, relativas à inspeção, à fiscalização, ao controle e à classificação de produtos de origem vegetal;

III - Técnico de Laboratório: atribuições de nível intermediário, de natureza especializada, cabendo a execução de atividades técnicas nos laboratórios da rede oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, relacionadas à sanidade das populações vegetais, à saúde dos rebanhos animais, à idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, à identidade e à segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, em especial as atividades de natureza laboratorial envolvendo a realização de ensaios e análises físico-químicas, bioquímicas, químicas, bromatológicas, bacteriológicas, bacterioscópicas e microbiológicas, em especial as atividades técnicas necessárias ao exercício da inspeção, da fiscalização, do controle e da classificação de produtos de origem animal e vegetal e da verificação e preservação da sanidade animal e vegetal;

IV- Auxiliar de Laboratório: desempenho de atividades operacionais auxiliares relacionadas às rotinas da rede oficial de laboratórios, necessárias ao exercício da inspeção, da fiscalização e da classificação de produtos de origem animal e vegetal e da verificação e preservação da sanidade animal e vegetal, respeitadas as atribuições privativas de outros cargos;

V- Auxiliar Operacional em Agropecuária: desempenho de atividades auxiliares em trabalhos agropecuários simples, sob supervisão, envolvendo tarefas relacionadas ao exercício da inspeção, da fiscalização, da classificação e do controle de produtos de origem animal e vegetal e da verificação e preservação da sanidade animal e vegetal, respeitadas as atribuições privativas de outros cargos.

Parágrafo único. As atribuições e atividades específicas dos cargos do PCTAF serão disciplinadas em regulamento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

....."

A presente emenda reafirma a garantia de direitos assegurados por legislações específicas, como a Lei 13.324 de julho de 2016 aos **Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária**.

Sala da Comissão, em 05 de outubro de 2021.

Deputado GONZAGA PATRIOTA
PSB/PE

Apresentação: 05/10/2021 16:55 - CFT
EMC 1 CFT => PL 1293/2021

EMC n.1



Deputado Gonzaga Patriota

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gonzaga Patriota

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 430

70.160.900

Brasília-DF

E-mail: dep.gonzagapatriota@camara.gov.br

Telefones: (61) 3215-5430

(61) 3215-3430

(61) 3215-2430

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/> CN210161239100



* C D 2 1 0 0 6 1 4 3 9 1 0 0 *



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao § 1º Inciso III do Art. 22, do PL 1.293 de 2021, a seguinte redação:

CAPÍTULO V DAS MEDIDAS CAUTELARES

Art. 22. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá aplicar as seguintes medidas cautelares, isolada ou cumulativamente, ante a evidência ou suspeita de que uma atividade ou um produto agropecuário represente risco à defesa agropecuária:

- I - apreensão de produtos;
- II - suspensão temporária de atividade, de etapa ou de processo de fabricação de produto; e
- III - destruição ou devolução à origem de animais e vegetais, de seus produtos, resíduos e insumos agropecuários, quando constatada a importação irregular ou a introdução irregular no País.

§ 1º O Auditor Fiscal Federal Agropecuário **ou um Técnico de Fiscalização Federal Agropecuária**, que será responsável pela aplicação de medida cautelar deverá comunicar imediatamente a sua chefia imediata.

§ 2º Não será aplicada medida cautelar quando a não conformidade puder ser sanada durante a ação de fiscalização.

§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada imediatamente quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação.





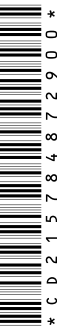
JUSTIFICAÇÃO

Da análise do PL 1.293/21, verifica-se que a redação atual conferida ao **§ 1º Inciso III do Art. 22**, não está sendo atendida uma das categorias que hoje atua e ajuda na auditoria federal agropecuária, os **Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária**, que no artigo 48 na Lei 13.324 de julho de 2016, enumera-se as atribuições do cargo:

"Art. 48. As atribuições dos cargos a que se refere o art. 47, respeitados os limites da formação profissional exigida para o cargo e as atribuições privativas de outros cargos, são as seguintes:

I - Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal: atribuições de natureza especializada, de nível intermediário, de execução de atividade técnico-operacional de fiscalização federal agropecuária, relacionadas à sanidade das populações animais, à saúde dos rebanhos animais, à idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, à identidade e à segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, em especial as atividades técnico-especializadas destinadas à fiscalização federal agropecuária, envolvendo a orientação e a execução qualificada, relativas à inspeção, à fiscalização, ao controle e à classificação de produtos de origem animal;

II - Agente de Atividades Agropecuárias: atribuições de natureza especializada, de nível intermediário, de execução de atividades técnico-operacionais de fiscalização e inspeção federal agropecuária, relacionadas à sanidade das populações vegetais, à saúde dos rebanhos animais, à idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, à identidade e à segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, em especial as atividades técnico-especializadas destinadas à fiscalização federal agropecuária, envolvendo a orientação e a execução qualificada, relativas à inspeção, à fiscalização, ao controle e à classificação de produtos de origem vegetal;





III - Técnico de Laboratório: atribuições de nível intermediário, de natureza especializada, cabendo a execução de atividades técnicas nos laboratórios da rede oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, relacionadas à sanidade das populações vegetais, à saúde dos rebanhos animais, à idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, à identidade e à segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, em especial as atividades de natureza laboratorial envolvendo a realização de ensaios e análises físico-químicas, bioquímicas, químicas, bromatológicas, bacteriológicas, bacterioscópicas e microbiológicas, em especial as atividades técnicas necessárias ao exercício da inspeção, da fiscalização, do controle e da classificação de produtos de origem animal e vegetal e da verificação e preservação da sanidade animal e vegetal;

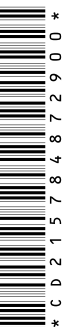
IV- Auxiliar de Laboratório: desempenho de atividades operacionais auxiliares relacionadas às rotinas da rede oficial de laboratórios, necessárias ao exercício da inspeção, da fiscalização e da classificação de produtos de origem animal e vegetal e da verificação e preservação da sanidade animal e vegetal, respeitadas as atribuições privativas de outros cargos;

V- Auxiliar Operacional em Agropecuária: desempenho de atividades auxiliares em trabalhos agropecuários simples, sob supervisão, envolvendo tarefas relacionadas ao exercício da inspeção, da fiscalização, da classificação e do controle de produtos de origem animal e vegetal e da verificação e preservação da sanidade animal e vegetal, respeitadas as atribuições privativas de outros cargos.

Parágrafo único. As atribuições e atividades específicas dos cargos do PCTAF serão disciplinadas em regulamento.

....."

A presente emenda reafirma a garantia de direitos assegurados por legislações específicas, como a Lei 13.324 de julho de 2016 aos **Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária**.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

Sala da Comissão, em 06 de outubro de 2021.

Deputado GONZAGA PATRIOTA
PSB/PE

Apresentação: 06/10/2021 16:56 - CFT
EMC 2 CFT => PL 1293/2021

EMC n.2



Deputado Gonzaga Patriota
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gonzaga Patriota
Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 430
70.160.900 Brasília-DF

E-mail: dep.gonzagapatriota@camara.gov.br

Telefones: (61) 3215-5430
(61) 3215-3430
(61) 3215-2430



* C D 2 1 5 7 8 4 8 7 2 9 0 0 *



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se aos arts. 15 e 22 do Projeto de Lei nº 1.293/2021 a seguinte redação:

"**Art. 15.** O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá dispor de especialistas para subsidiar a avaliação de registro de produtos, por meio de credenciamento, contratação de pessoa física ou jurídica ou ajustes com instituições de pesquisa públicas ou privadas, na forma prevista em regulamento, assegurada a confidencialidade em relação aos dados e informações sobre os produtos e agentes privados.

Parágrafo único. Todo processo de registro de produtos avaliado por especialistas terá supervisão de um Auditor Fiscal Federal Agropecuário **ou um Técnico de Fiscalização Federal Agropecuária, que será responsável** pela aprovação definitiva da concessão do registro.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 06/10/2021 17:39 - CFT
EMC 3 CFT => PL 1293/2021

EMC n.3

Art. 22. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá aplicar as seguintes medidas cautelares, isolada ou cumulativamente, ante a evidência de que uma atividade ou um produto agropecuário represente risco à defesa agropecuária, à saúde pública ou mediante embaraço a ação fiscalizadora:

I - apreensão de produtos;

II - suspensão temporária de atividade, de etapa ou de processo de fabricação de produto; e

III - destruição ou devolução à origem de animais e vegetais, de seus produtos, resíduos e insumos agropecuários, quando constatada a importação irregular ou a introdução irregular no País.

§ 1º O Auditor Fiscal Federal Agropecuário **ou o Técnico de Fiscalização Federal Agropecuária responsável** pela aplicação de medida cautelar deverá comunicar imediatamente a sua chefia imediata.

§ 2º Não será aplicada medida cautelar quando a não conformidade puder ser sanada durante a ação de fiscalização.

§ 3º A medida cautelar deverá ser cancelada imediatamente quando for comprovada a resolução da não conformidade que deu causa à sua aplicação."

JUSTIFICAÇÃO

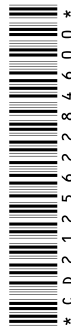
Da análise do PL 1.293/21, verifica-se que a redação atual conferida ao art. 15 e 22, nos respectivo parágrafo único e parágrafo primeiro, o respeitável relator deixou de atender uma das categorias que hoje atua e ajuda na auditoria federal agropecuária, os **Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária**, que no artigo 48 na Lei 13.324 de julho de 2016, enumera-se as atribuições do cargo:

"Art. 48. As atribuições dos cargos a que se refere o art. 47, respeitados os limites da formação profissional exigida para o cargo e as atribuições privativas de outros cargos, são as seguintes:

I - Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal: atribuições de natureza especializada, de nível intermediário,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elias Vaz
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212562284600>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

de execução de atividade técnico-operacional de fiscalização federal agropecuária, relacionadas à sanidade das populações animais, à saúde dos rebanhos animais, à idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, à identidade e à segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, em especial as atividades técnico-especializadas destinadas à fiscalização federal agropecuária, envolvendo a orientação e a execução qualificada, relativas à inspeção, à fiscalização, ao controle e à classificação de produtos de origem animal;

II - Agente de Atividades Agropecuárias: atribuições de natureza especializada, de nível intermediário, de execução de atividades técnico-operacionais de fiscalização e inspeção federal agropecuária, relacionadas à sanidade das populações vegetais, à saúde dos rebanhos animais, à idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, à identidade e à segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, em especial as atividades técnico-especializadas destinadas à fiscalização federal agropecuária, envolvendo a orientação e a execução qualificada, relativas à inspeção, à fiscalização, ao controle e à classificação de produtos de origem vegetal;

III - Técnico de Laboratório: atribuições de nível intermediário, de natureza especializada, cabendo a execução de atividades técnicas nos laboratórios da rede oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, relacionadas à sanidade das populações vegetais, à saúde dos rebanhos animais, à idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, à identidade e à segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, em especial as atividades de natureza laboratorial envolvendo a realização de ensaios e análises físico-químicas, bioquímicas, químicas, bromatológicas, bacteriológicas,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elias Vaz
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212562284600>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

bacterioscópicas e microbiológicas, em especial as atividades técnicas necessárias ao exercício da inspeção, da fiscalização, do controle e da classificação de produtos de origem animal e vegetal e da verificação e preservação da sanidade animal e vegetal;

IV- Auxiliar de Laboratório: desempenho de atividades operacionais auxiliares relacionadas às rotinas da rede oficial de laboratórios, necessárias ao exercício da inspeção, da fiscalização e da classificação de produtos de origem animal e vegetal e da verificação e preservação da sanidade animal e vegetal, respeitadas as atribuições privativas de outros cargos;

V- Auxiliar Operacional em Agropecuária: desempenho de atividades auxiliares em trabalhos agropecuários simples, sob supervisão, envolvendo tarefas relacionadas ao exercício da inspeção, da fiscalização, da classificação e do controle de produtos de origem animal e vegetal e da verificação e preservação da sanidade animal e vegetal, respeitadas as atribuições privativas de outros cargos.

Parágrafo único. As atribuições e atividades específicas dos cargos do PCTAF serão disciplinadas em regulamento.

....."

A presente emenda reafirma a garantia de direitos assegurados por legislações específicas, como a Lei 13.324 de julho de 2016 aos **Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária**.

Sala das Sessões, em de outubro de 2021.

ELIAS VAZ

Deputado Federal – PSB/GO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elias Vaz
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212562284600>



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado CHRISTINO AUREO

I - RELATÓRIO

O projeto em análise, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Segundo a justificativa do Autor, dada a expansão do agronegócio brasileiro, ocorrida nas últimas décadas, é cada vez maior a demanda por serviços de fiscalização e controle, ao mesmo tempo em que o



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213354496400>

governo tem tido dificuldade em expandir sua capacidade de prestação de serviços.

Nesse sentido, o objetivo do projeto é promover alterações na legislação de modo a fomentar a atuação dos órgãos públicos com base em fatores de risco, de forma a atingir maiores índices de eficiência. Para a consecução desses objetivos, propõe-se:

a) o estabelecimento da obrigatoriedade de adoção de programas de autocontrole pelos agentes regulados pela legislação da defesa agropecuária;

b) a instituição do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária para tratar da organização e dos procedimentos aplicados pela defesa agropecuária;

c) a modernização das regras de controle sanitário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

d) a atualização do valor pecuniário das multas aplicadas em decorrência da constatação de infrações durante a fiscalização agropecuária.

O projeto tramita em regime de prioridade (art. 151, II, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24 II), tendo sido distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); Finanças e Tributação (CFT); e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nessa ordem.

A matéria foi aprovada na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com Substitutivo, que promove diversas alterações em relação ao projeto original, com destaque para a criação do Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTIERS. Além disso, o texto autoriza o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a prorrogar até 239 contratos por tempo determinado de médico veterinário.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito.



Transcorrido o prazo regimental, o projeto recebeu três emendas nesta Comissão, todas objetivando resguardar as prerrogativas dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação far-se-á por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflita com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Da análise do projeto, observa-se que este contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão imediata direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Ainda que se argumente que o projeto pode demandar algum tipo de dispêndio por parte do governo federal, o projeto não atribui dados objetivos para a execução, cabendo ao Poder Executivo tão somente adotar iniciativas adequadas à sua capacidade de comprometimento orçamentário e financeiro. Sendo assim, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou de



despesa pública estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Com relação às emendas apresentadas ao projeto na CAPADR, merecem especial análise as propostas de prorrogação dos contratos de trabalho por tempo determinado de médicos veterinários no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Emendas 1, 2, 3 e 4). Embora se trate de prorrogação de contratos já existentes, a medida produz efeitos financeiros similares à contratação, pelo que se faz necessário avaliar a legislação aplicável a essa modalidade de gasto.

As contratações que geram despesas com pessoal são objeto de disciplinamento por diversos diplomas legais, com destaque para a Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Como regra geral, a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No que se refere à contratação de pessoal por tempo determinado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 – LDO 2021 (Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020) dispõe:

“Art. 110. Para atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observados as disposições do inciso I do referido parágrafo, os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e as condições estabelecidas no art. 107 desta Lei, ficam autorizados:

...

III - a contratação de pessoal por tempo determinado, quando caracterizar substituição de servidores e empregados públicos, desde que comprovada a disponibilidade orçamentária,” (grifos nossos)

Depreende-se do texto que a contratação de pessoal por tempo determinado, assim como a respectiva prorrogação, está dispensada de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, porém, depende da



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213354496400>

comprovação da disponibilidade orçamentária. Esse requisito, contudo, não ficou demonstrado nas emendas da CAPADR 1, 2, 3 e 4, bem como na Emenda ao Substitutivo da CAPADR 28 e, finalmente, no Substitutivo adotado pela CAPADR.

O art. 109, § 2º, II, da LDO 2021, ao tratar de gastos com pessoal de forma abrangente, estabelece, por sua vez, que:

“Art. 109. As proposições legislativas relacionadas ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhadas de:

.....

§ 2º As proposições legislativas previstas neste artigo e as Leis delas decorrentes:

.....

II - deverão conter cláusula suspensiva de sua eficácia até constar autorização em anexo específico à Lei Orçamentária, correspondente ao exercício em que entrarem em vigor, e a despesa não será autorizada enquanto não for publicada a Lei Orçamentária com a autorização e a dotação suficiente ou a sua alteração.”
(grifos nossos)

Portanto, visando corrigir esse aspecto que pode ensejar a inadequação orçamentária e financeira de todo o Substitutivo adotado pela CAPADR, estamos apresentando a Subemenda em anexo, propondo nova redação ao art. 47, que trata da prorrogação dos contratos de pessoal no âmbito do Mapa, estabelecendo cláusula suspensiva de sua eficácia, até que sejam solucionadas todas as pendências orçamentárias, nos termos do art. 109, § 2º, II, da Lei nº 14.116, de 2020.

Com relação às emendas 1, 2 e 3, apresentadas na CFT, verifica-se que tratam de questões normativas, sem repercussão sobre as receitas ou despesas públicas federais. No entanto, essas emendas, que visam atribuir funções ao Técnico de Fiscalização Federal Agropecuária, embora louváveis, não se enquadram nos campos temáticos ou áreas de atividades de competência desta CFT (RICD, art. 32, X).

Em face do exposto, voto:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213354496400>



I - pela não implicação financeira ou orçamentária em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária:

- a) do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021;
- b) das emendas nº 1, 2 e 3, apresentadas nesta CFT;
- c) das emendas nº 5 a 51, apresentadas ao Projeto de Lei na CAPADR;
- d) das emendas ao Substitutivo nº 1 a 27 e 29 a 50, apresentadas na CAPADR; e
- e) do Substitutivo adotado na CAPADR, com a Subemenda em anexo;

II - pela inadequação orçamentária e financeira:

- a) das emendas nº 1, 2, 3 e 4, apresentadas ao Projeto na CAPADR; e
 - b) da Emenda ao Substitutivo nº 28, apresentada na CAPADR;
- e

III - no mérito, pela aprovação da matéria nos termos do Substitutivo adotado na CAPADR, com a Subemenda em anexo, e pela rejeição das emendas nº 1, 2 e 3 apresentadas nesta CFT.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado CHRISTINO AUREO
Relator

2021-17427



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213354496400>



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – Vigifronteiras; altera a Lei nº 13.996, de 05 de maio de 2020; altera a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

SUBEMENDA DE ADEQUAÇÃO

Dê-se ao art. 47 do Substitutivo a seguinte redação:

Art. 47. O art. 1º da Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea “f” do inciso VI do caput do art. 2º da referida Lei.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213354496400>



§ 1º A prorrogação de que trata o caput deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017.

§ 2º A prorrogação de que trata o caput deste artigo não será autorizada enquanto não for publicada a lei orçamentária com a autorização e a dotação suficiente ou a sua alteração, nos termos do art. 109, § 2º, II, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020.”

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado CHRISTINO AUREO
Relator

2021-17427



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christino Aureo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213354496400>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.293/2021; das Emendas apresentadas na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51 de 2021; das Emendas ao Substitutivo da CAPADR nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50 de 2021, e das Emendas apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação nºs 1, 2 e 3 de 2021, e pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas apresentadas na CAPADR nºs 1, 2, 3 e 4 de 2021, e da Emenda ao Substitutivo da CAPADR nº 28 de 2021; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.293/2021, na forma do Substitutivo adotado pela CAPADR, com subemenda, e pela rejeição das Emendas apresentadas na CFT nºs 1, 2, 3 de 2021 do Projeto de Lei nº 1.293/2021, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Christino Aureo.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Júlio Cesar - Presidente, Sidney Leite e Alê Silva - Vice-Presidentes, Alexis Fonteyne, Capitão Alberto Neto, Fábio Mitidieri, Gilberto Abramo, Osires Damaso, Sanderson, Tia Eron, Vicentinho Júnior, Christino Aureo, Edilázio Júnior, Elias Vaz, Evair Vieira de Melo, Guiga Peixoto, Jerônimo Goergen, Kim Katagui, Luis Miranda, Margarete Coelho, Merlong Solano, Paulo Ganime, Reginaldo Lopes, Ricardo Barros, Vermelho, Vitor Lippi e Zé Neto.

Sala da Comissão, em 3 de novembro de 2021.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Júlio Cesar

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210880068200>



Deputado JÚLIO CESAR
Presidente

Apresentação: 03/11/2021 15:56 - CFT
PAR 1 CFT => PL 1293/2021

PAR n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Júlio Cesar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210880068200>





**SUBEMENDA ADOTADA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE
AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO
RURAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021**

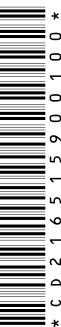
Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – Vigifronteiras; altera a Lei nº 13.996, de 05 de maio de 2020; altera a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

SUBEMENDA DE ADEQUAÇÃO

Dê-se ao art. 47 do Substitutivo a seguinte redação:

Art. 47. O art. 1º da Lei nº 13.996, de 5 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorizado a prorrogar por 6 (seis) anos, além do limite estabelecido no inciso I do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 239 (duzentos e trinta e nove) contratos por tempo determinado de médico veterinário, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento na alínea “f” do inciso VI do caput do art. 2º da referida Lei.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

§ 1º A prorrogação de que trata o caput deste artigo é aplicável aos contratos firmados a partir de 20 de novembro de 2017.

§ 2º A prorrogação de que trata o caput deste artigo não será autorizada enquanto não for publicada a lei orçamentária com a autorização e a dotação suficiente ou a sua alteração, nos termos do art. 109, § 2º, II, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020.”

Sala das Comissões, em 03 de novembro de 2021.

Deputado **JÚLIO CESAR**
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Júlio Cesar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216515900100>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Adolfo Viana-PSDB/BA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 36 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 36.

Parágrafo único. Na notificação deverá constar, de forma objetiva, a irregularidade ou a não conformidade apontada em cada caso específico, bem como a devida orientação para saná-la, para fins da regularização de que trata o art. 12.”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que apresentamos visa a dar maior eficácia ao instrumento da regularização por notificação dos estabelecimentos que aderirem ao Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária,



Assinado eletronicamente pelo(a) Deputado(a) Adolfo Viana
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211468615000>
Câmara dos Deputados-Anexo IV-Gabinete 911
Contato: 61-3215-59-11 / dep. Adolfoviana@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Adolfo Viana-PSDB/BA

na medida em que sejam descritas objetivamente na notificação as irregularidades ou não conformidades apontadas, bem como, de forma clara, as orientações para a sua devida regularização.

Sem dúvidas, o aperfeiçoamento que propomos para proposição beneficiará substancialmente os agentes privados regulados e impactará positivamente o setor agropecuário.

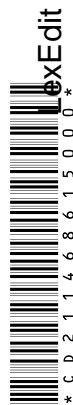
Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado ADOLFO VIANA

2021-18991



Assinado eletronicamente pelo(a) Deputado(a) Adolfo Viana
Para verificar a assinatura, acesse <https://info.leg.br/legis/legisautenticidade/assinatura/camara/leg.br/CD211468615000>
Câmara dos Deputados-Anexo IV-Gabinete 911
Contato: 61-3215-59-11 / dep. Adolfoviana@camara.leg.br



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.293 de 2021, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Colhe-se da justificativa da proposição que, diante da expansão progressiva do agronegócio brasileiro, ocorrida nas últimas quatro décadas, vem-se impondo maior demanda na execução das práticas de controle e fiscalização agropecuária por parte do Estado e que a capacidade da “máquina pública” em manter ou ampliar a prestação desses serviços encontra-



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214953312100>



se limitada, pois isso está vinculado obrigatoriamente ao aumento progressivo e continuado dos gastos públicos, de forma que, caso não haja mudança no cenário, a tendência desta situação é de agravamento.

Nesse sentido, para enfrentar o problema, argumentou ser imprescindível promover alteração na legislação vigente, a fim de conferir nova configuração ao modelo de fiscalização agropecuária, a partir dos seguintes pilares:

- estabelecimento da obrigatoriedade de adoção de programas de autocontrole pelos agentes regulados pela legislação da defesa agropecuária;
- instituição do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária para tratar da organização e dos procedimentos aplicados pela defesa agropecuária;
- modernização das regras de controle sanitário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (ex.: registro de estabelecimento agropecuários) que impactam na expedição de ato público de liberação de atividade econômica no segmento agropecuário, considerando o grau de risco sanitário envolvido; e
- atualização do valor pecuniário das multas aplicadas em decorrência da constatação de infrações durante a fiscalização agropecuária, atendendo, assim, as recomendações dos Órgãos de Controle, e fortalecendo as medidas coercitivas e educativas em desfavor dos transgressores da legislação sanitária.

Por fim, registrou que o projeto é resultado de ampla discussão setorial e que há grande expectativa do segmento agropecuário, havendo ampla aceitação por parte das entidades fiscalizadas pela Secretaria de Defesa Agropecuária. Além disso, salientou que há consenso do setor público e privado sobre a necessidade de atualização da legislação sanitária para prover maior autonomia e responsabilização aos fabricantes de insumos e de produtos agropecuários, e, concomitantemente, permitir que o Estado direcione as ações



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214953312100>



de controle e fiscalização para as atividades de maior risco. Nesse sentido, concluiu que “a apresentação deste Projeto de Lei é a principal medida para que esta nova forma de relação entre fiscalizador e fiscalizado de fato se concretize, atendendo aos anseios de toda sociedade”.

A proposição tramita em regime de prioridade, a teor do art. 151, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), e está sujeita à apreciação Conclusiva pelas Comissões (RICD, art. 24, II), tendo sido despachada à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para parecer de mérito, à Comissão de Finanças e Tributação, para análise do mérito e da adequação financeira e orçamentária da matéria, e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) foram apresentadas 51 emendas ao projeto, tendo o parecer concluído pela aprovação do PL nº 1.293, de 2021, e das emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 18, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 37 e 44, na forma do substitutivo que apresentou; e pela rejeição das emendas de nº 5, 11, 12, 13, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50 e 51. O Substitutivo da CAPADR promove diversas alterações no projeto original, com destaque para a criação do Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTTEIRAS.

A Comissão de Finanças e Tributação, por sua vez, registrou que o projeto contempla matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão imediata direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Nesse sentido, votou pela não implicação financeira ou orçamentária em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária e, no mérito, pela aprovação da matéria nos termos do Substitutivo adotado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com uma subemenda. Registramos, ainda, que foram oferecidas 3 emendas no âmbito da CFT, as quais foram todas rejeitadas pela comissão.



A Subemenda da Comissão de Finanças e Tributação dá nova redação ao art. 47 do Substitutivo, o qual altera o art. 1º, da Lei nº 13.996/2020, para tratar sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado de médico veterinário no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabelecendo, conforme consta no parecer da CFT, “cláusula suspensiva de sua eficácia até que sejam solucionadas todas as pendências orçamentárias, nos termos do art. 109, § 2º, II, da Lei nº 14.116, de 2020”.

A proposição seguiu para esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo recebido uma emenda, de autoria do Deputado Adolfo Viana, a qual propõe nova redação ao art. 36 do projeto, acrescentando-lhe um parágrafo único, para determinar que na notificação do autuado “deverá constar, de forma objetiva, a irregularidade ou a não conformidade apontada em cada caso específico, bem como a devida orientação para saná-la, para fins da regularização de que trata o art. 12”.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cumprida a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, do Regimento Interno, pronunciar-se sobre os aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, do Substitutivo da CAPADR, das 51 emendas oferecidas no âmbito da CAPADR, da Subemenda da CFT, das 3 emendas oferecidas no âmbito da CFT e da Emenda nº 1 oferecida na CCJC.

Quanto à **constitucionalidade formal**, o exame das proposições perpassa pela verificação de três aspectos centrais: (i) saber se a matéria está inserida na competência legislativa da União, privativa ou concorrente, (ii) analisar a legitimidade da iniciativa para apresentação do projeto de lei, e, por fim, (iii) examinar a adequação da espécie normativa utilizada.



As proposições em questão tratam de tema pertinente ao direito agrário, matéria de competência legislativa privativa da União (CF, art. 22, I), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela manifestar-se por meio de lei (CF, art. 48). É legítima a iniciativa oriunda do Poder Executivo, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, em especial pelo fato de que o projeto trata, em diversos pontos, de atribuições a órgãos do Executivo. Por fim, é adequada a veiculação da matéria por meio de projeto de lei ordinária, haja vista não haver exigência constitucional de lei complementar ou de outro veículo normativo para disciplina do assunto.

Analizada a constitucionalidade formal, será examinada, a seguir, a **constitucionalidade material** das proposições. Nesse ponto, registramos que não vislumbramos quaisquer violações aos princípios e preceitos inscritos na Lei Maior, com exceção dos seguintes dispositivos:

- o art. 40 do PL nº 1.293/2021, assim como o art. 51 do Substitutivo da CAPADR, pretendem alterar a redação de dispositivos contidos em Decretos (Decreto nº 24.548/1934 e Decreto nº 9.918/2019, respectivamente), cuja alteração é de competência exclusiva do Presidente da República (nos termos do art. 84 da Constituição Federal), havendo, portanto, nesse ponto, violação ao princípio da separação dos poderes (CF, art. 2º);
- o art. 41, I, do PL nº 1.293/2021, assim como o art. 52, I, do Substitutivo da CAPADR, pretendem revogar dispositivos contidos no Decreto nº 24.548/1934, o que, pelas mesmas razões expostas acima, viola o princípio da separação dos poderes (CF, art. 2º).

No tocante à **juridicidade**, observamos que as proposições representam inovação legislativa em conformidade com o ordenamento jurídico e são dotadas do atributo da generalidade e abstração normativa. Há, todavia, além dos pontos mencionados na análise de constitucionalidade, três ressalvas a fazer.



A primeira diz respeito à Emenda nº 1 apresentada no âmbito desta Comissão, uma vez que trata da alteração do mérito do projeto, o que não se encontra no escopo de análise da CCJC, cuja competência, nessa matéria, se restringe aos aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, motivo pelo qual consideramos injurídica a presente proposição, por não conformidade com o sistema jurídico vigente.

A segunda ressalva é relativa ao art. 49 do Substitutivo, que dispõe que “As normas gerais contidas no Capítulo II desta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios”. Trata-se de norma que não introduz inovação legislativa, uma vez que as leis nacionais o são em razão de sua matéria e da divisão constitucional de competências, sem necessidade de se declararem como tais, motivo pelo qual apresentamos emenda supressiva desse dispositivo, em anexo a este parecer.

Por fim, o terceiro ponto diz respeito ao inciso III, do art. 42, do Substitutivo da CAPADR. Esse dispositivo pretende atribuir ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, de que trata o art. 28-A da Lei nº 8.171, de 1991, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, competência para realizar ações de contraterrorismo no âmbito agropecuário. Ocorre que os crimes de terrorismo são praticados contra o interesse da União, cabendo à Polícia Federal a investigação criminal, consoante dispõe o art. 11, *caput*, da Lei nº 13.260, de 2016.

Nesse sentido, o contraterrorismo consubstancia-se em ações repressivas de resposta ao terrorismo, as quais se encontram sob a atribuição da Polícia Federal, órgão que possui competência constitucional para “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União” (CF, art. 144, §1º, I). Assim, em que pese a importância do tema e a necessidade de se enfrentar adequadamente o terrorismo, tal enfrentamento deve ser realizado pelo Órgão estatal com atribuição legal e conhecimento para tal, qual seja, a Coordenação de Enfrentamento ao Terrorismo da Polícia Federal, não sendo adequada a



previsão de ações contraterroristas a um Programa destinado a estabelecer um sistema integrado de vigilância e defesa agropecuária na faixa de fronteira.

No que tange à técnica legislativa, as proposições encontram-se em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata das normas de redação, elaboração, alteração e consolidação das leis, ressalvado o seguinte:

- as emendas nºs 21, 22, 27, 31, 36, 38, 40, 43, 46, 48 e 50, apresentadas na CAPADR, não incluíram sinais gráficos indicativos da manutenção da parte final do artigo que alteram, no entanto, pela própria redação do comando normativo de cada uma delas, que especificam, no artigo, o inciso ou parágrafo para o qual propõe nova redação, não deve haver supressão da parte final do artigo, caso eventualmente alguma dessas emendas venha a ser aprovada em Plenário; uma vez que o comando normativo contido nessas emendas é claro quanto à alteração pretendida, não apresentamos subemenda de redação, mas destacamos esse ponto para atenção no momento da redação final da matéria;
- as emendas nºs 23, 25, 26 e 33, apresentadas na CAPADR, evidenciaram, no artigo, o dispositivo que pretendem suprimir na forma “tachada” e não incluíram sinais gráficos indicativos da manutenção da parte final do artigo do qual esses dispositivos fazem parte, o que não se coaduna com as normas da LC nº 95/98; não apresentamos subemenda de redação, pois deve-se considerar, nessas emendas, apenas o comando normativo, que é claro e específico quanto ao ponto que pretendem suprimir;
- a emenda nº 41, apresentada na CAPADR, se autointitula como “emenda substitutiva”, mas, conforme



o teor da própria emenda e da sua justificação, trata-se de emenda modificativa, que altera especificamente a redação do art. 20 do projeto;

- a emenda nº 3, apresentada na CFT, propõe nova redação ao art. 15 do projeto, quando, pelo teor do texto do dispositivo alterado, nota-se que pretende alterar, na verdade, a redação do art. 16, motivo pelo qual apresentamos a subemenda de redação em anexo;
- o *caput* do art. 8º do projeto conta com dois incisos “II”, devendo haver renumeração do segundo inciso II como III, no momento da redação final da matéria, caso esse texto venha a prevalecer.

Ante o exposto, votamos pela:

- 1) constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, ressalvados os arts. 40 e 41, I, sobre os quais apresentamos a emenda supressiva em anexo, a fim de corrigir o vício de inconstitucionalidade;
- 2) constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Substitutivo da CAPADR, ressalvados os arts. 42, III, 49, 51 e 52, I, sobre os quais apresentamos as subemendas supressivas em anexo, a fim de corrigir o vício de inconstitucionalidade (arts. 51 e 52, I) e o vício de injuridicidade (art. 49 e inciso III do art. 42);
- 3) constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das 51 emendas oferecidas no âmbito da CAPADR, observadas as diretrizes de interpretação especificadas na análise de técnica legislativa deste parecer;
- 4) constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Subemenda da CFT e das Emendas nºs 1, 2 e 3 oferecidas também no âmbito da CFT, com a subemenda de redação em anexo, referente à Emenda nº 3; e



- 5)** constitucionalidade, injuridicidade e boa técnica legislativa da Emenda nº 1 oferecida na CCJC.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado PEDRO LUPION
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214953312100>



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 40 e o inciso I do art. 41 do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, renumerando-se os dispositivos subsequentes.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado PEDRO LUPION
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214953312100>



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL AO
PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTTEIRAS; altera as Leis nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nº 13.996, de 05 de maio de 2020, e nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

SUBEMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 51 e o inciso I do art. 52 do Substitutivo da CAPADR ao Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, renumerando-se os dispositivos subsequentes.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado PEDRO LUPION
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214953312100>



**SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL AO
PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTTEIRAS; altera as Leis nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nº 13.996, de 05 de maio de 2020, e nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

SUBEMENDA Nº 2

Suprima-se o inciso III do art. 42 do Substitutivo da CAPADR ao Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, renumerando-se os dispositivos subsequentes.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado PEDRO LUPION
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214953312100>



**SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL AO
PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTTEIRAS; altera as Leis nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nº 13.996, de 05 de maio de 2020, e nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

SUBEMENDA Nº 3

Suprima-se o art. 49 do Substitutivo da CAPADR ao Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, renumerando-se os dispositivos subsequentes.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado PEDRO LUPION
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214953312100>



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**EMENDA Nº 3 OFERECIDA NA COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

SUBEMENDA Nº 1

Substituam-se, no texto da emenda, as referências ao “art. 15” por “art. 16”.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado PEDRO LUPION
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lupion
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214953312100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo nominal, concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.293/2021, com emenda, do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com subemendas, das Emendas nºs 1 a 51 apresentadas na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Subemenda da Comissão de Finanças e Tributação, e das Emendas nºs 1, 2 e 3, com subemenda, apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação; e pela constitucionalidade, injuridicidade e técnica legislativa da Emenda nº 1 apresentada nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Pedro Lupion.

Participaram da votação os Senhores Deputados, com os respectivos votos:

Votaram sim: Bia Kicis - Presidente, Marcos Pereira e Darci de Matos - Vice-Presidentes, Carlos Jordy, Caroline de Toni, Enrico Misasi, Fábio Trad, Gilson Marques, Giovani Cherini, Hiran Gonçalves, Juarez Costa, Kim Kataguirí, Lafayette de Andrada, Leur Lomanto Júnior, Lucas Redecker, Magda Mofatto, Márcio Biolchi, Pastor Eurico, Paulo Eduardo Martins, Rubens Bueno, Samuel Moreira, Angela Amin, Capitão Alberto Neto, Chris Tonietto, Christiane de Souza Yared, Christino Aureo, Claudio Cajado, Eduardo Cury, José Medeiros, Luiz Philippe de Orleans e Bragança e Pedro Lupion, votaram não: Alencar Santana Braga, Fernanda Melchionna, Gervásio Maia, Rui Falcão, Tadeu Alencar, Denis Bezerra, Erika Kokay, Joenia Wapichana e Tabata Amaral.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2021.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217067823000>

Deputada BIA KICIS
Presidente

Apresentação: 14/12/2021 19:53 - CCJC
PAR 1 CCJC => PL 1293/2021

PAR n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217067823000>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

EMENDA ADOTADA PELA CCJC

AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

EMENDA

Suprima-se o art. 40 e o inciso I do art. 41 do Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, renumerando-se os dispositivos subsequentes.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2021.

Deputada BIA KICIS
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214254667800>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**SUBEMENDA Nº 1 ADOTADA PELA CCJC
AO SUBSTITUTIVO DA CAPADR
AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021**

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTTEIRAS; altera as Leis nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nº 13.996, de 05 de maio de 2020, e nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

SUBEMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 51 e o inciso I do art. 52 do Substitutivo da CAPADR ao Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, renumerando-se os dispositivos subsequentes.

Sala da Comissão, em 8 de dezembro de 2021.

Deputada BIA KICIS
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219549760100>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**SUBEMENDA Nº 2 ADOTADA PELA CCJC
AO SUBSTITUTIVO DA CAPADR
AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021**

Apresentação: 15/12/2021 07:40 - CCJC
SBE-A 2 CCJC => SBT-A 1 CAPADR => PL 1293/2021

SBE-A n.2

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTTEIRAS; altera as Leis nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nº 13.996, de 05 de maio de 2020, e nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

SUBEMENDA Nº 2

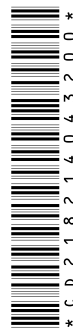
Suprima-se o inciso III do art. 42 do Substitutivo da CAPADR ao Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, renumerando-se os dispositivos subsequentes.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2021.

Deputada BIA KICIS
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218214043200>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**SUBEMENDA Nº 3 ADOTADA PELA CCJC
AO SUBSTITUTIVO DA CAPADR
AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021**

Apresentação: 15/12/2021 07:40 - CCJC
SBE-A 3 CCJC => SBT-A 1 CAPADR => PL 1293/2021

SBE-A n.3

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário; institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária; institui o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais – VIGIFRONTTEIRAS; altera as Leis nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, nº 13.996, de 05 de maio de 2020, e nº 9.972, de 25 de maio de 2000; e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

SUBEMENDA Nº 3

Suprima-se o art. 49 do Substitutivo da CAPADR ao Projeto de Lei nº 1.293, de 2021, renumerando-se os dispositivos subsequentes.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2021.

Deputada BIA KICIS
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218580135400>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**SUBEMENDA Nº 1 ADOTADA PELA CCJC
À EMENDA Nº 3 APRESENTADA NA CFT
AO PROJETO DE LEI Nº 1.293, DE 2021**

Apresentação: 14/12/2021 19:53 - CCJC
SBE-A 1 CCJC => EMC 3 CFT => PL 1293/2021

SBE-A n.1

Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

SUBEMENDA Nº 1

Substituam-se, no texto da emenda, as referências ao “art. 15” por “art. 16”.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2021.

Deputada BIA KICIS
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211879613600>



FIM DO DOCUMENTO